

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

KATIANE MORAES DA SILVA

**A EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE
TRABALHO INFORMAL NO BRASIL**

**MACEIÓ
2024**

KATIANE MORAES DA SILVA

A EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO
INFORMAL NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Alagoas para
defesa de Mestrado em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Elvira Simões
Barreto.

Maceió
2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB-4/ 661

S586a Silva, Katiane Moraes d.

A exploração e opressão das mulheres no mercado de trabalho informal no Brasil / Katiane Moraes da Silva, Maceió – 2024.

114 f.

Orientadora: Elvira Simões Barreto.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 109-114.

1. Brasil – Mercado de trabalho. 2. Informalidade. 3. Precarização do trabalho. 4. Trabalho feminino. I. Título.

CDU: 364.4:331.5(81)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **KATIANE MORAES DA SILVA**, intitulada “A EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL NO BRASIL”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 27 de fevereiro de 2024, às 14 horas, por meio de videoconferência.

Documento assinado digitalmente



ELVIRA SIMÕES BARRETTO

Data: 14/04/2024 10:17:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Elvira Simões Barretto

UFAL – Presidente

Documento assinado digitalmente



MARIA VIRGINIA BORGES AMARAL

Data: 18/03/2024 13:04:42-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria Virginia Borges Amaral

UFAL – Examinador(a) Interno(a)

Documento assinado digitalmente



MARIA HELENA SANTANA CRUZ

Data: 29/02/2024 20:15:06-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria Helena Santana Cruz

UFS – Examinador(a) Externo(a) à Instituição

*Às minhas ancestrais,
dedico este trabalho que é permeado de resistência.
Em especial,
à minha matriarca Vovó Maria (In memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar agradecendo à divina Ruah, pelos ventos de sabedoria que me foram soprados nos momentos de aflição e angústia vivenciados durante o mestrado. Estudar continua sendo um ato revolucionário, como bem destaca Paulo Freire. Assim sendo, gostaria de chamar atenção para o quanto é desafiador tentar mudar a realidade de vida por meio dos estudos. Toda revolução clama por transformação, e transformar é constantemente desafiar as estruturas opressivas. Enquanto escrevo este trecho, me recordo de uma frase que ouvi recentemente, e que tanto fez sentido no momento que vivencio, “ninguém pode estar mais cansado mentalmente que o indivíduo que está tentando mudar de vida por meio dos estudos”. Sabe por que isso fez tanto sentido para mim? Porquê esta é a minha realidade, estudar cansa, e não podemos romantizar uma academia que, por vezes, é também opressora.

Mas não quero focar no cansaço, e sim na transformação vivenciada nesses anos de UFAL. Pode soar estranho destacar isso nos meus agradecimentos, mas eu precisava falar sobre isso e deixar registrado a grandeza e o impacto dos estudos na minha vida. Há exatamente 10 anos eu estava ingressando na Universidade (UFAL) para cursar a graduação em História, cheia de expectativas e com muita sede de aprender. Fiquei alguns períodos no curso, aprendi muito, mas minhas expectativas foram frustradas.

Mesmo matriculada no curso de História, eu frequentava os eventos organizados pela Faculdade de Serviço Social, de modo que fui me aproximando cada vez mais da área. Decidida, pedi reopção para o curso de Serviço Social, e posso dizer que foi a melhor escolha que fiz. Desde os primeiros períodos, o Serviço Social me cativou, me abriu portas e me fez crescer academicamente. Foi nele que pude vivenciar a Universidade propriamente dita. Tive oportunidade de experimentar, com muito entusiasmo, o tripé da educação (ensino, pesquisa e extensão), além dos estágios extracurriculares para os quais prestei seleção. Posso dizer que foi uma graduação bem aproveitada, que me proporcionou dedicação exclusiva aos estudos, graças à assistência estudantil prestada pela UFAL durante todos os anos de graduação (tive bolsa permanência e Restaurante Universitário (RU) gratuito).

Para mim, estar me tornando Mestre na área que eu escolhi é muito significativo. A minha criança interior, que aos 11 anos brincava de ser professora, deve estar muito feliz e orgulhosa desse grande caminho trilhado. Finalizar este mestrado significa a força, a resistência e a luta da minha família, que sempre buscou melhores condições de vida através dos estudos, e, acima de tudo, significa a minha vontade de vencer. Enfatizo novamente que minha entrada e permanência na Universidade foi um ato revolucionário não só para mim, mas sobretudo para minha família, pois foi este fato que impulsionou a vinda dos meus pais para a capital (Maceió), deixando para trás as dificuldades vivenciadas naquela cidadezinha do interior de Alagoas (Ibateguara).

Retomados esses fatos simbólicos, quero agradecer imensamente ao universo, por me proporcionar tantos acasos e experiências vivenciadas. À Deusa, mãe e força divina que me rege, agradeço por me sustentar de pé nos momentos de desânimo. Ingressar em um programa de pós-graduação em meio a uma pandemia mundial foi bem desafiador. As incertezas do futuro refletiam nas crises de ansiedade, o distanciamento social, que, embora importante, só me permitiu conhecer pessoalmente os colegas de curso e os professores no final do mestrado, e o pior de todos os desafios, administrar a dor de perder pessoas queridas nesse trajeto. Destaco ainda que os primeiros meses no mestrado para mim foram os mais difíceis, visto que precisei trabalhar e conciliar os estudos, e por vezes fui prejudicada por chegar atrasada nas aulas e/ou acumular leituras que não conseguia fazer durante a semana. Mas finalizei o curso com bom rendimento e uma bagagem de conhecimento que adversidade nenhuma foi capaz de me tirar.

Finalizo agradecendo às minhas ancestrais, minha matriarca (vovó Maria), que acompanhou pessoalmente metade do meu processo de mestrado e que em março de 2023 partiu para outro plano, mas continua presente em minha vida. À minha mãe, mulher forte — que por vezes foi minha fortaleza, minha motivação para não desistir —, que, mesmo não entendendo muito bem o que estudo, sempre me motivou e acreditou em mim.

Agradeço também ao meu companheiro de vida (Nadson), que acompanhou todo meu processo acadêmico até aqui, que está comigo desde a graduação e que viu de perto meu crescimento profissional. Minha entrada no mestrado é mérito totalmente meu, mas foi ele quem mais me motivou, quem mais acreditou que seria possível e vibrou com minha aprovação.

Por fim, gostaria de agradecer a todos/as professores/as do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFAL, nas pessoas da Profa. Dra. Elvira Barretto Simões e da Profa. Dra. Maria Virginia Borges. As duas acompanharam de perto minhas dificuldades e me fizeram amadurecer academicamente.

Destaco aqui um agradecimento especial à Profa. Elvira, que me orientou nesse processo de mestrado — obrigada por compartilhar tantos conhecimentos, por me motivar e acreditar na minha capacidade. Tal parceria e empatia foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Obrigada por me apresentar outras perspectivas acadêmicas e me fazer enxergar novos horizontes teóricos. Posso dizer que evolui muito academicamente, mas principalmente enquanto pessoa. Aprendi com a Profa. Elvira a ser mais humana e mais compreensiva (inclusive comigo mesma). Gratidão pela relação de respeito mútuo que criamos — algo que é tão custoso no meio acadêmico.

Concluo destacando o meu anseio, minha vontade de viver, vontade de dar continuidade a trajetória acadêmica que venho construindo. Este trabalho é permeado por resistência, traz a luta ancestral de mulheres que não tiveram direito de escolha e a luta das mulheres trabalhadoras que seguem lutando contra a exploração e a opressão da sociedade de classes. Eu, enquanto mulher que teve e tenho o privilégio de estudar (fui a primeira mulher da minha família a ingressar em uma faculdade), não vou desistir — a porta dos estudos continuará aberta para que outras tenham acesso e juntem-se à luta contra a sociedade classista, machista e racista em que vivemos.

RESUMO

A presente dissertação, intitulada *a exploração e opressão das mulheres no mercado de trabalho informal no Brasil*, é fruto de uma pesquisa qualitativa e quantitativa à luz do pensamento crítico baseado na teoria feminista Marxista que conduz à hipótese teórica de que a superação da ordem do capital implica, entre outros aspectos, no reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres e na superação da divisão assimétrica do trabalho entre os sexos no âmbito público e privado. Assim, tem como principal objetivo promover uma compreensão crítica acerca do trabalho informal das mulheres no contexto de crise estrutural contemporânea e sua funcionalidade para a manutenção do modo de produção capitalista. Para tanto, foi realizada uma apurada revisão de literatura, a fim de fundamentar e apreender as bases da exploração e opressão das mulheres na sociedade de classes, tendo aporte teórico do pensamento feminista marxista crítico. Ademais, foram coletados e analisados dados quantitativos de órgãos oficiais (IBGE-PNAD, IPEA etc.), com a finalidade de dar sustentação à discussão teórica em torno do objeto de pesquisa. A importância do estudo gira em torno do entendimento de que o trabalho informal é funcional ao modo de produção capitalista e de que a incidência da informalidade tem sido uma das características estruturais e históricas do mercado de trabalho brasileiro, principalmente na vida das trabalhadoras inseridas na divisão sexual e racial do trabalho. Já que na estrutura capitalista patriarcal a discriminação de gênero é baseada em estereótipos resultantes de uma sociedade racista, heterossexista e machista, que naturaliza as opressões e atinge majoritariamente as mulheres, tendo como arcabouço a divisão racial do trabalho, revelada pela discriminação e exploração diferenciada que a população negra sofre no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Mercado de trabalho brasileiro; informalidade; precarização do trabalho; trabalho feminino.

RESUMEN

Esta disertación, titulada La explotación y opresión de las mujeres en el mercado laboral informal en Brasil, es el resultado de una investigación cualitativa y cuantitativa a la luz del pensamiento crítico, basado en la teoría feminista marxista que conduce a la hipótesis teórica de que la superación del orden del capital implica, entre otros aspectos, el reconocimiento del trabajo productivo de las mujeres y la superación de la división asimétrica del trabajo entre sexos en el ámbito público y privado. Así, su principal objetivo es promover una comprensión crítica del trabajo informal de las mujeres en el contexto de la crisis estructural contemporánea y su funcionalidad para mantener el modo de producción capitalista. Para ello, se realizó una profunda revisión bibliográfica con el fin de fundamentar y comprender las bases de la explotación y opresión de las mujeres en la sociedad de clases, con apoyo teórico del pensamiento feminista marxista crítico. Además, se recogieron y analizaron datos cuantitativos de organismos oficiales (IBGE-PNAD, IPEA etc.). con el propósito de sustentar la discusión teórica en torno al objeto de investigación. La importancia del estudio gira en torno a la comprensión de que el trabajo informal es funcional al modo de producción capitalista y que la incidencia de la informalidad ha sido una de las características estructurales e históricas del mercado laboral brasileño, especialmente en la vida de las trabajadoras que son inserta dentro de la división sexual y racial del trabajo. Ya que, en la estructura capitalista patriarcal, la discriminación de género se basa en estereotipos resultantes de una sociedad racista, heterosexista y sexista, que naturaliza la opresión y afecta mayoritariamente a las mujeres, teniendo como marco la división racial del trabajo, que se revela en la discriminación y explotación diferenciada. que sufre la población negra en el mundo del trabajo.

Palabras clave: mercado laboral brasileño; informalidad; precariedad del trabajo; trabajo femenino.

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 1 – Rendimento médio real (R\$) do trabalho principal
habitualmente recebido por mês pelas pessoas de 14 anos ou
mais de idade, ocupadas na semana de referência, por tipo de
vínculo, segundo grupo de atividade econômica e nível de
instrução – Brasil 90**
- QUADRO 2 – Pessoas de 14 anos de idade ou mais ocupadas na semana de
referência e distribuição percentual (%) em trabalhos formais e
informais, segundo grupo de atividade econômica e nível de
instrução – Brasil 94**
- QUADRO 3 – Pessoas ocupadas afastadas do trabalho devido ao
distanciamento social, por sexo e cor ou raça – 2020.....100**

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1 – Pessoas de 14 anos de idade ou mais, por sexo que realizam os afazeres domésticos no próprio domicílio – Brasil (mil pessoas) 83**
- GRÁFICO 2 – Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos de idade ou mais aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo e cor ou raça – Brasil (horas)..... 85**
- GRÁFICO 3 – Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo e nível de instrução – Brasil (horas)..... 87**
- GRÁFICO 4 – Pessoas de 14 anos de idade ou mais, ocupadas na semana de referência, em trabalhos informais por atividade econômica – 2019 89**
- GRÁFICO 5 – Rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido por mês pelas pessoas de 14 anos de idade ou mais, ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais – 2017 91**
- GRÁFICO 6 – Rendimento médio real habitual (R\$/mês) de todos os trabalhos das pessoas de 14 anos de idade ou mais, segundo sexo e cor ou raça - Brasil..... 93**
- GRÁFICO 7 – Pessoas de 14 anos de idade ou mais, sem carteira de trabalho assinada, em distribuição percentual (%) – Brasil 96**
- GRÁFICO 8 – Pessoas de 14 anos de idade ou mais, com carteira de trabalho assinada, em distribuição percentual (%) – Brasil 97**
- GRÁFICO 9 – Taxa de desemprego das pessoas de 14 anos de idade ou mais: Brasil (pesquisa trimestral) 102**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSSO	Faculdade de Serviço Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
a.E.C.	antes da Era Comum, termo alternativo para a.C. (antes de Cristo)
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
SSO	Serviço Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	OS FUNDAMENTOS SÓCIOHISTÓRICOS DA SOCIEDADE DE CLASSE, GÊNERO E RAÇA	15
2.1	As relações sociais e as relações de trabalho pré-capitalistas	15
2.2	A gênese do capitalismo, a exploração e a opressão das mulheres	28
2.3	A opressão das mulheres negras	45
3	O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E O IMPACTO DA CRISE DO CAPITAL PARA AS MULHERES: REALIDADE DO TRABALHO INFORMAL	52
3.1	A crise do capital e seus desdobramentos no mercado de trabalho no Brasil	52
3.2	O conceito de trabalho informal e a incidência da “Nova Informalidade” no mercado de trabalho brasileiro	66
3.3	A relação das mulheres com a informalidade do trabalho no Brasil	71
4	O PANORAMA DE EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO DAS MULHERES NO CONTEXTO DA INFORMALIDADE DO TRABALHO NO BRASIL: UM OLHAR COMPARATIVO COM OS TEMPOS DE COVID-19.....	80
4.1	Reflexos atuais da informalidade do trabalho feminino no Brasil	80
4.2	A crise da COVID-19 e o impacto na vida das mulheres trabalhadoras	98
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	109

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação é fruto de estudos engendrados desde a graduação em Serviço Social, tendo como estímulo e ponto de partida o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que, por meio de um projeto de pesquisa fomentou o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso *A informalidade do trabalho feminino no Brasil*. Nesse sentido, as inquietações sobre a opressão das mulheres e o questionamento de como a exploração do trabalho feminino são funcionais ao modo de produção dominante vêm de uma trajetória acadêmica e carecem, cada vez mais, de investigação e aprofundamento.

Partindo desse pressuposto e com base em apurada revisão de literatura, vê-se que os estudos de gênero são de extrema importância para as ciências sociais, em particular para o Serviço Social, visto que, no âmago do modo de produção capitalista, a exploração da classe trabalhadora se entrelaça à exploração e opressão de gênero e raça. Assim, o trabalho informal feminino e as desigualdades de gênero se revelam como expressões da questão social que se alargam nas diferentes formas de exploração de trabalho. Destarte, a problemática da informalidade do trabalho feminino no Brasil requer a compreensão de que essa tem sido uma das características estruturais e históricas do mercado de trabalho nacional, principalmente na vida das trabalhadoras inseridas no âmbito da divisão sexual e racial do trabalho. A considerar que na estrutura capitalista patriarcal a discriminação de gênero é baseada em estereótipos resultantes de uma sociedade racista, heterossexista e machista, que naturaliza as opressões direcionadas majoritariamente às mulheres, tendo com ancore a divisão racial do trabalho, que é revelada pela discriminação e exploração diferenciadas sofridas pela população negra no mundo do trabalho.

Assim sendo, este trabalho tem como principal objetivo promover uma compreensão crítica acerca do trabalho informal das mulheres no contexto de crise estrutural contemporânea e sua funcionalidade para a manutenção do modo de produção capitalista. Do ponto de vista metodológico, a investigação adota a perspectiva teórico-crítica do Materialismo Histórico-dialético¹, que oferece

¹ “O método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo

condições de apreender as leis fundamentais que definem historicamente a forma pela qual os seres humanos se organizam em sociedade. Nessa perspectiva, realizou-se uma investigação bibliográfica e documental, de cunho exploratório, que conduziu a apreensão de um conjunto de dados qualitativos e quantitativos² à luz do pensamento crítico, cujo aporte teórico conta com as obras de Federici, Mies, Vèrges, Gonzalez e Marx, entre outros. A teoria utilizada para dar sustentação a esta investigação é a teoria feminista marxista, que conduz à hipótese teórica de que a superação da ordem do capital implica, entre outros aspectos, no reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres e na superação da divisão assimétrica do trabalho entre os sexos nos âmbitos público e privado. Cabe destacar que, de acordo com Minayo (2002), para uma investigação teórica, os dados quantitativos e qualitativos são de extrema importância e se complementam, uma vez que a realidade por eles apreendida interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia³. Sendo assim, pode-se dizer que subjetividade e objetividade dialogam, a fim de uma compreensão crítica da realidade investigada.

Dessa forma, com a finalidade de alcançar os objetivos propostos pela pesquisa, o objeto se fundamenta mediante uma construção teórica e histórica organizada em três capítulos: no primeiro foi realizada uma revisão de literatura, a fim de fundamentar e discutir os fundamentos socio-históricos da sociedade de classe, gênero e raça, buscando apreender as relações sociais pré-capitalistas, a gênese do capitalismo e sua relação com a exploração/opressão das mulheres, sobretudo das mulheres negras. No segundo capítulo tratou-se da crise estrutural do capital e seus desdobramentos no mercado de trabalho brasileiro, particularmente na vida das mulheres trabalhadoras. Uma vez que a incidência da “Nova Informalidade”, funcional à reprodução do modo de produção capitalista, é um fenômeno que tende a crescer cada vez mais, principalmente no seu momento de crise estrutural contemporânea e atinge principalmente as mulheres inseridas na divisão sexual e racial do trabalho. Visto que é especialmente nos momentos de crise do capitalismo que as ideologias conservadoras, racistas e patriarcais ganham

movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens em sociedade através da história” (Pires, 1997, p. 83).

² “A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (Minayo, 2002, p. 22).

³ Divisão de um conceito cujas partes são opostas.

força, com forte apelo às opressões que subordinam uma parcela da sociedade e que se expressam, dentre outras coisas, no reforço dos papéis de gênero. Por fim, o último capítulo apresenta o panorama de exploração e opressão das mulheres no contexto da informalidade do trabalho no Brasil, mesclando em âmbito comparativo dados de 2012 a 2022, a fim de retratar a realidade neste intervalo de 10 anos. Vale salientar que no último capítulo foi apontado, ainda que brevemente, o cenário da pandemia da *Coronavirus Disease 2019* (Covid-19), por constituir prova cabal do agravamento da exploração e opressão das mulheres, em particular no âmbito do trabalho, em contexto de crise. Ressalta-se que a pandemia aparece aqui como agravante, não sendo em si o objeto de estudo.

Assim, são apresentados dados anteriores à pandemia, com o intento comparativo, uma vez que as mulheres já ocupavam lugar de desvantagem no mundo do trabalho antes a crise sanitária, econômica e política em questão. Para dar sustentação à discussão, ao marco teórico e à investigação bibliográfica, foram analisados dados de órgãos oficiais, como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD) e Ministério do Trabalho e Previdência.

Sobre os dados quantitativos, de caráter informativo, destaca-se que houve certa limitação no que se refere a algumas informações do período pandêmico mencionado. A limitação se dá por dois pressupostos: um que diz respeito à situação política vivenciada no Brasil no período de 2019 a 2022, que contava com uma representação presidencial assumidamente conservadora, agregado ao retrocesso; e outro, que se refere ao isolamento social, que impossibilitou a coleta de dados essenciais para analisar o impacto da pandemia na vida das mulheres.

Assim, demonstra-se que, no contexto de todo o processo de desenvolvimento das relações sociais, as mulheres são alocadas às margens da sociedade. As transformações ocorridas no mundo do trabalho tendem a resultar em grande precarização das condições de trabalho e de vida das mulheres, sobretudo das mulheres negras. Precarização esta muitas vezes expressa na terceirização e subcontratação, que acarreta perda de direitos trabalhistas e instabilidade de emprego, contribuindo para um maior índice de desemprego e informalidade.

2 OS FUNDAMENTOS SOCIOHISTÓRICOS DA SOCIEDADE DE CLASSE, GÊNERO E RAÇA

Neste capítulo são discutidos os fundamentos sócio-históricos da sociedade de classe, gênero e raça, na perspectiva de compreender as relações sociais e as relações de trabalho pré-capitalistas. Para tanto, foi realizado um resgate histórico das primeiras formas de organização social, que antecedem a divisão da sociedade em classes antagônicas, sobretudo o patriarcado. Ademais, foram apontadas outras perspectivas sobre a relação das mulheres com a natureza e com o surgimento do excedente econômico. Além do mais, apresenta-se a gênese do capitalismo e como este aguça a condição de exploração e opressão das mulheres, a fim de buscar os aportes teóricos e históricos que respondem as indagações pertinentes a este trabalho, visando apreender o porquê de as mulheres — sobretudo as mulheres negras — serem majoritariamente absorvidas pela exploração e opressão da sociedade capitalista, especialmente pelo trabalho informal.

2.1 As relações sociais e as relações de trabalho pré-capitalistas

O trabalho é uma categoria essencial para a humanidade, é a partir da sua realização cotidiana que o ser social se distingue de outros seres. Segundo Marx (1985), o trabalho é uma interação do ser humano com o mundo natural, pela qual tal indivíduo se apropria da natureza, a fim de satisfazer suas necessidades. O ser humano “[...] põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida” (Marx, 1985, p. 149). Assim, o trabalho é fundamental na vida humana porque é condição essencial para sua existência. Independente de todas as formas de sociedade, é o trabalho, no seu sentido ontológico, que funda o ser social. Netto (2012) acrescenta que o ser humano é natureza historicamente transformada, e é essa transformação que o caracteriza como ser social e o situa para além da natureza. De acordo com Mies (2019), em sua análise acerca do processo de trabalho, em um sentido mais amplo de apropriação de substâncias naturais, Marx não faz distinção entre homens e mulheres. A autora salienta que, nas discussões em torno do trabalho feminino e, sobretudo, da divisão sexual do trabalho, é preciso considerar que homens e

mulheres agem na natureza com corpos qualitativamente diferentes. Acrescenta que não é possível esclarecer questões relacionadas a esse tema falando de uma apropriação do homem (enquanto ser genérico e abstrato) da natureza, é preciso falar da apropriação de homem e mulher. A autora coloca ainda que

La masculinidad y la feminidad no son cualidades biológicas, sino el resultado de un largo proceso histórico. En cada época histórica, la masculinidad y la feminidad se definieron de diferentes maneras. Esta definición depende del principal modo de producción en cada una de estas épocas. Esto supone que las diferencias orgánicas entre hombres y mujeres son valoradas e interpretadas de manera diferente según la forma dominante en cada momento de apropiación de la naturaleza para satisfacer las necesidades humanas. De esta manera ya lo largo de la historia, hombres y mujeres han desarrollado relaciones cualitativamente diferentes con sus propios cuerpos. Por tanto, en las sociedades matristicistas, la feminidad era interpretada como el paradigma social de la productividad como tal, como principio activo principal en la producción de la vida. Todas las mujeres fueron definidas como madres. Pero, las madres significaban algo muy diferente de lo que significa hoy. En las condiciones capitalistas, todas las mujeres se definen socialmente como amas de casa (y todos los hombres como sostén de la familia), y la maternidad se ha convertido en parte integral de este síndrome del ama de casa [...] (Mies, 2019, p. 116).

No comunismo⁴ a produção de bens materiais era desenvolvida por meio da economia doméstica; essa era a responsabilidade das diversas famílias e todos trabalhavam coletivamente para o bem comum. É importante ressaltar que nessa época vivia-se uma grande escassez, decorrente do baixo desenvolvimento das forças produtivas⁵, logo, a igualdade e o trabalho dos membros da comunidade eram necessários para a sobrevivência de todos. Essa forma de organização social durou desde a formação do ser social até a revolução neolítica, período que, segundo informações antropológicas, consolidou-se entre 5.500 e 2.000 Antes da Era Comum⁶ (AEC). A revolução neolítica foi um período que mudou radicalmente o modo de vida humano: passou-se da condição de nômade para a de sedentários, cultivando a terra e criando animais, desenvolvendo a agricultura e a pecuária (Santos, 2016).

⁴ “Expressão que se refere ao direito coletivo aos recursos básicos, à ausência de direitos hereditários ou de domínio autoritário e às relações igualitárias que antecederam à exploração econômica e à sociedade de classes na história humana” (Bottomore, 2012, p. 125).

⁵ O conceito de forças produtivas de Marx abrange os meios de produção e a força de trabalho (Bottomore, 2012, p. 254).

⁶ O uso da sigla AEC justifica-se pelo fato do termo a.C. trazer uma influência religiosa. Como Cristo é referência religiosa, e nem todas as religiões e comunidades fazem menção a ele, prefere-se usar um termo alternativo e neutro (Zdebskyi, 2022).

Sobre isso, Lins (2017) destaca que agricultura estabeleceu-se definitivamente em 6500 AEC, de modo que presume-se ter sido uma invenção da mulher, devido às constantes ausências do homem. O homem começou a perceber que poderia provocar a extinção dos animais, então começou a domesticá-los. A domesticação de animais e a criação do gado proporcionou abundância de riqueza, criando diferentes relações sociais, abrindo caminho, inclusive, para subordinação das mulheres.

Quando abandonaram a caça, os homens começaram a participar das atividades das mulheres. Inicialmente, ajudavam na árdua tarefa de desbravar a terra com enxadas de madeira, o que exigia bastante força física. Esse processo de mudança e a convivência cotidiana com os animais fez com que os homens percebessem a contribuição do macho para a procriação. Após milhares de anos acreditando que a fertilidade e a fecundação eram atributos exclusivamente femininos.

Os homens constatarem que o que fertiliza uma mulher é uma substância colocada dentro dela — a partir daí, transformaram as relações entre homem e mulher. Tal descoberta mostrou ao homem seu papel imprescindível num terreno em que sua potência havia sido negada. Eclodiu uma reação masculina de superioridade e o homem foi desenvolvendo um comportamento autoritário e arrogante. Daquele parceiro igualitário de tanto tempo, a mulher assistiu ao surgimento de um prepotente opressor; a superioridade física encontra, então, espaço para se estender à superioridade ideológica.

Até a fase inferior da barbárie⁷, a riqueza duradoura limitava-se mais ou menos à habitação, às vestes, aos adornos primitivos e aos utensílios necessários para a obtenção e preparação dos alimentos: o barco, as armas, os objetos caseiros mais simples. O alimento devia ser conseguido diariamente. A partir da criação de cavalos, camelos, asnos, bois, carneiros, cabras, porcos e novos pastores, foram deixados para segundo plano todos os meios anteriormente utilizados; a caça, que em outros tempos era necessidade, transformou-se em passatempo (Engels, 2012). Esses foram elementos essenciais para o desenvolvimento das relações sociais na comunidade primitiva e, conseqüentemente, dar origem ao excedente econômico.

⁷ Fase do comunismo primitivo que se inicia com a introdução da cerâmica (Engels, 2012).

Segundo Netto (2012, p. 70) tal fenômeno, “[...] sinalizou historicamente um enorme desenvolvimento do processo de trabalho, graças ao qual a produção de bens ultrapassou as necessidades imediatas da comunidade”. Além disso, Santos (2016) destaca que nesta época surgiu a divisão econômica do trabalho, quando o ser social já podia produzir o suficiente para sua sobrevivência; já não era mais necessário que todos trabalhassem para garantir a alimentação de todos.

O desenvolvimento das forças produtivas, que criou o excedente econômico, possibilitou a acumulação de bens produzidos que, quando não consumidos pelas próprias tribos, poderiam ser trocados com outras famílias, fazendo surgir as primeiras formas de comércio. Além disso, abriu possibilidades de exploração entre os indivíduos. As tribos começaram a conquistar força de trabalho através de conflitos e guerras, prendendo e escravizando seus semelhantes. Diante dessas condições históricas, com a primeira grande divisão social do trabalho, nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes antagônicas: senhores e escravos, exploradores e explorados.

A revolução agrícola foi sozinha a mais importante evolução na tecnologia material da nossa espécie. Com suprimento alimentar regular, houve um aumento populacional e o surgimento das primeiras cidades de tamanho considerável. Nelas viviam e trabalhavam centenas, às vezes milhares de pessoas, no cultivo e na irrigação da terra. A especialização tecnológica, assim como o comércio, expandiu-se no neolítico. E como a agricultura liberava a energia e imaginação humanas, floresceram artes como a cerâmica e a confecção de cestos, tecelagem e artesanato em couro, joias e entalhe em madeira, além de trabalhos como pinturas, modelagem em gesso e entalhe na pedra (Eisler, 1987). Cabe destacar que as atividades supracitadas eram, em sua maioria, desenvolvidas pelas mulheres.

A grande divisão social do trabalho foi responsável por trazer consigo a divisão da sociedade em classes antagônicas. Essa transformou a forma como se organizava a sociedade e desenvolveu as forças produtivas, permitindo que alguns não precisassem trabalhar para garantir seu sustento (Engels, 2012). Vale enfatizar que anteriormente era comum a divisão do trabalho nas sociedades pré-escravistas, contudo, tratava-se de uma divisão espontânea que levava em consideração características fisiológicas, sexo, idade e força física. Posteriormente, porém, quando as relações de trabalho se diversificaram e as técnicas se tornaram mais complexas, essas primeiras formas foram substituídas pela divisão entre trabalho

material e trabalho intelectual — um trabalho realizado pela mente e outro pelas mãos —, que acabaram sendo destinados a indivíduos diferentes (Schuh; Silva, 2015).

Mies (2019) traz para o debate uma crítica ao determinismo biológico que é colocado ao se analisar as origens da divisão assimétrica do trabalho entre os sexos. “Este determinismo biológico, manifiesto o encubierto, parafraseando la afirmación de Freud de que nuestra anatomía es nuestro destino, es posiblemente el obstáculo más arraigado para analizar las causas de la opresión y explotación de las mujeres” (Mies, 2019, p. 103). A autora enfatiza que usar conceitos como natureza, trabalho, produtividade, divisão do trabalho ou família sem uma crítica ao viés ideológico implícito, tende a obscurecer a situação em vez de esclarecer as questões. Dessa forma, é preciso analisar tais conceitos por uma perspectiva que não seja a ponto de vista da ideologia dominante, mas o das experiências históricas e das lutas pela emancipação dos oprimidos, explorados e subordinados.

A primeira divisão do trabalho por sexo, especificamente àquela criada pelas atividades agrícolas das mulheres e a caça esporádica dos homens, provavelmente se origina do fato de que as mulheres eram responsáveis pela produção da subsistência diária. Mies (2019) enfatiza que a coleta de plantas, raízes, frutas, cogumelos, nozes e pequenos animais foi desde o início uma atividade coletiva das mulheres. Dessa forma, pode-se afirmar que a invenção do cultivo habitual de cereais e tubérculos e a necessidade da alimentação diária surgiu durante o neolítico por meio das mulheres; além do mais, estas não apenas colhiam e consumiam o que era posto pela natureza, mas ainda o faziam crescer. Essa forma de preservação das mulheres foi de extrema importância para a produção do excedente econômico.

La continuación del cultivo de plantas alimenticias, principalmente tubérculos y granos, significó una nueva etapa y un enorme incremento en la productividad de la producción del trabajo femenino que, según la mayoría de los autores, permitió la producción de excedentes por primera vez en la historia (Mies, 2019, p. 121).

Como podemos observar, Mies (2019) analisa de forma crítica a relação objetual das mulheres com a natureza, que era transpassada pelo conceito de produtividade limitado e biologicista. A autora, ao contrário de Marx e Engels, afirma a produtividade das mulheres. Desde os primórdios, a relação da mulher com a

natureza não era apenas produtiva, tratando-se sobretudo de uma produção social. Visto que, ao contrário dos homens, que só podiam caçar e colher para si, as mulheres tinham que dividir a produção ao menos com os filhos. A relação da mãe com os filhos é, sem dúvidas, uma das principais formas de relações sociais.

Ao se reportar à era escravista, Netto (2012) relata que tal o modo de produção estruturou-se no Ocidente por volta de 3.000 anos AEC, mantendo-se até a queda do Império Romano. Le Goff (2013) acrescenta que o declínio do Império Romano trouxe grandes transformações responsáveis por desencadear um novo mundo, muito diferente do vivenciado até então. Esse processo causou a maior parte das mutações da história da humanidade até hoje.

Na sociedade escravista, o trabalho era realizado por meio da violência sobre o escravo, onde os produtos derivados de tal trabalho eram apropriados pelo senhor de terras e escravos. A diferença entre os povos resumia-se entre ricos e pobres, indivíduos livres e escravos (Engels, 2012). Com a divisão da comunidade em classes antagônicas, entram em cena os produtores diretos, responsáveis pela produção do conjunto de bens, e os apropriadores do fruto de seu trabalho, aqueles que se apropriam dos bens excedentes (Netto, 2012). A partir de então, tornou-se possível a expansão do comércio, a evolução do dinheiro⁸ e da propriedade privada⁹, o que permitiu a concentração da riqueza e do poder nas mãos de uma pequena parcela de indivíduos, causando o empobrecimento da maioria, que não fazia parte deste grupo. O antagonismo de classes criou a necessidade de um poder político central, responsável por amortecer os conflitos de interesses existentes entre as classes.

Uma sociedade desse gênero não podia subsistir senão em meio a uma luta aberta e incessante das classes entre si, ou sob o domínio de um terceiro poder que, situado aparentemente por cima das classes em luta, suprimisse os conflitos abertos destas e só permitisse a luta de classes no campo econômico, numa forma dita legal. O regime gentílico já estava caduco. Foi destruído pela divisão do trabalho que dividiu a sociedade em classes, e substituído pelo Estado (Engels, 2012, p. 212).

⁸ Mercadoria que funciona como medida do valor e, também, corporalmente ou por intermédio de representantes, como meio circulante, é dinheiro, um equivalente universal para trocas (Marx, 1985).

⁹ “O conceito de propriedade privada tem dois significados. Um deles é a privação dos meios de produção; o outro é uma atitude geral para com a vida caracterizada pelo desejo de possuir um objeto (ou uma pessoa reduzida à coisa) para poder desfrutar dele, apropriar-se dele” (Bottomore, 2012, p. 536).

O Estado surge para legitimar a luta de classe que emergia na sociedade. Dessa forma, é um produto da sociedade e nasce quando esta atinge determinado grau de desenvolvimento. A função social do Estado está atrelada à manutenção e à reprodução material da sociedade de classes. Portanto, “[...] faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ordem” (Engels, 2012, p. 213). Sendo assim, foi necessário instituir uma nova esfera de opressão para legitimar o antagonismo de classes e auxiliar na reprodução material da sociedade.

Em conformidade com o pensamento de Engels (2012), pode-se dizer que foi na sociedade escravista que a humanidade abandonou o estágio da antiga barbárie e ingressou no estágio de civilização. A contradição consiste no fato dessa civilização sustentar-se na exploração de uma classe por outra. O avanço na produção é um retrocesso na condição da classe explorada, ou seja, da maioria da população.

A partir da evolução das forças produtivas até a crise do Império Romano, o sistema escravista começou a enfraquecer. Quando esse Império, sob pressão das chamadas invasões bárbaras, desintegrou-se na metade inicial do primeiro milênio da nossa era, também foi abaixo o escravismo. Diante desse contexto de transição, institui-se o modo de produção feudal, cuja estrutura social se fundava na posse da terra e nas unidades econômico-sociais desse período histórico, os feudos. Nessa forma de organização, os senhores de terras detinham poder sobre seus servos. Vale ressaltar que durante esse período a Igreja Católica possuía grandes extensões de terra, ocupando lugar de alta hierarquia¹⁰ no poder. Nesse modo de produção a condição dos servos era bem diferente da dos escravos: os servos desfrutavam dos instrumentos de trabalho e recolhiam seu sustento do que produziam nas terras dos senhores. Os servos camponeses deviam ainda aos seus senhores o compromisso de não se afastar das terras, ou seja, estavam presos a eles (Netto, 2012). Os camponeses não eram juridicamente livres, portanto, privados dos direitos de propriedade, embora tivessem direitos de uso sobre a terra. Eles eram obrigados a entregar seu trabalho ou o produto desse trabalho que excedesse o necessário à sua subsistência e a da sua família (Bottomore, 2012).

¹⁰ O termo hierarquia refere-se a sistemas de supremacia humana baseados na força ou na ameaça de força (Eisler, 1987).

Os servos estavam atados aos seus senhores de terra, visto que tinham suas vidas reguladas em todos os aspectos pela lei do feudo. Em comparação com o sistema de trabalho escravista, a servidão redefiniu a relação de classe em termos mais favoráveis para os trabalhadores. Nos feudos já não eram mais utilizados a força física e os castigos atrozes (as coleiras de ferro, as queimaduras, as crucificações) aplicados no regime escravista. Pode-se dizer que uma das mudanças mais significativas da relação senhor-servo foi a concessão do direito aos meios de reprodução aos servos; em troca do trabalho que eram obrigados a realizar na terra do senhor, o trabalhador recebia uma parcela de terra (Federici, 2017).

Nesse contexto, mantinha-se a produção de mercadorias para troca, baseada principalmente no trabalho artesanal, o que tornou a estrutura social feudal um tanto mais complexa. O desenvolvimento do comércio rompeu com o caráter autárquico da economia feudal, os comerciantes e mercadores começaram a ganhar importância e a buscar mecanismos associativos, dando um novo contexto ao período feudal por meio da posse da terra, a única fonte de riqueza, implicando no poder de governar para o clero e a nobreza.

O crescimento do comércio, a introdução de uma economia monetária e o crescimento das cidades proporcionaram ao camponês o rompimento dos laços, que o prendiam tão fortemente ao senhor feudal (Hubermam, 1981). O capital mercantil atraiu uma nova forma de riqueza, que antes privilegiava a riqueza da propriedade da terra, e agora a riqueza mobiliária, expressa pela acumulação de dinheiro. A sociedade feudal entrou em declínio e os comerciantes foram tornando-se protagonistas importantes — agora seus interesses chocavam-se diretamente com os da nobreza feudal (Netto, 2012). Pode-se afirmar que as bases da sociedade capitalista em que vivemos hoje foram a economia feudal e a servidão; isso quer dizer que foram os pontos de partida do desenvolvimento que produziu tanto o trabalhador assalariado quanto o capitalista. Além disso, o capitalismo é definido em relações sociais de produção fundadas no trabalho livre¹¹ assalariado e implica um imperativo estrutural de permanente acumulação de capital. O feudalismo, ao contrário, baseou-se em relações de dependência pessoal, de obrigação mútua e de

¹¹ Livre das amarras feudais, cria-se a ideia de que o trabalhador agora é livre para vender sua força de trabalho a quem ele quiser.

extração de excedente juridicamente imposta — relações asseguradas por instituições como a servidão (Bottomore, 2012).

Na era feudal a posse da terra era um grande ponto de riqueza; agora, a posse do dinheiro — vista como nova fonte de riqueza — trouxe consigo a partilha no governo, para a nascente classe média (Hubermam, 1981). Pode-se dizer que a era capitalista data do século XVI, quando a servidão já tinha sido abolida. Na Inglaterra do supracitado século, a servidão já tinha de fato desaparecido, e foi a expropriação da base fundiária do camponês que constituiu esse processo. Nesta época — e mais precisamente no século XV —, grande parte da população era composta por camponeses livres, economicamente autônomos, desalojados pelos arrendatários livres. O início da revolução que criou as bases da sociedade capitalista ocorreu entre os séculos XV e XVI; este processo lançou uma massa de trabalhadores livres como pássaros no mercado de trabalho, pela dissolução dos pilares feudais (Marx, 1988).

Como podemos observar, o surgimento do capitalismo se sustenta numa produção mercantil simples, que envolve atividades comerciais e a utilização do dinheiro como meio de troca. Além disso, alguns autores afirmam ainda que entre o fim do feudalismo e o começo do capitalismo houve um período denominado de pequena produção mercantil. Diante de tudo, é preciso enfatizar que essas condições, por si só, não seriam suficientes, pois o modo de produção capitalista aguçou a complexidade do caráter de classe da sociedade. Isso vale dizer que, para o modo de produção capitalista se desenvolver, é preciso que existam homens e mulheres que detenham apenas sua força, para vendê-la no mercado, e aqueles que as compreem.

Esse processo, que divide a sociedade entre trabalhadores assalariados e capitalistas, não é acidental ou natural, mas resulta de um processo histórico que, como diria Marx, começou na pré-história do capitalismo, a chamada acumulação primitiva¹² (Netto, 2012).

Outro ponto que merece destaque é a tese de que o capitalismo não surgiu na cidade, como defendem muitos teóricos. Tende-se a ligar o desenvolvimento do

¹² “A acumulação primitiva é o termo usado por Marx no tomo I de O capital com a finalidade de caracterizar o processo político no qual se sustenta o desenvolvimento das relações capitalistas. Trata-se de um termo útil na medida em que proporciona um denominador comum que permite conceituar as mudanças produzidas pelo advento do capitalismo nas relações econômicas e sociais” (Federici, 2017, p. 26).

capitalismo no ocidente apenas à autonomia das cidades e aos burgueses. Ellen Wood (2001, p. 76-77) defende que,

A tendência a identificá-lo com as cidades e o comércio urbano (...) costuma ser acompanhada por uma inclinação a fazê-lo parecer uma consequência mais ou menos automática de práticas tão antigas quanto a história humana, ou até consequência de uma inclinação 'natural' nas palavras de Adam Smith, a 'comerciar, permutar e trocar'.

A autora coloca que a dinâmica do capitalismo foi instaurada na agricultura inglesa antes mesmo da proletarização da força de trabalho. Isso significa que a base material da economia emergente da Inglaterra do século XVI era a agricultura. Além disso, a dinâmica do capitalismo a que nos referimos foi um “[...] fator preponderante na promoção da proletarização do trabalho, na Inglaterra. O fator crucial foi a dependência dos produtores e, também, dos apropriadores em relação ao mercado, além dos novos imperativos sociais criados por essa dependência” (Wood, 2001, p. 103). Vale ressaltar que essa dependência do mercado acarreta requisitos específicos, ou seja, os imperativos da competição, da acumulação e da maximização do lucro, e são esses imperativos que alteram as relações sociais entre produtores e apropriadores.

O processo criador da relação capital-trabalho não pode ser outro, senão o de separação entre trabalhadores e propriedade das condições de trabalho, ou seja, essa acumulação primitiva é um processo histórico que separa o produtor dos meios de produção. Essa separação aparece, muitas vezes, como algo positivo; a exploração se dilui por trás da “liberdade”. Faz-se necessário deixar claro que “[...] o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece — por um lado — como sua libertação da servidão e da coação corporativa — esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História” (Marx, 1988, p. 252).

Contrapondo o pensamento de Marx, Federici (2017) destaca que a acumulação capitalista não consiste exclusivamente na expropriação da terra do campesinato e na formação do trabalhador independente “livre”. Para a autora, a análise marxiana foi limitada, no sentido de não mencionar as profundas transformações que a sociedade de classes introduziu na reprodução da força de trabalho e na posição social das mulheres. Processo que foi legitimado pelo Estado e fundamental para expulsão do campesinato das terras. Assim, pode-se afirmar

que, a acumulação primitiva não foi apenas acumulação e concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Mas foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, a raça e a idade se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno.

As bases da acumulação primitiva englobam “[...] o roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna [...]”. Esses foram alguns dos métodos para transformar o campo em agricultura capitalista, incorporar a base fundiária ao capital e, assim, ofertar à indústria urbana parcela necessária de proletários livres (Marx, 1988, p. 264-265). Vale dizer que tal processo foi indispensável para sustentar e desenvolver a sociedade capitalista em que vivemos. Ademais, esse processo responsável por gestar o modo de produção capitalista firmou bases também na repressão e na perseguição lançadas sobre as mulheres.

Se considerarmos o contexto histórico no qual se produziu a caça às bruxas, o gênero e a classe das acusadas, bem como os efeitos da perseguição, podemos concluir que a caça às bruxas na Europa foi um ataque à resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas [...] foi também instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos (Federici, 2017, p. 305).

Como já mencionamos, o modelo que dividiu a sociedade em classes antagônicas nasceu atrelado à divisão social do trabalho. O desenvolvimento da produção e da riqueza aumentava rapidamente, mas era realizado na forma de trabalho individual. Havia grande variedade na produção: arte de tecer, o trabalho com os metais, entre outros ofícios em crescente expansão. Dessa forma, tal variedade de trabalho já não podia ser realizada por apenas um indivíduo, daí ocorreu uma nova divisão do trabalho — o artesanato se separou da agricultura. Foi a divisão desses dois importantes ramos da produção que incentivou a produção para troca e para o comércio (Engels, 2012).

A divisão do trabalho adquiriu um novo caráter durante a Revolução Industrial. Foi no período manufatureiro¹³ que a cooperação baseada na divisão do trabalho adquiriu sua forma clássica. A manufatura surgiu ancorada em duas direções. Na primeira, chamada de cooperação simples, os trabalhadores autônomos de diversos ofícios eram reunidos sob as ordens de um mesmo capitalista. A manufatura “[...] reúne todos esses diferentes artífices em um mesmo espaço, onde eles trabalham simultaneamente, em colaboração uns com os outros. Logo, a cooperação simples foi sucedida pela segunda direção e transformada em uma divisão da produção, que dividiu o trabalho em várias operações particulares. Cada trabalhador era então responsável apenas por sua função exclusiva. Essa divisão do trabalho é apresentada por Marx em duplo caráter. No primeiro, a divisão do trabalho é expressa de forma explícita e pertinente, como uma divisão específica, dentro de uma totalidade, na ação do trabalho concreto¹⁴ — ou seja, como uma ação dividida, motivada por alguma necessidade dos sujeitos, para uma melhor realização do trabalho, uma divisão do trabalho entre as distintas atividades laborais, fruto do desenvolvimento das forças produtivas, ou ainda, de uma divisão natural do trabalho. Já no segundo caráter, sob uma lente crítica, a divisão social do trabalho aparece como expressão histórica da divisão de classes e, conseqüentemente, da luta entre elas (Marx, 1985).

A cooperação simples, baseada na divisão do trabalho na manufatura, é inicialmente uma necessidade, uma forma natural desenvolvida para produzir. Porém, segundo Marx (1985), ganha consistência e amplitude, torna-se a forma consciente, planejada e sistemática do modo de produção capitalista. A divisão do trabalho em especialidades produtivas gera uma hierarquia social e de gênero, na qual engendram-se as diferenças entre as classes, onde os dominantes (burguesia) subjagam a classe dominada (proletariado), e têm-se novas configurações nas relações entre homens e mulheres. Além disso, estabelece as instituições legitimadoras, a exemplo do Estado e seu arsenal de poder, ao deter os meios de produção. De acordo com Schuh e Silva (2015), essa hierarquia social limitou cada

¹³ O período manufatureiro dura de meados do século XVI até o último terço do século XVIII (Marx, 1985).

¹⁴ Qualquer ato de trabalho é uma atividade produtiva de determinado tipo, que visa um objetivo determinado; assim considerado, é “trabalho útil” ou “trabalho concreto”, cujo produto é um valor de uso. Esse aspecto da atividade de trabalho é uma condição da existência humana, independentemente de qual seja a forma de sociedade; é uma necessidade natural eterna que medeia o metabolismo entre o homem e natureza e, portanto, a própria vida humana (Bottomore, 2012; Marx, 1985).

indivíduo às esferas profissionais particulares e exclusivas. Além disso, traz uma acentuação das desigualdades entre homens e mulheres no âmbito do trabalho. “A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599).

Cabe destacar que, para apreender a essência da divisão sexual do trabalho, é preciso ir além do plano conceitual — que limita a compreensão da problemática à constatação das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões —, como se entendia nas primeiras aparições do termo na França, sobre o impulso do movimento feminista. Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas no tempo e no espaço, podendo ser aplicados mediante processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Ideologia esta que rebaixa o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais, que remetem ao destino natural da espécie (Hirata; Kergoat, 2007).

Na relação mais imediata com a esfera da produção, cada indivíduo está limitado à classe ou às profissões específicas, podendo tornar-se: escravo, senhor, servo, caçador, operário, burguês, professor, administrador etc. O trabalho e seus produtos passaram a ser quali e quantitativamente distribuídos de forma desigual, formando segmentos sociais responsáveis pela administração e pela segurança, a exemplo do já mencionado Estado. Para além da questão de classe, essa hierarquia se estende em torno das relações de gênero e raça. As mulheres, e sobretudo as mulheres negras, são impelidas a todo custo para a esfera reprodutiva, além de serem atravessadas por violências diversas e pelas condições de subalternidade e desvantagem. Assim, existe uma grande contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, onde o processo de divisão social do trabalho é subordinado às relações classistas, racistas e machistas existentes. Por isso, quando se entende a divisão do trabalho somente como um elemento técnico da produção, tende-se a pensá-la apenas como uma força produtiva, desligada de seu outro lado, básico para a realização da troca, colocada nas relações sociais de produção.

As diferenças existentes no âmbito de toda sociedade foram reforçadas por um Estado patriarcal que racializou regiões e instalou disparidades políticas e econômicas, criando, por um lado, dependência e, por outro, exploração. Assim, prosseguindo nessa linha de pensamento crítico em um contexto mais acadêmico, consideremos até que ponto a história dos Estados Unidos tem sido escrita como uma história de homens brancos. A contribuição da esquerda tem se dado, principalmente, no sentido de acentuar que a experiência negra deve ser aí adicionada. Recentemente, alguns índios americanos e, agora, também mulheres estão sendo acrescentados — como se simplesmente se tratasse de unir esses elementos extras para formar um todo, quando, a rigor, trata-se de uma questão a ser repensada a fundo. Consideremos também como a história do desenvolvimento capitalista tem sido escrita como se inteiramente branca, derivada quase totalmente dos processos internos europeus. Relações com a África, a Ásia e o Novo Mundo foram vistas como acessórias, como bônus sem importância, até muito tarde, ou seja, até que desencadeassem a explosão imperialista final na Europa. É certo que a capital inglesa, que tornou possível a industrialização, resultou, em sua maior parte, do comércio triangular envolvendo escravos, rum e açúcar (produzido nos engenhos de açúcar das plantações do Caribe, que serviram de modelo para as fábricas europeias), porém, o significado desse fato foi esquecido. É como se a vitória das relações burguesas de mercado sobre o feudalismo e a “libertação” dos trabalhadores para venderem sua força de trabalho tivessem sua origem, em larga medida, em desenvolvimentos europeus internos, envolvendo apenas homens brancos. Mas é preciso enfatizar que foram a união da exploração de classe, raça e nação e a opressão em escala mundial que tornaram possível o triunfo da burguesia europeia (Leacock, 2019, p. 50).

2.2 A gênese do capitalismo, a exploração e a opressão das mulheres

Para compreender o desenvolvimento da sociedade humana, é preciso analisar as relações entre homens e mulheres nos diferentes contextos históricos. Há que considerar que as bases materiais geradas ao longo da história ocasionaram modos de produção, tipos de relações sociais, políticas e jurídicas, determinantes e diferentes, responsáveis por instituir o poder, os padrões de cultura e os papéis sociais que cada membro da sociedade irá desempenhar. Por muito tempo, no

decorrer da história, a mulher foi sujeitada a reproduzir os discursos que apontavam o seu lugar no mundo. Nesse contexto, a história da construção dos gêneros aparece como uma importante possibilidade de encontrar respostas para determinadas visões produzidas e reproduzidas sobre as mulheres (Gevehr; Souza, 2014).

Historicamente, as mulheres têm ocupado espaços de invisibilidade social, têm sido definidas, desde as primeiras formas de organização social, como as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e familiar, enquanto os homens são considerados os provedores econômicos da família. Embora seja um assunto bastante discutido nas últimas décadas, sobretudo dentro das ciências sociais, a divisão sexual do trabalho não é considerada uma categoria contemporânea; vale destacar que este é um tema que acompanha todas as sociedades submetidas à divisão do trabalho.

Como já citamos, nas primeiras formas de relações sociais já existia a divisão de afazeres masculinos e femininos, o trabalho era comum a todos os membros da família e sua divisão era absolutamente espontânea entre os sexos. Sobre isso, Eilser (1987) ressalta que os dados arqueológicos disponíveis na atualidade indicam que, em sua estrutura geral, a sociedade pré-patriarcal era notadamente igualitária. Embora nestas sociedades a linhagem pareça ter sido traçada por parte da mãe, e as mulheres, como sacerdotisas e chefes de clãs, pareçam ter representado papéis de liderança em todos os aspectos da vida. Para a autora, há pouca evidência de que a posição dos homens neste sistema social fosse de alguma maneira comparável à subordinação e supressão das características femininas; não há sinais de que as mulheres subjugassem ou oprimissem os homens, semelhante ao sistema de domínio masculino que rege o patriarcado.

De acordo com a visão de Engels (2012), o homem era encarregado de ir à guerra, responsável pela caça, pela pesca e pela procura das matérias-primas para a alimentação. Ele mesmo produzia os instrumentos necessários à consecução dos seus fins. Enquanto a mulher era encarregada dos cuidados com a casa, do preparo da comida e da confecção das roupas, cozinhar, fiar e coser. Cada um tinha domínio sobre seu território — o homem na floresta; a mulher em casa. Cada um era proprietário de seus instrumentos de trabalho — o homem possuía as armas e os apetrechos de caça e pesca; a mulher era dona dos utensílios domésticos. Nesse momento histórico, a economia doméstica era comunista e abrangia várias e

numerosas famílias. Tudo era feito e utilizado em comum, a propriedade era comum a todos: a casa, as canoas, as hortas etc. Não havia nessas comunidades primitivas a divisão em diferentes classes sociais. O trabalho era utilizado para o bem comum e não individualmente. Podemos dizer que a divisão sexual é a primeira forma de repartição do trabalho, por isso diferenciam-se as atividades de homens e mulheres neste modelo de economia comunista. Porém, enquanto processo “natural” da comunidade primitiva, ainda inexistente a supremacia do homem sobre a mulher.

Eilser (1987) reconhece que Friedrich Engels foi um dos pioneiros, no que diz respeito a relacionar o surgimento de hierarquias e estratificação social baseadas na propriedade privada, a discutir os fundamentos da dominação masculina sobre as mulheres, além de indicar ligações entre a mudança do matriarcado para o patriarcado com o desenvolvimento da metalurgia do cobre e do bronze. No entanto, a autora considera que Engels limitou-se a uma ligeira referência ao tema. Visto que só por meio de pesquisas mais recentes conseguimos enxergar os modos específicos como a metalurgia do cobre e do bronze redirecionaram de forma radical o curso da evolução cultural na Europa e Ásia Menor. A suposição, sob o paradigma predominante, é de que todas as importantes descobertas tecnológicas primitivas devem ter sido realizadas pelo “caçador” ou pelo “guerreiro”, com o objetivo de matança eficaz. Daí supõe-se também terem sido aqueles os primeiros metais usados como armas. No entanto, indícios arqueológicos mostram que metais como o cobre e o ouro eram conhecidos e usados pelo povo do neolítico apenas para fins religiosos e de ornamentação, além da manufatura de ferramentas. Assim, evidências arqueológicas sustentam a conclusão de que não foram os metais, mas, seu uso no desenvolvimento de tecnologias de destruição o que representou o papel tão crítico que Engels denominou “a derrota histórica mundial do sexo feminino”. Além disso, a que a dominação masculina teve início durante as incursões de hordas pastorais ao longo de milênios, rumo a terras mais férteis, onde a agricultura se tornara a principal tecnologia de produção, e não na pré-história ocidental, como sugere Engels, quando os povos caçadores-coletores começaram a domesticar e criar animais (em outras palavras, quando a criação de animais se tornou sua principal tecnologia de produção).

Mies (2019) também traz pertinentes reflexões do pensamento evolutivo de Engels; nesse quesito, a autora aborda de forma crítica o mito do homem caçador. Para ela, a produtividade feminina é pré-condição para produtividade masculina,

levando em consideração que “produtividade”, nesse contexto, significa a capacidade específica dos seres humanos de produzir e reproduzir a vida dentro do processo histórico. É essa a tese que norteará a análise da divisão assimétrica do trabalho entre os sexos durante as principais fases da história da humanidade.

La productividad femenina consistía, sobre todo, en la capacidad de proveer la subsistencia diaria, para garantizar la supervivencia de los miembros clan o grupo. Las mujeres necesariamente tenían que garantizar el "pan de cada día", no sólo para ellas y sus hijos, sino también para los hombres, en caso de que no tuvieran suerte en sus expediciones de caza, ya que la caza es una especie de “economía del riesgo” (Mies, 2019, p 126).

A sobrevivência da humanidade deve muito mais à “mulher coletora” do que ao “homem caçador”. Esse pensamento se baseia no mito do homem caçador, visto que as mulheres são as verdadeiras provedoras da maior parte da alimentação diária. Nessa perspectiva os homens caçadores, na realização de uma boa expedição, dependiam da contribuição alimentar de suas companheiras, contribuição esta que não era produzida na caça. É por essa razão que as antigas mulheres iroquesas tinham poder de decisão em relação à guerra e às expedições de caça. Se recusassem aos homens a quantidade necessária de comida para suas aventuras, eles deveriam ficar em casa (Leacock, 1978; Brown, 1970 *apud* Mies, 2019, p. 128). Além disso, a hipótese do “homem caçador” foi popularizada por antropólogos, behavioristas e, nos últimos tempos, também por sociólogos que promovem a linha do pensamento evolutivo desenvolvida por Raymon Dart — antropólogo sul-africano — que compactuava que a caça foi o motor do desenvolvimento humano, e que as relações de dominação existentes entre homens e mulheres têm origem na infraestrutura biológica de caçadores da idade da pedra.

Leacock (2019) critica essa visão basicamente biológica e evolutiva, posto que a tarefa de analisar a natureza e a origem da opressão das mulheres sempre coube aos antropólogos. Ela alerta para a visão atualmente dominante de que as mulheres têm sido sempre oprimidas — o termo usual é “dominadas” —, em algum grau, pelos homens, porque estes são mais fortes e responsáveis pelos combates, porque é da sua natureza serem mais agressivos. Assim, a autora destaca dois problemas ligados a essas interpretações.

O primeiro problema consiste na ausência de uma perspectiva histórica. Quando se faz generalizações a partir de dados transculturais, todos praticamente

coletados no século vinte, que levam a ignorar mudanças ocorridas por um espaço de tempo que chega até quinhentos anos, como resultado do envolvimento com o mercantilismo europeu, em primeiro lugar, e, mais tarde, com a colonização e o imperialismo em larga escala. A autora avança que há quase uma espécie de racismo embutido na premissa de que as culturas dos povos do Terceiro Mundo permaneceram virtualmente estáticas até que fossem destruídas pela proliferação do industrialismo urbano. Sem dúvida, uma das mudanças mais consistentes e largamente documentadas que foram produzidas durante o período colonial foi o declínio do status das mulheres em relação aos homens.

O segundo problema relativo às afirmações como aquelas acima esboçadas é, em boa medida, de natureza teórica. O uso habitual de algumas dimensões polarizadas para aferir a posição da mulher e constatar que em toda parte homens são “dominantes” e detêm autoridade sobre ela não apenas ignora apenas a história mundial, mas também transmuta a totalidade das estruturas tribais de tomada de decisões nos termos das relações de poder da nossa própria sociedade.

Segundo os/as autores/as desse pensamento, o caçador (homem) foi responsável pela criação das ferramentas e armas, além de provedor de comida. Enquanto as mulheres eram fracas e dependentes da proteção desses. Além do mais, tais pensadores ignoram as invenções relacionadas à produção de subsistência, das mulheres — as primeiras invenções foram recipientes e cestos feitos de folhas, cascas, fibras vegetais e, posteriormente, de barro. Além da pá e da enxada, que foram os principais instrumentos de colheita nos primórdios da agricultura; cabe destacar que esse modelo de homem caçador como paradigma da evolução humana constitui a base de inúmeros trabalhos científicos sobre as relações humanas. Essa perspectiva continua sendo popularizada entre os acadêmicos e usada como explicação para as causas da desigualdade social (Mies, 2019).

Dessa forma, para Mies (2019), a tecnologia desenvolvida pelas mulheres permaneceu produtiva, visto que, no sentido mais verdadeiro da palavra, elas produziam algo novo por meio de seu uso. Sendo assim, a tecnologia da caça, ao contrário, é totalmente improdutiva, já que seu significado reside basicamente em matar animais e outros seres humanos. Foi essa característica das ferramentas de caça que se tornou decisiva durante o desenvolvimento posterior da produtividade masculina, bem como para as relações sociais exploradoras e desiguais. A autora

acrescenta que a natureza do homem caçador é distintamente diferente da natureza da mulher coletora/agricultora. As principais ferramentas dos caçadores não são instrumentos de produção de vida, mas de destruição, que eram usados como meio de coação contra a natureza e outros seres humanos. Desse modo os homens adquiriram poderes, inclusive, contra outros produtores (mulheres) através do uso de armas. A relação que se manteve por meio das armas foi basicamente predatória e exploratória, sendo uma troca antagônica e não recíproca. A apropriação das substâncias naturais (Marx, 1985) tornou-se um processo de apropriação unilateral, a fim de estabelecer relações de propriedade por meio da exploração da natureza, não de humanizar as relações. Nesse contexto, podemos afirmar que todas as relações de exploração e dominação posteriormente criadas entre apropriação e produção o foram graças ao uso de armas como método coercitivo.

Durante muito tempo acreditou-se que se a pré-história não era patriarcal, com certeza era matriarcal. Isso se deve à dificuldade em admitir uma organização social na qual uns não dominem os outros, típico do pensamento patriarcal da nossa época. Mas cabe dizer que a estrutura social pré-patriarcal era igualitária. De acordo com Leacock (2019), cabe destacar que, apesar dessa “harmonia” em muitas sociedades, as mulheres não eram vistas como pacificadoras “naturais”, embora seja esse papel que elas assumem em muitas sociedades. Entre os Naskapi¹⁵, por exemplo, as mulheres tomaram parte no prolongado processo de tortura dos prisioneiros iroqueses de maneira ainda mais furiosa que os homens. Além de serem constantemente perseguidas por desobediência a seus maridos:

A estrutura da autoridade em sociedades igualitárias, onde todos os indivíduos eram igualmente dependentes de um coletivo maior do que a família nuclear, permitia uma ampla distribuição a respeito do processo de tomada de decisões entre mulheres e homens, maduros e idosos, a quem, por princípio, cabia decidir – individualmente, em pequenos grupos ou no coletivo maior – sobre aquelas atividades que deveriam realizar no escopo das responsabilidades a eles socialmente atribuídas (Leacock, 2019, p. 59).

¹⁵ São povos originários indígenas do Subártico nativo do país histórico localizado no norte de Quebec e Labrador. Sociedade baseada no cooperativismo. Então, dentre os naskapi do Labrador, a liderança exercia uma influência que decorria da habilidade e da sabedoria. A liderança era desempenhada por ambos os sexos através das habilidades “sociais” e “emocionais” (Leacock, 2019).

Apesar de a linhagem ter sido traçada por parte da mãe e as mulheres representarem papéis predominantes, na religião e em todos os aspectos da vida, não havia, à época, uma posição de submissão entre os membros.

Os mais de 15 mil anos de paz, em que homens e mulheres viviam em harmonia consigo mesmos e com a natureza, foram encerrados quando um deus masculino decretou que a mulher era inferior ao homem e que deveria ser subserviente a ele. Dividida, assim, a humanidade, em duas partes, feminina e masculina, com o domínio de uma sobre a outra, todas as relações humanas se adaptariam a esse modelo (Lins, 2007, p 26).

Com o processo de divisão da sociedade em classes antagônicas, que, como já mencionado, nasce atrelado a uma divisão social do trabalho, a força de trabalho e a imagem social da mulher ganham um novo caráter. “A perpetuar-se esta tendência, o sexo operaria como fator de discriminação social enquanto perdurasse o modo de produção baseado na apropriação privada dos meios de produção” (Saffioti, 2013, p. 61). Criou-se uma tradição de inferioridade da mulher, tanto no que diz respeito às relações que esta estabelece com a sociedade, quanto com relação à força de trabalho. O homem deveria proteger a mulher, em virtude da sua fragilidade, e esta deveria ser submissa e colaborar no desenvolvimento dele.

Dentro da sociedade de classes, essa condição coloca a mulher num processo discriminatório que se arrasta até os dias atuais. De acordo com Borges (2020), já na antiguidade a mulher começou a perder espaços dentro da sociedade, tornando-se os casamentos instituições centrais na vida delas. Não se pode negar, em contrapartida, que existiram sociedades da idade antiga nas quais algumas mulheres se destacaram politicamente, ocuparam lugares importantes nas decisões públicas, mas a camada trabalhadora sempre ocupou um espaço de desvantagem. Cabe destacar que nesse momento histórico a religião centralizou o culto na figura do homem, isso justifica o dever de obediência da mulher a um senhor macho. O tempo não diluiu esse pensamento.

Durante o período medieval, por exemplo, a figura da mulher trazia características muito peculiares, de modo que toda narrativa era baseada na satanização das mulheres, responsabilizadas pelas desgraças dos homens e consideradas física e intelectualmente inferiores. Muitas dessas crenças, principalmente as religiosas, eram fundamentadas na figura patriarcal pregada pelo cristianismo, com a inferioridade da mulher justificada em muitas passagens bíblicas.

De acordo com Jacques Le Goff, na Antiguidade judaica a bíblia era considerada a verdade absoluta e detentora de toda sabedoria e justiça (2013, p 11).

O cristianismo – através da Igreja Romana – disseminou um antifeminismo agressivo, especialmente a partir do século XV. Como a cultura estava nas mãos de clérigos celibatários, que procuravam sem cessar firmar sua precedência na relação com o sagrado através das práticas de controle do corpo, mostraram-se, então, evidentes a exaltação da virgindade e da castidade e o combate à tentação, com a renúncia sexual (Gevehr; Souza, 2014, p. 114).

Sendo assim, pode-se dizer que “[...] es en la antigüedad donde están las bases de nuestra cultura patriarcal y androcéntrica, fundadora de la historia contemporánea” (Barretto, 2008, p. 37). Nesse sentido, Le Goff (2013) destaca que se a Idade Média não elevou o estatuto das mulheres em relação à Antiguidade, é porque o cristianismo, mesmo concedendo-lhes um lugar importante, as fez sofrer as consequências de dois elementos: um é a responsabilidade de Eva no pecado original; o segundo é o fato de que as mulheres não foram promovidas, no clericalato, à função sacerdotal. Embora o autor acredite que esse foi um período no qual as mulheres puderam se destacar, visto que muitas delas foram admitidas a um estado de santidade dentro do contexto ornado pela aura religiosa.

Desse modo, algumas mulheres puderam ascender em relação à posição em que se encontravam anteriormente. Não obstante, se o poder social e político esteve sobretudo nas mãos dos homens, determinadas mulheres puderam, no mais alto grau de nobreza, desempenhar um papel importante. A mulher de nascimento nobre adquiriu, pela literatura cortês, a alta categoria de “dama”, que dentro do sistema feudal detinha toda autoridade sobre o “homem vassalo”.

Vale enfatizar que esse contexto apresentado por Le Goff não era unânime na sociedade medieval. Gevehr e Souza (2014) destacam que o cristianismo construiu uma relação entre o feminino, o sexo e o mal. Sendo considerada verdadeira a conexão entre o Diabo e as bruxas para execução do mal, baseando suas origens sobretudo no sexo humano, especialmente nas mulheres. Os autores acrescentam que a desigualdade entre os sexos proliferou no contexto cultural da época, gerando um medo da ascensão das mulheres. Dessa forma, buscaram todas as formas de castigá-las e reprimi-las, principalmente àquelas “ditas como hereges”. “Como era vedada às mulheres a participação nos ritos oficiais da Igreja, muitas optaram em tomar parte dos movimentos heréticos, em que elas não eram discriminadas e

faziam parte do ministério e da pregação” (Gevehr; Souza, 2014, p. 118). Vale destacar ainda, que essa aversão das mulheres também serviu para sua fuga dos casamentos por conveniência que coexistiram durante toda Idade Média. Nessa época a Igreja e o Estado dividiam o poder; o clero forneceu a ideologia e o poder civil determinou as armas da repressão, tornando perante a lei de Deus e dos homens e válida a inferioridade das mulheres. Além do mais, a maioria dos textos medievais retratam as mulheres no singular, como se uma única imagem contemplasse todas as possibilidades de vida das mulheres. Sem distinção de tempo, lugar e posição social.

Essa realidade serviu de base para a misoginia da cultura ocidental que se perpetua até os nossos dias. “En esta línea de razonamiento es importante un vistazo a la mitología griega, reconociéndola como la cuna de gran parte de los principios originadores de las prácticas de violencia de la era cristiana y como la cuna de nuestra “cultura culta”, en la era moderna” (Barretto, 2008, p. 37). Hoje em dia não é difícil descobrir a fonte do que havia de menos adiantado em termos de cultura entre os gregos e influenciou diretamente nossa forma de vivência. O fato de a democracia grega excluir a maioria da população (sem permitir a participação de mulheres e escravos) originava-se da superestrutura andocrática¹⁶ imposta à ordem anterior, mais pacífica e igualitária. O mesmo ocorria com a preocupação da classe dominante grega com a guerra e sua idealização das chamadas virtudes de heroísmo e conquista armada, além da enorme deterioração da condição feminina. Com isso, percebemos com clareza o conflito e influência entre elementos andocráticos e gilânicos¹⁷ da Grécia clássica de Atena. É verdade que, assim como os escravos de ambos os sexos, todas as mulheres eram excluídas da tão festejada democracia ateniense. Vemos os elementos gilânicos e andocráticos da sociedade

¹⁶ “Como termo mais preciso do que patriarcado, capaz de descrever um sistema social governado pela força ou pela ameaça de força masculina, proponho o termo andocracia”. Já tendo sido relativamente usada, esta expressão deriva-se das palavras de raiz grega andros, ou “homem”, e kratos (como em democrático), ou “governado” (Eisler, 1987).

¹⁷ “A fim de descrever a verdadeira alternativa para um sistema baseado na supremacia de uma metade da humanidade sobre a outra, proponho o novo termo gílania. Gi origina-se da palavra de raiz grega gyne, ou “mulher”. An vem de andros, ou “homem”. A letra L entre as duas tem duplo significado. Em português, ela tem como função a ligação de ambas as metades da humanidade em vez de, como na andocracia, a supremacia de uma delas. Em grego, deriva-se do verbo lyein ou lyo, que por sua vez também apresenta duplo significado: solucionar ou analisar (como em análise) e dissolver ou libertar (como em catálise). Nesse sentido, a letra L significa a resolução de nossos problemas através da libertação de ambas as metades da humanidade da rigidez de papéis, inútil e deformadora, imposta, pelas hierarquias de dominação inerentes a sistemas andocráticos” (Eisler, 1987).

grega na situação paradoxal das mulheres atenienses, a qual — a despeito de grandes restrições legais e sociais — ainda era para algumas consideravelmente melhor do que a situação das mulheres em teocracias do Oriente Médio. Precisamente porque as mulheres podem ter sido menos subjugadas ali, mas há indicações da possível existência em Atenas de algo semelhante a um “movimento de mulheres”.

Na verdade, a história preservada por Santo Agostinho sobre como as mulheres de Atenas perderam o direito ao voto, no mesmo período em que se deu a mudança da sociedade matrilinear para patrilinear, indica a imposição da androcracia como marcador do fim da verdadeira democracia. Além disso, nos tempos clássicos, a maioria das mulheres da classe superior teve de viver no confinamento insalubre e embrutecedor do gineceu, ou aposentos femininos (Eisler, 1987). Dessa forma, podemos dizer que os processos de “misoginização” da religião na antiguidade, sobretudo na Grécia Antiga, contribuíram com a radicalização das sociedades patriarcais.

A palavra Misoginia vem do grego e baseia-se no ódio ou desprezo pelo sexo feminino. Cabe destacar que, por vezes, se confunde com machismo e androcentrismo, fenômenos dos quais faz parte, e relaciona-se a crenças na inferioridade da mulher e com a desconsideração das experiências femininas no ponto de vista masculino (Braga, 2013, p. 2).

A sociedade ocidental copiou os valores mais tradicionais relativos às mulheres. A herança cultural da Igreja Católica, mesmo no século atual, segue ancorada nos ideais de inferiorização da mulher e na sua subordinação à imagem masculina. Continua sendo proibido o sacerdócio feminino. Embora a desigualdade de gênero seja uma criação anterior ao cristianismo, sua influência instiga o discurso social e cultural que sustenta e estabelece os papéis sociais de gênero sob uma moral edificada de acordo com a ótica cristã (Gevehr; Souza, 2014). Nessa perspectiva, Barretto (2008) afirma:

Así nos encontramos con las tramas de la historia oficial de la humanidad y su perspectiva androcéntrica para explicar el mundo occidental donde el hombre es el centro y parámetro de medida de explicación de la realidad social. A partir de estos breves apuntes podemos resumir que, desde el punto de vista socio cultural, el mundo griego cumple bien el papel de diseminar la ideología patriarcal y androcéntrica, por medio de sus mitos y de la producción del conocimiento de sus filósofos. Ambos medios plantean

la superioridad masculina, la virilidad, la fuerza, la posesión y el poder (p. 40).

Apesar desse legado, a mulher sempre foi ativa, contribuindo fundamentalmente desde as primeiras formas de organização social submetida ao trabalho. Esta nunca foi alheia ao trabalho. Ainda na Idade Média, de acordo com Federici (2017), o trabalho no feudo estava organizado com base na subsistência, a divisão sexual do trabalho era menos pronunciada que nos estabelecimentos agrícolas capitalistas. Na aldeia feudal não existia separação social entre produção de bens e reprodução da força de trabalho — todo o trabalho contribuía para o sustento familiar. As mulheres trabalhavam nos campos, além de na criação dos filhos, cozinhando, lavando, fiando e mantendo a horta. As atividades domésticas não eram desvalorizadas, tampouco supunham relações sociais diferentes das dos homens — tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico deixasse de ser visto como verdadeiro trabalho. A autora enfatiza ainda que a posição das mulheres nos feudos não pode ser tratada como uma realidade estática. O poder das mulheres e suas relações com os homens estavam determinadas, pelas lutas de suas comunidades contra os senhores feudais e pelas mudanças que essas lutas produziam nas relações entre senhores e servos. Assim sendo, a história das mulheres e a transição para o capitalismo estiveram estreitamente ligadas à luta travada pelo proletariado medieval contra o poder feudal.

Essas lutas servis trouxeram muitas consequências, entre elas certa autonomia na comunidade aldeã e uma possível flexibilização na relação que os servos mantinham com seus senhores. Uma das resoluções mais importantes entre senhores e servos foi o pagamento em dinheiro pelos serviços laborais desempenhados, colocando a relação feudal sobre base mais contratual. Diante de tal acontecimento, de importância fundamental para o desenvolvimento da sociedade, a servidão praticamente acabou. Isso porque tal substituição funcionou como um meio de divisão social e contribuiu para a desintegração da aldeia feudal. Essa divisão social foi benéfica para alguns camponeses abastados, pois, por possuírem grandes extensões de terras, podiam empregar outros trabalhadores, trilhando um caminho para independência econômica. Entretanto, para os camponeses mais pobres, diante da necessidade de quitar suas obrigações em dinheiro, contraíram grandes dívidas, fazendo inclusive com que alguns deles

perdessem os poucos acres de terras que detinham. Em consequência, no final do século XIII, quando as substituições se propagaram por toda Europa Ocidental, grande parte do campesinato sofreu um processo de proletarianização. Pode-se afirmar que a monetização da vida econômica não foi vantajosa para todos. Seus efeitos foram destrutivos e excludentes, o dinheiro e o mercado começaram a dividir o campesinato ao transformarem as diferenças de rendimentos em diferenças de classe, produzindo uma massa de pobres que sobreviviam de doações (Federici, 2017).

De fato, a comercialização das relações sociais trouxe inúmeras consequências para os trabalhadores, sobretudo para as mulheres.

As mulheres, em todas as classes, também se viram afetadas de um modo muito negativo. A crescente comercialização da vida reduziu ainda mais seu acesso à propriedade e à renda. Nas cidades italianas, as mulheres perderam o direito a herdar um terço da propriedade de seu marido (a *tertia*). Nas áreas rurais, foram excluídas da posse da terra, especialmente quando eram solteiras ou viúvas. Consequentemente, no final do século XIII, encabeçaram o movimento de êxodo do campo, sendo as mais numerosas entre os imigrantes rurais nas cidades (Federici, 2017, p. 63).

No século XV, as mulheres constituíam alta porcentagem da população das cidades e a maioria vivia em condições de pobreza, desempenhando trabalhos mal pagos — como servas, vendedoras ambulantes, comerciantes (com frequência eram multadas por não terem licença), fiandeiras e prostitutas. As leis da cidade não libertavam as mulheres, embora a subordinação à tutela masculina fosse menor. Nesse momento histórico elas podiam viver sozinhas, como chefes de famílias, e frequentemente compartilhavam a moradia com outras mulheres. Embora fossem os membros mais pobres e menos privilegiados da sociedade urbana, com o tempo, as mulheres foram se destacando em ocupações que posteriormente seriam consideradas trabalhos masculinos — muitas eram ferreiras, açougueiras, padeiras, cervejeiras e chapeiras. À medida que as mulheres ganhavam mais autonomia, sua presença na vida social começava ser motivo de repressão, sobretudo pela Igreja (Federici, 2017).

Com o desaparecimento da economia de subsistência predominante na Europa pré-capitalista, a unidade entre produção e reprodução típica de todas as sociedades baseadas na produção para uso próprio chegou ao fim, tornando essas atividades e as relações sociais sexualmente diferenciadas. Nesse novo regime,

apenas a produção para o mercado tinha valor — o trabalho reprodutivo começou a perder importância do ponto de vista econômico e deixou de ser considerado trabalho. A reprodução da força de trabalho no âmbito doméstico e sua função na acumulação capitalista tornaram-se invisíveis. Assim sendo, adentrar aos trabalhos ditos femininos passou a ser visto como vocação natural das mulheres. Além do mais, estas foram excluídas de muitas ocupações assalariadas e, quando trabalhavam em troca de pagamento, ganhavam uma miséria em comparação ao salário masculino. A divisão sexual do trabalho que emergiu não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento de controle do trabalho feminino (Federici, 2017).

A desvalorização e a opressão do trabalho feminino são fenômenos importantes para a garantia do desenvolvimento e manutenção da ordem do capital, tanto do ponto de vista de seus efeitos sobre as mulheres, quanto por suas consequências na organização capitalista do trabalho. De acordo com Federici (2017), a história que cria as bases do patriarcado e torna as mulheres servas da força de trabalho masculina foi e é de suma importância para o desenvolvimento do capitalismo, pois impõe uma divisão sexual do trabalho, implicando diferenciação não apenas nas tarefas desempenhadas por mulheres e homens, mas em todas as esferas da vida em sociedade — lançando uma relação de poder sobre o trabalho feminino e destinando as mulheres à esfera reprodutiva. A desvalorização e a feminização do trabalho reprodutivo foram um desastre também para os homens trabalhadores, pois a desvalorização desse trabalho inevitavelmente desvalorizou o seu produto: a força de trabalho.

Desde a transição do feudalismo para o capitalismo, as mulheres sofrem com o processo de degradação social que foi e é fundamental para a acumulação de capital, que permanece se fortalecendo até a contemporaneidade. “Nessa trajetória, e embora as mulheres tenham exercido um papel fundamental para colocar um ponto final na sociedade feudal, não encontraram na história da revolução burguesa uma página dourada, principalmente para as mulheres da classe trabalhadora” (Calado, p. 39, 2016).

O surgimento do capitalismo se dá em condições adversas à mulher. A divisão sexual do trabalho, antes era apontada como divisão natural e técnica, é profundamente modificada no capitalismo. Com a complexificação das relações

sociais, o próprio desenvolvimento das forças produtivas vai modificando essas diferenças (necessidade da produção x necessidade do capital). Relegar as mulheres à esfera reprodutiva é, sem dúvidas, a forma mais perversa de controle, inclusive de seus corpos, como no caso da criminalização da contracepção. Sobre isso, Federici (2017) destaca que essa criminalização da contracepção expropriou das mulheres o saber baseado em ervas medicinais — usadas como métodos contraceptivos —, que perdurou durante a Idade Média sendo passado de geração em geração. O Estado as privou da condição fundamental de sua integridade física e psicológica, degradando a maternidade à condição de trabalho forçado, além de confinar as mulheres à atividade reprodutiva de um modo desconhecido por sociedades anteriores. Além de, consequentemente, excluí-las dos espaços socialmente reconhecidos — ditos masculinos — que elas haviam conquistado.

Podemos relacionar a expulsão das mulheres do espaço de trabalho organizado e o surgimento da figura da “dona de casa” e da redefinição da família como lugar para a produção da força de trabalho. Essa relação tem a ver com o papel que as mulheres virão a desempenhar diante das necessidades e demandas do modo de produção vigente. Mies (2022) destaca que a família monogâmica, conforme a conhecemos hoje, é colocada sob a proteção específica do Estado, consistindo na combinação forçada entre princípios de parentesco e coabitação, e a definição do homem como “chefe” de família e “provedor” da esposa legal, não assalariada, e de seus filhos. Vale destacar que, entre o século XVIII e início do XIX, essa forma de casamento e família só era possível entre as classes proprietárias da burguesia — mulheres camponesas, artesãs e operárias sempre estiveram a realizar todo trabalho. Essas restrições só foram abolidas na segunda metade do século XIX, quando o Estado começou a intervir para promover uma política pró-natalista para a classe trabalhadora, que não possuía propriedades. Estudos recentes sobre a história da família revelam que o conceito de “família” só se tornou popular no final do século XVIII na Europa, particularmente na França e na Inglaterra, e somente em meados do século XIX foi adotado também para as famílias dos trabalhadores e camponeses. Como podemos observar, “família” tinha uma conotação de classe distintiva. A residência compartilhada — especialmente entre marido, mulher e descendentes — tornou-se a principal característica da família burguesa, portanto podemos afirmar que o atual conceito de família é um conceito burguês. A autora acrescenta que,

A burguesia estabeleceu a divisão social e sexual do trabalho característica do capitalismo e declarou a “família” como território privado, em contraste com a esfera “pública” da atividade econômica e política. Inicialmente, a burguesia apartou “suas” mulheres da esfera pública e as encerrou em seus “lares” aconchegantes, de onde não poderiam interferir nas políticas bélicas, lucrativas, nem na politicagem dos homens. Inclusive a Revolução Francesa, na qual milhares de mulheres lutaram, acabou por excluí-las da política. A burguesia, particularmente a burguesia puritana inglesa, criou a ideologia do amor romântico como uma compensação e sublimação da independência sexual e econômica que as mulheres tinham antes da ascensão dessa classe (Mies, 2022, p. 205).

Sendo assim, o trabalho doméstico é de suma importância para o desenvolvimento do capitalismo. É esse trabalho dito “improdutivo” que sustenta a produção capitalista. O casamento e todas as regras que organizam uma família nuclear são parte da função que o trabalho feminino possui na reprodução da força de trabalho. As mulheres foram retiradas do espaço de trabalho público formal e relegadas ao espaço doméstico, ditas responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos, trabalho este que torna-se invisível na perspectiva capitalista, já que, segundo o marxismo tradicional, não gera mais-valia. O que não condiz com a realidade, visto que toda riqueza produzida pelo trabalho assalariado não seria possível sem o trabalho doméstico não remunerado. Dessa forma, analisando criticamente tal perspectiva, o trabalho da “dona de casa” não deve ser visto como um serviço pessoal para o homem ou para os filhos, ele é na verdade parte fundamental da organização capitalista, que se aproveita dessa forma de reprodução da força de trabalho, e na verdade é a base, a fundação e o apoio de todas as outras atividades de trabalho. É esse trabalho não remunerado desempenhado pelas mulheres, que geracionalmente confere as condições para a manutenção do mercado formal, porque dá origem aos trabalhadores e porque sem ele não há nenhuma outra forma de trabalho. Isso significa dizer que toda classe capitalista, todos os empregadores se beneficiam imensamente do trabalho não remunerado das mulheres. As mulheres tornaram-se a infraestrutura necessária que permite que os trabalhadores frequentem diariamente seus empregos. Elas tentaram resistir a este fato, mas diante das táticas opressoras e intimidatórias usadas contra elas, fracassaram (Federici, 2021).

Além do mais, já no contexto da Idade Média, aquelas que ousaram trabalhar fora de casa, em espaço público e para o mercado, foram representadas como megeras sexualmente agressivas ou até mesmo como “putas” ou “bruxas” —

fazendo um paralelo com os dias de hoje, aquelas que ousam conciliar o serviço doméstico com o trabalho fora de casa devem se acostumar com a dupla ou tripla jornada que lhe será imposta. Com isso, podemos afirmar que a exclusão das mulheres dos ofícios por elas conquistados ao longo da história, forneceu as bases necessárias à sua fixação no trabalho reprodutivo e para sua utilização como trabalho mal remunerado na indústria artesanal doméstica. Essa nova divisão sexual do trabalho ou novo “contrato sexual”, passava a definir as mulheres em termos — mães, esposas, filhas, viúvas — que ocultavam sua condição de trabalhadoras e davam aos homens livre acesso a seus corpos, a seu trabalho e aos corpos e ao trabalho de seus filhos.

Dessa forma, as atividades desenvolvidas por mulheres começaram a aparecer como recurso natural, já que perderam seu caráter de trabalho. De fato, durante os séculos XVI e XVII, as mulheres perderam terreno em todas as áreas da vida social. Foram submetidas a um intenso processo de degradação social, e isso só foi possível graças a desvalorização de suas vidas enquanto trabalhadoras e ao fim de sua autonomia em relação aos homens (Federici, 2017).

Esta foi uma derrota histórica para as mulheres. Com sua expulsão dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminilizada. Para colocar em prática a “apropriação primitiva” dos homens sobre o trabalho feminino, foi construída uma nova ordem patriarcal, reduzindo as mulheres a uma dupla dependência: de seus empregadores e dos homens. O fato de que as relações de poder desiguais entre mulheres e homens existiam mesmo antes do advento do capitalismo, assim como, uma divisão sexual do trabalho discriminatória, não foge a esta avaliação. Isso porque, na Europa pré-capitalista, a subordinação das mulheres aos homens esteve atenuada pelo fato de que elas tinham acesso às terras e a outros bens comuns, enquanto no novo regime capitalista as próprias mulheres se tornaram bens comuns, dado que seu trabalho foi definido como um recurso natural que estava fora da esfera das relações de mercado (Federici, 2017, p. 191-192).

Hoje, a atualizada divisão entre homens e mulheres não pode ser considerada algo natural, pois essas diferenças são construídas, em dado momento histórico, pela dinâmica das relações sociais com o desenvolvimento das forças produtivas. De categoria natural, anteriormente, transformou-se numa categoria histórica. Quando Marx (1985) aborda a divisão social na manufatura, a descreve historicamente, compreendendo o terreno técnico, a divisão de ofícios, as atividades, no processo do trabalho, portanto, pode-se dizer que a divisão do trabalho responde às exigências dos determinados modos de produção da história.

As diferenciações existentes na divisão do trabalho consistem numa totalidade em movimento. Por exemplo, a divisão sexual, apontada por Engels (2012) como uma divisão espontânea, é profundamente modificada no capitalismo. Hoje, o próprio desenvolvimento das forças produtivas vem apontando modificações substantivas dessas diferenças. Dessa forma, analisar a divisão sexual do trabalho torna-se imprescindível nas discussões relacionadas à exploração da força de trabalho feminina e as problemáticas envolvidas no assunto. Essa análise permite captar elementos da exploração capitalista, muitas vezes despercebidos devido à naturalização da subalternidade das mulheres, bem como dos papéis por elas desempenhados nesta sociedade (Cisne, 2015).

Consequentemente, as violências sofridas pelas mulheres e a extração do trabalho feminino por meio de relações de trabalho coercitivas são parte do sistema capitalista. Elas são necessárias para o processo de acumulação do capital, não periféricas a ele. Em outras palavras, o capitalismo tem de usar, fortalecer e mesmo inventar as relações patriarcais homem-mulher se quiser manter seu modelo de dominação. Se todas as mulheres do mundo tivessem se tornado assalariadas “livres”, sujeitos “livres”, a extração de excedente seria severamente prejudicada. É isso que as donas de casa, as trabalhadoras, as camponesas e as prostitutas de países do Terceiro e do Primeiro Mundo têm em comum (Mies, 2022).

A opressão e a repressão das mulheres, portanto, baseiam-se em múltiplos fatores. A classe dominante apropria-se de elementos essenciais para desempenhar seu papel e manter controle sobre a ordem estabelecida. Um dos elementos principais, que segue dando força ao patriarcado e à exploração das mulheres, é o racismo estrutural. As mulheres negras sofrem duplamente os efeitos dessa exploração, visto que a situação de classe está intrinsecamente ligada às questões de gênero e raça. Dentro da perspectiva estrutural da sociedade de classe construída historicamente, cria-se uma objetificação das mulheres negras, sobretudo a partir do período de colonização. Com isso, queremos dizer que “[...] um fator que permitiu ao capitalismo se reproduzir até nossos dias foi precisamente sua capacidade de mobilizar setores do proletariado como instrumentos de políticas racistas, machistas e favoráveis aos avanços da colonização” (Federici, 2021, p. 17). Assim, o racismo é uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. Enquanto discurso de exclusão, tem

sido perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam (Gonzalez, 2020).

Partindo desse pressuposto, dentre a exploração de classe, entrelaçada pela opressão de gênero e raça, torna-se imprescindível destacar a realidade das mulheres negras, visto que sofrem com mais intensidade os efeitos da exploração do trabalho, da perda dos direitos trabalhistas e do desemprego e, conseqüentemente, são mais absorvidas pela informalidade. Reflexos da sociedade machista, racista e heteropatriarcal em que vivemos, cujas raízes serão tratadas na sessão a seguir. Portanto, reconhece-se a demanda de “enegrecer” o feminismo, que diz respeito não só a ampliar a participação de mulheres negras na construção das pautas feministas, mas, e principalmente, em ampliar a compreensão sobre como a imbricação entre sexo, raça e classe atinge diferentes tipos de mulheres, de múltiplas formas, demandando atuação ampla e diversa do movimento em questão.

2.3 A opressão das mulheres negras

O sistema capitalista, que tem no cerne a lógica de exploração e dominação pautada na extração da mais-valia, reproduz historicamente justificativas para guerras, dominações, revoluções, escravizações, subordinação entre classes, raças e gênero. A configuração dessa ordem social vem servindo de apoio para determinadas finalidades políticas e econômicas incorporadas por sujeitos que nela veem justificativa para suas promoções, de modo que exercem a dominação e a exploração de uns/umas sobre outros/outras como se naturais, pautados na lógica do mercado e do consumo. As marcas da dominação e da exploração dos sujeitos sociais rebatem de forma contundente na mulher em geral, mas principalmente e mais profundamente na mulher negra. Seja no mundo público, ocupando postos de submissão, de menos valia, ou lugares de subserviência; seja no âmbito privado, ao lidar com a solidão das obrigações domésticas e, muitas vezes, com a exposição aos mais diversos tipos de violência, às ameaças, além da exacerbada precariedade financeira, que atinge sobretudo as mulheres negras (Barretto; Bastos, 2022).

Dessa forma, pode-se dizer que existe uma inseparabilidade estrutural entre racismo e capitalismo, o que Akotirene (2019) chama de cisheteropatriarcado¹⁸, gerada por um padrão colonial moderno, responsável pela promoção dos racismos e sexismos institucionais contra identidades produzidas durante a interação das estruturas. Com isso, segundo Leacock (2019), a exploração de classe, a opressão racial e nacional, além da repressão de gênero, constitui uma unidade, pois se assentam nessa junção à vitória das relações capitalistas. É nessa interação de opressões que as mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe. Essa ideia de “cruzamento” faz parte da articulação metodológica proposta pelas feministas negras, atualmente chamada de interseccionalidade.

A popularização do conceito de interseccionalidade no Brasil é relativamente recente, tendo cerca de 30 anos. Atualmente é o mais utilizado para analisar as relações e as interconexões possíveis entre as categorias de gênero, raça, classe, sexualidade, geração etc. Ordenação essa construída por meio de uma narrativa ancestral e criticamente política (Figueiredo, 2020). Assim, a interseccionalidade nos permite pensar a partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos — que revelam quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões. Cabe destacar que a interseccionalidade dispensa individualmente quaisquer reivindicações identitárias ausentes da coletividade; tendo por objetivo compreender a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da supracitada matriz colonial moderna. Destarte, podemos dizer que o pensamento feminista se deu mediante a construção a ferro e águas atlânticas, e a interseccionalidade veio até nós como ferramenta ancestral (Akotirene, 2019).

Ao longo de sua história, o capitalismo tem sido inseparável da brutalidade racial e da opressão nacional. Ainda assim, poucos estudiosos ocidentais tomam para si a tarefa de explorar todas as ramificações resultantes dessa conexão. Marx desvelou o mistério da produção de mercadorias e do fetichismo do direito; ele revelou o processo pelo qual as relações diretas entre as pessoas, à medida que trabalham para produzir e trocar os bens então consumidos, são transformadas pela emergência da produção de mercadoria para o lucro, de modo que o próprio trabalho das pessoas torna-

¹⁸ O heteropatriarcado, ou cis-heteropatriarcado, é um sistema sociopolítico no qual a heterossexualidade masculina cisgênero tem supremacia sobre as demais formas de identidade de gênero e sobre as outras orientações sexuais (Jesus, 2012).

se uma força alienada contra elas. Em outras palavras, Marx analisou a natureza da exploração como um princípio, mais ainda, como um princípio sem cor, raça ou sexo (Leacock, 2019, p. 49).

Parte desse debate surge da necessidade de pensar o feminismo e o movimento negro por outras frentes, devido à fragilidade conceitual ainda existente nesses movimentos. Dessa maneira, as mulheres negras não são contempladas nem pelo feminismo branco — que generaliza as lutas femininas e pontua demandas de uma “mulher universal” —, tampouco pelo movimento negro — que não abrange uma discussão de gênero, contemplando apenas o homem negro, fortalecendo-se, por vezes, sob uma óptica machista. Vergès (2021) destaca que, no âmbito do feminismo, os debates em torno das vinculações entre Estado, patriarcado e capitalismo nunca deixaram de existir. Porém, o conceito de “mulheres” concebido para descrever uma realidade que se pretendia homogênea, atraca sobre um caráter global de opressão. Diante disso,

Enquanto as mulheres brancas têm medo de que seus filhos possam crescer e serem cooptados pelo patriarcado, as mulheres negras temem enterrar seus filhos vitimados pelas necropolíticas, que confessional e militarmente matam e deixam morrer, contrariando o discurso cristão elitista-branco de valorização da vida e contra o aborto — que é um direito reprodutivo (Akotirene, 2019, p. 16).

Nessa perspectiva, não podemos tratar o conceito “mulher” de forma universal, sem levar em consideração classe e raça. A mulher burguesa, por mais oprimida que seja como mulher, não tem dupla jornada, não passa o dia trabalhando, não tem de lutar por sua sobrevivência. Em geral, explora outras mulheres e homens não burgueses. Nunca ouvimos falar de uma mulher burguesa que tivesse sangrado até a morte por um aborto clandestino. Nunca vimos uma mulher burguesa passar por revista íntima na porta de uma fábrica. Nunca vimos uma madame gritando na porta de uma escola para conseguir vaga para o filho. Nunca soubemos de uma “socialite” que deixasse seu filho pequeno com a vizinha por falta de creche no local de trabalho, tampouco que precisasse de auxílio-maternidade. Se o gênero nos une, a classe (e a raça, acrescento) nos divide. As divisões que constituem a formação social capitalista, e que, no Brasil, relacionam-se fortemente às diferenças de raça, enfraquecem as classes que estão sempre fragilizadas em uma luta desigual por melhores condições de sobrevivência. A dominância do capital exerce seu papel na configuração de diferentes

subalternidades, que sustentam o modo de produção. Para isso, é necessário um regime de produção de sentidos que mantenha determinadas redes semânticas naturalizadas, em posição dominante, sendo impossível reconhecer-se fora dessa trama (Toledo, 2001).

Em 1970, no Sul Global e no Norte, movimentos começaram a questionar a ideologia feminista ocidental que se dizia universalista e almejava falar em nome de todas as mulheres. A principal manifestação crítica que as feministas do Sul teciam sobre o feminismo ocidental residia em chamar atenção para relação intrínseca entre capitalismo, imperialismo, racismo e opressão das mulheres — elementos que determinam o modo de interação entre as classes sociais e as formas de racialização.

Contrariando o que está posto, o projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articuladas em nível global. Indistintamente, seus movimentos vão, desde onde estejam as populações de cor acidentadas pela modernidade colonialista até a encruzilhada, buscar alimento analítico para a fome histórica de justiça. O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, (LGBT), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras. Visto isto, não podermos mais ignorar o padrão global basilar e administrador de todas as opressões contra mulheres, construídas heterogeneamente nestes grupos, vítimas das colisões múltiplas do capacitismo, terrorismo religioso, cisheteropatriarcado e imperialismo. Tais mulheres depositam confiança na oferta analítica da interseccionalidade, preparada por suas intelectuais além de, sucessivamente, oferecerem no espaço público o alimento político para os Outros, proporcionando o fluxo entre teoria, metodologia e prática aos acidentados durante a colisão, amparando-os intelectualmente na própria avenida do acidente. Apesar de abordagens eurocêtricas por vezes chegarem na contramão para dar socorro epistemológico, ignorando o contexto do acidente e causando, por consequência, mais fluxos no cruzamento de raça, gênero e classe... É o modismo acadêmico da interseccionalidade! (Akotirene, 2019, p. 16).

Dessa forma, a separação teórica entre exploração de classe e outras formas de opressão contribui para segregar os sujeitos revolucionários e enfraquecer os movimentos de luta, como aconteceu nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Revolucionários negros foram forçados a dividir-se em dois, dicotomizando a opressão de seu povo, declarando formalmente que sua exploração como trabalhadores era mais fundamental do que a opressão sofrida enquanto negros.

Desse modo, a fúria peculiar e poderosa do povo negro foi definida como inerentemente contrarrevolucionária (Leacock, 2019). Ademais,

Argumenta-se, por vezes, que as opressões racial e nacional não seriam, em princípio, essenciais à vitória das relações capitalistas. Trata-se de um argumento estéril, uma vez que essas opressões estiveram historicamente juntas. É verdade que não passou de um acidente no plano da diferenciação física humana o fato de a Europa peninsular ter sido habitada por um povo que perdera muito da melanina em sua pele, do mesmo modo que significou um acidente geográfico que uma área com muitos portos e canais, carvão e ferro relativamente disponíveis tenha tornado possível o início da industrialização, uma vez que a região alcançara o velho mundo urbano. Em outro planeta, as coisas poderiam ter ocorrido de forma diferente. Em nosso planeta, contudo, ao tornar-se conveniente para energéticos mercadores arrancar elevados lucros de trabalhadores outros que não aqueles de sua própria nação, a cor ofereceu uma desculpa mais que conveniente. A primeira razão para a escravidão foi religiosa, uma vez que conflitos econômicos na Europa foram, por tanto tempo, travados em termos religiosos. “Infiéis” eram escravos naturais. Essa lógica não perdurou, tendo em vista que infiéis poderiam facilmente converter-se, ao menos nominalmente, quando isso fosse do seu interesse. A cor, uma elaboração do “fardo do homem branco”, tornou-se, daí, uma desculpa para a captura, o saque e a escravização dos não europeus. O racismo serviu e serve ainda poderosamente para dividir os trabalhadores do mundo. O racismo também desconcerta os estudiosos. Fosse a humanidade inteiramente “branca” ou inteiramente “negra”, seria a história inicial da opressão no Terceiro Mundo considerada, de algum modo, apartada ou simplesmente suplementar à exploração dos trabalhadores ocidentais? (Leacock, 2019, p. 51).

Antes dessa percepção de interseccionalidade que hoje dá os aportes metodológicos para o pensamento feminista negro, os problemas estruturais vivenciados pelas mulheres negras eram tratados do ponto de vista de neocolonizadores acadêmicos, incapazes de abranger esse discurso interseccional. “Contra esse feminismo pacificador e cúmplice do capitalismo e do patriarcado, feministas persistem em analisar as imbricações, interações e interseções entre os vários níveis de opressão” (Vergès, 2021, p. 24).

Segundo Gonzalez (2020), é inegável que o feminismo — como teoria e prática — desempenhou um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, na medida em que, ao apresentar novas questões, não apenas estimulou a formação de grupos e redes, mas desenvolveu ainda a busca por novas maneiras de ser mulher. Ao centralizar suas análises em torno do conceito de capitalismo patriarcal (ou patriarcado capitalista), revelou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, o que constitui uma contribuição crucial para a direção de nossas lutas como movimento. Ao demonstrar, por exemplo, o caráter político do mundo privado,

desencadeou um debate público no qual emergiu a tematização de questões completamente novas — sexualidade, violência, direitos reprodutivos etc. —, revelando sua articulação com as relações tradicionais de dominação/submissão. Contudo, apesar de suas contribuições fundamentais, acabou deixando de fora o problema do racismo estrutural, a opressão vivenciada por grande parte das mulheres, a discriminação de caráter racial.

Hoje temos uma grande base referencial de mulheres negras “infiltradas” na academia, engajadas em uma política decolonial, em desfazerem rotas hegemônicas da teoria feminista e avançarem em prol de quem sangra, porque o racismo estruturado pelo colonialismo moderno insiste em dar cargas pesadas a mulheres negras e homens negros (Akotirene, 2019). Além do mais, como destaca Pinheiro (2022), a entrada das mulheres negras de forma organizada na cena política contemporânea movimentou a organização social de amplos setores explorados — seja entre movimento feminista e negro, entre trabalhadoras domésticas e informais, das quais são a maioria, seja entre estudantes que reivindicavam a implementação das leis de cotas ou ainda dos movimentos culturais e religiosos de resistência popular.

Nesse sentido, as mulheres negras vêm sendo referência, em âmbito global, como força de um movimento social de resistência, de luta por respeito e por direitos, além da significativa contribuição na produção do conhecimento científico, ao trazerem discussões teóricas e epistemológicas de importância ímpar para academia e para sociedade, trazendo um contraponto a esse contexto eurocêntrico historicamente mantido (Barretto; Bastos, 2022).

Dito isto, foi o pensamento interseccional que explicou a matriz de opressão cisheterossexista, racista, etária e divisora sexual do trabalho. Akotirene (2019) acentua a importância de articular raça, classe e gênero, questionando a categoria “mulher universal” ao tratar de mercado de trabalho. Entendendo que mulheres brancas e negras são colocadas de maneiras diferentes no mercado de trabalho e que o feminismo hegemônico parece não se atentar a isso. Grande parte das mulheres negras são trabalhadoras nas casas de “mulheres brancas instruídas” ou inseridas no mercado informal e ainda precisam lidar com maridos ociosos que reclamam o fato de não ter comida pronta em casa.

O feminismo hegemônico argumenta que na velhice as mulheres experimentam discriminações geracionais impostas pelo mercado de trabalho, o

qual as consideram velhas; e de classe, porque perdem o dinheiro da aposentadoria para netos e adultos da família. Nesse contexto, é a marcação de raça que garantirá às mulheres brancas segurança social, pois estas, na maioria das vezes, tiveram emprego formal, e a marcação de classe irá mantê-las na condição de patroas. O racismo estrutural irá impor à mulher negra outra realidade, a da experiência de “burro de carga” da patroa e do marido. Para a mulher negra, inexistente o tempo de parar de trabalhar, vide o padrão colonizador racista que as mantém fora do mercado formal, atravessando diversas idades no não emprego, expropriadas; e de geração, infantil, porque deve fazer o que ambos — marido e patroa — querem, como se faltasse vontade própria e, o que é pior, capacidade crítica. Independentemente da idade, o racismo infantiliza as mulheres negras. Velhice é como a raça é vivida; e classe-raça cruza gerações, envelhecendo mulheres negras antes do tempo.

É fato que ao mesmo tempo em que avança o discurso interseccional, criando bases sólidas para o enfrentamento do racismo estrutural, bem como da sociedade de classe que o sustenta, avança também o discurso hegemônico na contramão do que está posto na realidade, agarrado em subsídios neocolonizadores. À vista disso, Akotirene (2019) enfatiza que de nada adianta intelectuais defenderem a descolonização do feminismo sem legitimar “negrura perspectivista” nos níveis psíquico, cognitivo e espiritual das epistemes¹⁹.

Por conseguinte, analisando de modo geral a situação das mulheres desde as primeiras formas de relações sociais, vemos que são impelidas a todo custo pelas variadas formas de opressão, principalmente as mulheres negras. A desvalorização e a opressão do trabalho feminino são fenômenos importantes para a garantia do desenvolvimento e manutenção da ordem do capital, tanto do ponto de vista de seus efeitos sobre as mulheres, quanto por suas consequências na organização capitalista do trabalho. O desenvolvimento do capital mantém seu fundamento no modelo burguês, perpassado pela reprodução do trabalho não remunerado das mulheres, buscando manter o âmbito doméstico sob sua responsabilidade. Este é um elemento essencial para sustentar a organização capitalista e mundo do trabalho, evidenciado nas piores formas de trabalho, a exemplo do trabalho informal.

¹⁹ Conjunto de múltiplos saberes pertinentes.

3 O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E O IMPACTO DA CRISE DO CAPITAL PARA AS MULHERES: REALIDADE DO TRABALHO INFORMAL

Este capítulo trata das mudanças no mundo do trabalho contemporâneo, que buscam responder a crise estrutural do capital, sem precedentes na história. Dentre outras consequências, essas mudanças engendram o trabalho informal, que atinge estratégica e majoritariamente a vida das mulheres trabalhadoras. Pode-se dizer que essas transformações fazem parte da articulação de duas lógicas (política neoliberal e reestruturação produtiva) que visam a reorganização da ordem do capital e do mundo do trabalho, a fim de extrair cada vez mais lucros.

3.1 A crise do capital e seus desdobramentos no mercado de trabalho no Brasil

Vivemos uma crise histórica sem precedentes, considerada não uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas estrutural e profunda do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta — pela primeira vez em toda a história — o conjunto da humanidade, pondo como exigências à sobrevivência mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado. Mostra-se irreversível, com permanência mais ou menos crônica que vem se aprofundando.

A crise estrutural atual do capital traz elementos contraditórios, visto que se utiliza de políticas autoritárias que deslegitimam o próprio sistema, a exemplo da utilização de armas de destruição em massa, que pode levar a extinção da própria humanidade por meio da barbárie — algo contrário à ideia de fonte da civilização e da modernidade na qual o capitalismo se apresenta. Dessa forma, ficam claras a ineficiência e a capacidade autodestrutiva do próprio sistema (Mezáros, 2011).

Outrossim, apesar da finalidade intrínseca da ordem de reprodução social metabólica do capital ser a produção de mais-valia, não podemos reduzir a dinâmica da sociedade burguesa à lógica da produção de mais-valia. Trata-se de uma totalidade social composta não apenas de economia, mas de política, de cultura, de psicologia e de tecnologia. Além destas instâncias irredutíveis à economia, é importante salientar que na formação social burguesa existem múltiplas determinações de outros modos de produção pré-capitalistas que incidem sobre sua

dinâmica social. Entretanto, a economia ou a esfera da produção de mais-valia, no sentido preciso de base material da produção social, é a instância determinante da reprodução social desta sociedade mercantil complexa que é o capitalismo (Alves, 2007). Nesse sentido, complementa Fontes (2017, p. 3),

Esta é uma sociedade que produz recorrentemente crises, pelo fosso entre necessidades sempre renovadas por novas mercadorias e a impossibilidade concreta da satisfação sequer das necessidades essenciais pela grande maioria. A abundância se torna o seu contrário, a criação de lixo inútil, a pura devastação sem sentido, enquanto a população segue com seu tempo espoliado. Crises de superprodução renovam a produção da miséria, pelo desemprego, pela destruição de bens de uso que não se converteram em mercadorias. A concorrência desenfreada entre capitais exacerba a tendência à redução dos lucros; a introdução de tecnologias tenta freá-la, através de massas ainda maiores de mercadorias produzidas com menor número proporcional de trabalhadores. O desemprego é crescentemente constitutivo dessa dinâmica social e vem sendo convertido em forma de exploração do trabalho sem a mediação contratual, sem direitos, sem limites de jornada de trabalho.

Faz parte do processo de reestabelecimento do sistema dominante a criação de novos arranjos de predomínio, acarretando consequências adversas para a classe trabalhadora, com maior incidência de formas precárias de trabalho, como é o caso do trabalho informal, do desmonte dos direitos sociais e do desemprego estrutural que atinge principalmente as mulheres.

Há de se convir que é, sobretudo, nos momentos de crise do capitalismo que as ideologias conservadoras, racistas e patriarcais ganham força, com forte apelo às opressões, que subordinam parcela da sociedade e se expressam, dentre outras coisas, no reforço dos papéis de gênero. Xavier (2021) destaca que o modo de produção capitalista busca novas formas de se reestruturar, dentre e dentre elas a apropriação e a exploração do trabalho reprodutivo das mulheres ganha um lugar central.

No capitalismo, o trabalho reprodutivo das mulheres gera valor de uso para o capital, ao mesmo tempo em que ocasiona uma inviabilização da sua própria existência. Como visto, devido à naturalização do papel das mulheres, reproduzido, sobretudo pela ideologia patriarcal capitalista, onde não é considerado trabalho, supondo o caráter intrínseco a “natureza das mulheres”. É no âmago da família burguesa que, segundo Hobsbawn (1982), constitui uma unidade básica autocrática patriarcal, onde esses papéis de gênero também ficam em evidência. Dentro dessa lógica, cabem às mulheres as preocupações com os afazeres domésticos, enquanto

o homem é o pai, o marido, o senhor e o juiz do lar. Abaixo dele está o “anjo bom da casa”, a mãe, a esposa e a amante responsável por dirigir a casa e tudo que estiver relacionado ao bem-estar da família.

No processo de amadurecimento do capital, as relações de trabalho apresentam-se de forma emblemática. Fontes (2022) aponta que a expansão acelerada do capitalismo e a inclusão forçada de seus mecanismos deram a tônica do processo econômico e social ao longo do século XX. Assim, a generalização da mercantilização da sociedade, componente essencial da expansão capitalista, reduz (ou simplesmente elimina) a possibilidade de sobrevivência individual fora do mercado. Ademais, cabe frisar, o fato de grandes parcelas da população terem ficado de fora do processo de assalariamento durante longos períodos (a exemplo das mulheres) não significa sua permanência paralela fora ou à margem do mercado capitalista. Independente da forma laboral que contribui para o mercado de trabalho e para valorização do capital — assalariamento, artesanato, serviços domésticos, empregos diversos, informalidade ou ocupações extraleais —, fazem parte integralmente da generalização das relações mercantis de cunho capitalista. Ademais,

O trabalho reprodutivo, desenvolvido pelas mulheres (a elas atribuído no processo de transição do feudalismo ao capitalismo) é necessário ao trabalho assalariado. [...] Assim, a divisão da formação social em duas classes (detentores dos meios de produção e vendedores de força de trabalho) gera outras divisões. A classe trabalhadora se divide entre trabalhadores assalariados com diferentes remunerações (as quais dependem do gênero e da raça); entre trabalhadores com diferentes funções sociais e espaços de trabalho (o trabalho de produção, do âmbito público, e o trabalho de reprodução, do âmbito privado, executado por homens e por mulheres, respectivamente); entre trabalhadores com diferentes graus de escolaridade (o trabalho qualificado, geralmente executado por homem ou mulher branca da classe burguesa, e o trabalho não-qualificado, mal remunerado e atribuído a mulheres e a homens negros, pobres); além do trabalho sexual, executado principalmente por mulheres pobres. Além disso, o Estado, investido do funcionamento neoliberal do capitalismo, não mede esforços na consolidação do trabalho informal, o que provoca ainda mais divisões na classe. Embora tal descrição das divisões do trabalho seja bastante simples, podemos visualizar, com esse quadro, que se instalam diferenças no interior da classe trabalhadora, que fazem com que os trabalhadores concorram entre si ao invés de se reconhecerem como classe. As mulheres, especialmente as mulheres negras, são as mais fragilizadas nesse cenário, e são justamente elas as responsáveis pela sustentação do modo de produção capitalista neoliberal (Vinhas 2022, p. 67-68).

É importante ressaltar que a crescente expansão/inclusão de novos grupos sociais e populações inteiras é ilimitada dentro da lógica capitalista. Os limites físicos ou geográficos de expansão não se constituem em obstáculos para o alcance de todas as partes do mundo.

O movimento de expansão capitalista, tanto no centro quanto em sua "periferia", implicara também o crescimento de formas de desemprego e a eliminação de atividades provedoras da subsistência. A relação entre o assalariamento e outras formas de inserção no mercado variou enormemente entre as regiões, assim como o grau de remuneração da força de trabalho. As formas de resistência, em grande parte nucleadas na oposição entre capital e trabalho (com o importante papel cumprido pelos sindicatos e pelos partidos socialistas e comunistas), assim como as lutas travadas no campo diretamente político, conduziram a uma redução do risco especificamente proletário, o desemprego, por meio de formas compensatórias estabelecidas por uma crescente intervenção do Estado. Nessa transformação no papel do Estado, deu-se a incorporação da maioria da população à cidadania, processo lento e desigual que desembocaria nas democracias modernas. O Estado de tipo keynesiano - ou *Welfare State*, fruto de penosas conquistas - teve entretanto uma generalização bastante limitada. Esse processo de ampliação democrática no cerne dos países capitalistas parecia prefigurar uma dimensão integradora do sistema, também generalizável. No entanto, em que pese algumas conquistas significativas, essa dimensão permanece bastante restrita (Fontes, 2022, p. 26).

Como visto, além de expansionista e incontrolável, a ordem sócio-metabólica do capital é incorrigível e insustentável; na medida em que é um sistema social fetichizado²⁰ constituído por determinações sistêmicas, não admite reformas parciais, demonstrando a estupidez do reformismo social-democrata. Com a sociedade burguesa, pela primeira vez no desenvolvimento da sociedade humana, surge um sistema social propriamente dito; ou seja, uma estrutura de controle "totalizadora" das mais poderosas e que se constitui como sistema global. A ideia de "global" pressupõe estrangulamentos estruturais para reformas locais. Uma das determinações estruturais do modo de produção e reprodução capitalista é a constituição sistêmica, a partir de processos de precarização do trabalho vivo, de formas históricas de precariedade social. Sobre essa forma de precariedade, Alves (2007, p. 107) destaca que,

²⁰ O objeto-fetice (ou a coisa, o que explicaria o termo coisificação ou reificação) é, em si, incontrolável, no sentido de tendencialmente não estar sob o controle dos próprios homens e mulheres. Pelo contrário, em virtude, da inversão (e perversão) do objeto que se tornou coisal, sob o fetichismo da mercadoria, tende a ocorrer a negação da subjetividade, pois, sob tais condições históricas determinadas, ocorre a negação do próprio sujeito humano (Alves, 2007, p. 22).

A precariedade social transborda os limites do estatuto salarial propriamente dito. Os proletários do século XXI não são apenas trabalhadores assalariados, operários ou empregados, mas os trabalhadores subordinados às grandes empresas que aparecem como prestadores de serviço trabalhadores independentes ou "autônomos". Deste modo, complexifica-se o vínculo de trabalho assalariado, transbordando a mera relação de emprego juridicamente determinada.

Assim, as categorias de precariedade e precarização do trabalho são intrinsecamente histórico-concretas, além de multidimensionais (precariedade e precarização não são apenas do trabalho, mas dos modos de vida e da reprodução social). O que significa que assumem formas e modos de ser diferenciados no decorrer da história e no interior de cada sociedade. A precariedade é condição ontológica da força de trabalho como mercadoria, ou seja, o modo o trabalho assalariado é condição ontologicamente precária de classe.

Contudo, é importante retomar que a principal forma histórica de precariedade social é o sistema do trabalho assalariado, predominante nas sociedades burguesas há séculos. Como visto, desde o século XVI, o capitalismo moderno tem ampliado as condições de precariedade social de homens e mulheres despossuídos da propriedade dos meios de produção da vida material. O desenvolvimento avassalador, o sociometabolismo do capital no Ocidente, se impôs sobre outros padrões civilizatórios, promovendo a colonização do mundo, seja em sua dimensão territorial — através do colonialismo, imperialismo ou globalização; seja em sua dimensão sistêmica, através da constituição de sociabilidades estranhadas e de relações sociais baseadas no poder e no dinheiro. O capital como relação social tornou-se agente da racionalização do mundo, aparecendo como um processo social contraditório cujo cerne essencial caracterizou-se, por um lado, pela constituição do processo de precarização como forma de desenvolvimento civilizatório e, por outro, pela instauração da precariedade social como “condição humana” (Alves, 2007).

É importante salientar que a contemporaneidade vem sendo marcada por profundas alterações nas relações entre o Estado, o capital e o trabalho. A partir da década de 1970, com a crise estrutural do capital²¹, buscaram-se novas formas de

²¹ De acordo com Mészáros (2012), a crise estrutural que vivenciamos hoje afeta a totalidade do complexo social, em todas as relações com suas partes constituintes, ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não-estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão; assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não se pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global. Além disso, tal crise mudou a dinâmica do capital, pois a longa onda expansiva foi substituída por uma longa onda recessiva: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica

acumulação, ditando uma nova cultura de inspiração neoliberal no mundo do trabalho, sobretudo com base na reestruturação produtiva²² e no padrão de acumulação flexível.²³ Essa forma de acumulação flexível surgiu no ocidente, ditada pelo novo modelo de produção que emergiu na década de 1970, o chamado Toyotismo ou modelo japonês (Antunes, 1999). A autonomia, a polivalência e a organização celular permitiram que a capacidade produtiva dos postos de trabalho passasse a ser flexível (Pinto, 2014). O Toyotismo,

Gerou não apenas aumento da produtividade, mas também possibilitou às empresas adquirir maior flexibilidade no uso de suas instalações e no consumo da força de trabalho, permitindo-as, portanto, elevar com rapidez [...] sua disposição de atendimento à demanda sem ter que aumentar para isso o número de trabalhadores (Pinto, 2014, p. 73).

Essas transformações no capitalismo, iniciadas por volta da década de 1970 e que atualmente seguem em pleno curso, apontam para um novo dilema expresso na eclosão de crises em vários níveis. Há uma modificação brutal e veloz da própria estrutura produtiva: com a chamada revolução tecnológica e a introdução da informática no processo produtivo, a expansão industrial passou a eliminar vertiginosamente a força de trabalho humana do âmbito da produção de riquezas. O ritmo da transformação tecnológica acelera-se, ampliando-se a população excedente em proporções mundiais. Dessa forma, o que vem sendo chamado de terceira Revolução Industrial, de mundialização ou de pós-modernidade é acompanhado de uma extensão sem precedentes da divisão internacional do trabalho (acompanhada da divisão sexual do trabalho, já que tais transformações não subordinam apenas regiões, mas também os sujeitos, pelo gênero e pela raça, levando as mulheres — sobretudo as negras — a serem as mais afetadas negativamente pela precarização do trabalho). Amplia-se sua escala e sua proporção, com a possibilidade da rápida implantação de indústrias em qualquer ponto do planeta. Regiões até então

capitalista. As crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas (Netto, 2012, 226).

²² “A reestruturação produtiva diz respeito a uma série de mudanças no modo de produção capitalista, das quais são mais expressivas e podem elucidar o que de fato torna tão incrementado o modo de produzir com base na pragmática neoliberal, quais sejam: a flexibilização, a terceirização, a precarização do trabalho, etc” (Silva, 2011, p. 3).

²³ Refere-se a um fenômeno que confronta diretamente a rigidez do fordismo. Ela flexibiliza os processos de trabalho, o mercado de trabalho e os produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de maneiras novas de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (Harvey, 1992, p. 140).

secundarizadas nos processos de acumulação de capital — como a Ásia e, em especial, a China — adquirem relevo, com a acelerada mercantilização da vida social para imensos contingentes populacionais (Fontes, 2022).

Além disso, é interessante refletir, por outro lado, sobre a forma social e histórica que assume o processo de precarização do trabalho no Brasil, entendido, principalmente como movimento de degradação da condição salarial. Apresenta-se como processo que se desenvolve no espaço-tempo e atinge de modo diferenciado contingentes da classe. Por exemplo, algumas categorias profissionais perderam direitos trabalhistas ou tiveram seu estatuto salarial precarizado (ou “flexibilizado”) nas últimas décadas, dadas as políticas neoliberais, o processo de reestruturação produtiva e a globalização econômica.

Assim, o processo de precarização atinge de modo diferenciado categorias profissionais no interior da classe, sendo percebido de forma diferenciada por segmentos etários, étnicos e de gênero. A partir da crise estrutural do capital, em meados dos anos 1970, o sistema social do capital é afetado por múltiplas negações. Com o sociometabolismo da barbárie²⁴, tendem a emergir as mais variadas formas de desumanização do ser social, uma sociabilidade estranhada, decorrente do desemprego estrutural e das várias formas de alienação social (Alves, 2007).

Como resposta à crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital, do seu sistema ideológico e político de dominação, do qual os contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, que defende a privatização do Estado; a desregulamentação dos direitos do trabalho e o desmonte do setor produtivo estatal.

O neoliberalismo tem como referencial no Brasil o rompimento com a chamada Era Vargas. Especialmente em relação ao padrão de relações de trabalho estabelecido a partir da Revolução de Trinta, a adoção das políticas neoliberais pressupõe a desconstitucionalização dos direitos trabalhistas, assim como o esvaziamento do código do trabalho, através da introdução de uma série de medidas flexibilizadoras das relações de trabalho (Pochmann, 2001, p. 147).

²⁴ O conceito de sócio-metabolismo da barbárie sugere o complexo social ampliado de racionalidades psicossociais as mais diversas, cuja proeminência demonstra-se nas múltiplas formas de precarização objetiva (e subjetiva) da força de trabalho e do trabalho vivo. Deste modo, considera-se que existe um vínculo orgânico entre o sócio-metabolismo da barbárie e o novo regime de acumulação flexível que se desenvolve sob o capitalismo global, caracterizado, por um lado, pela predominância do capital financeiro e da financeirização da riqueza capitalista e, por outro, pelo novo complexo de reestruturação produtiva sob o espírito do toyotismo (Alves, 2007).

Além disso, houve uma intensificação da exploração do trabalho a partir do processo de reestruturação produtiva e os novos padrões de gestão do trabalho que se desenvolveram sustentados pela flexibilização. Isso desencadeou crescente transformação do contrato trabalhista, demonstrada nas diversas formas flexíveis do emprego e do mercado de trabalho. Estas práticas assumem diferentes configurações, tais como: a terceirização, o emprego temporário, a subcontratação, o trabalho informal, as cooperativas de trabalho, as atividades autônomas e inúmeras formas de trabalho assalariado “disfarçado” (Neves; Pedrosa, 2006). Dessa forma, “[...] as imensas conquistas em termos de capacidade produtiva e de meios econômicos e tecnológicos jamais estiveram disponíveis, politicamente, para a generalização de um possível bem-estar planetário” (Fontes, 2022, p. 28).

Sobre isso, Cavalcanti (1983) acrescenta que o desenvolvimento latino-americano, em particular, exhibe disparidades excessivas, bloqueios para a transmissão do movimento de transformação e inquietante marginalização de segmentos ponderáveis da sociedade. Um dos principais fenômenos do setor moderno dominante é a incapacidade de incorporar uma proporção cada vez maior da força de trabalho ativa, principalmente nas cidades, ao produzir uma heterogeneidade produtiva, com a formação de vários seguimentos distintos no mercado de trabalho.

As transformações provenientes da própria estrutura capitalista acarretam uma contradição com a imagem de expansão ilimitada de dominação. Essa expansão é acompanhada de inclusões forçadas e exclusões internas. A lógica expansionista “includente” e universalizante que assola o mundo e distintas regiões é de cunho profundamente desigualitário.

Ao longo dos séculos XVI a XX, as Américas conviveram com uma dessas formas de exclusão na relação dos colonizadores com os indígenas. A conquista da América apresentou extrema ambiguidade no que se refere às modalidades de inclusão e exclusão dos povos autóctones²⁵. De um lado, a crença numa humanidade comum, de fundo religioso e missionário, significou — e traduziu-se em — projetos de absorção dos povos “descobertos”. Nunca houve, entretanto, homogeneidade com relação ao que se esperava dessa inclusão, que ia desde

²⁵ Natural do país em que habita e proveniente das raças que ali sempre habitaram.

modalidades “suaves” de cristianização até a escravização (Fontes, 2022). Nesse contexto, Federici (2017) acrescenta que:

No século XVIII, a afluência de ouro, prata e outros recursos da América para a Europa deu lugar a uma nova divisão internacional do trabalho, que fragmentou o proletariado global por meio de segmentações classistas e de sistemas disciplinares que marcaram o começo de trajetórias frequentemente conflitivas dentro da classe trabalhadora. As semelhanças no tratamento que receberam tanto as populações europeias como as da América são suficientes para demonstrar a existência de uma mesma lógica que rege o desenvolvimento do capitalismo e conforma o caráter estrutural das atrocidades perpetradas neste processo. A extensão da caça às bruxas às colônias americanas é um exemplo notável (Federici, 2017, p. 380-381).

De acordo com Federici (2017), também no Novo Mundo, a caça às bruxas constituiu estratégia deliberada, utilizada pelas autoridades com o objetivo de propagar terror, destruir resistências coletivas, silenciar comunidades inteiras e instigar o conflito entre seus membros. Além disso, outra estratégia foi o cercamento, que, poderia consistir em cercamentos de terra, de corpos ou de relações sociais. Logo se percebe que, assim como na Europa, a caça às bruxas na América foi, sobretudo, um meio de desumanização das mulheres e, como tal, uma forma paradigmática de repressão que servia para justificar a escravidão e o genocídio, além de garantir o desenvolvimento capitalista. Há de se notar que os “caçadores” não destruíram a resistência e a luta dos povos colonizados. O vínculo dos povos nativos americanos com a terra, com as religiões locais e com a natureza sobreviveu à perseguição principalmente devido à luta das mulheres, proporcionando fonte de resistência anticolonial e anticapitalista durante mais de quinhentos anos.

Nesse contexto, a colônia e os/as colonos/as se definiam interna e externamente. Internamente, em relação à grande propriedade, aos/às escravizados/as e aos homens e às mulheres livres; externamente, voltava-se para a Europa, centro necessário do comércio e que lhe passava a imagem de “civilização”, oposta à “barbárie”.

No Brasil, a autoformação de uma classe dominante teve como base a escravidão e a exportação. Foram quatro longos séculos de escravidão, iniciada com os indígenas e continuada com o trato africano. Foi através do estabelecimento de relações hierarquizadas, presentes na Constituição e em prerrogativas absolutistas, que tornou-se possível ao Império intervir no sentido da manutenção da integridade territorial. A Monarquia, e o poder quase absoluto que assumiu com a

instituição do Poder Moderador, teria conduzido a uma centralização com forte base burocrática, símbolo da continuidade em relação ao modelo português de dominação. Assim, é preciso enfatizar que a continuidade passa a ser apresentada como o principal aspecto da identidade nacional. A dependência externa torna-se o modelo a partir do qual se organiza a dependência fundamental da sociedade em relação ao Estado centralizado e patrimonial, instaurado durante a colonização portuguesa. Dessa forma,

[...] o Brasil herdou um sistema político que não funciona como 'representante' ou 'agente de grupos ou classes sociais determinados, mas que tem uma dinâmica própria e independente, que só pode ser entendida se examinarmos a história da formação do Estado brasileiro. A característica principal do Estado autoritário brasileiro seria, então, sua dimensão "neopatrimonial". O processo de modernização do Estado teria assim instaurado uma modalidade de "despotismo burocrático". Além disso, esse Estado desenvolveria uma prática econômica "neomercantilista", caracterizada pela intervenção em todo tipo de atividades econômicas e pela distribuição de privilégios a determinados grupos. Essas características resultam num jogo político marcado por dois principais aspectos: a cooptação, em geral consolidada pelo corporativismo, e a exclusão, tanto da participação política quanto da riqueza social. O jogo político assume também um aspecto plebiscitário, no qual se alternam sem cessar as duas faces de uma mesma moeda: o populismo e o autoritarismo" (Fontes, 2022, p.121).

A dependência do Estado brasileiro fica bastante evidente no período da modernização do país. De acordo com Alves (2007), nos primeiros estágios da industrialização capitalista no Brasil em fins do século XIX, se buscava valorizar um capital cafeeiro deslocado para a produção industrial ainda incipiente. O Estado oligárquico burguês era obrigado a incentivar a vinda de imigrantes brancos estrangeiros, que passaram a constituir, naquela época, uma superpopulação relativa²⁶ capaz de sustentar a acumulação de capital. Para imigrantes italianos, espanhóis e portugueses, o Brasil era um campo de sonhos e novas oportunidades de vida e trabalho. Na ótica do capital, eram esses novos imigrantes os que sustentariam a nova dinâmica industrial-capitalista que se instalava no país. Cabe destacar que esse processo deixou marcas históricas que segregam e oprime até os dias de hoje.

²⁶ A superpopulação relativa existe em todos os matizes possíveis. Todo trabalhador faz parte dela durante o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente. Na terceira categoria da superpopulação relativa (a estagnada), constitui-se parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular (Marx, 1988).

A opção pelo trabalho livre do imigrante branco, incentivada pelas políticas de Estado da Velha República, contribuiu para sedimentar a exclusão do trabalhador negro liberto. A exclusão de afro-descendente no Brasil, base da desigualdade racial histórica, é produto de uma política do Estado oligárquico-burguês da República Velha. O trabalhador branco estrangeiro passou a constituir o proletariado industrial e o trabalhador negro recém-liberto tornou-se agregado social. Esta morfologia da superpopulação relativa dos primórdios da industrialização brasileira iria imprimir sua marca no mundo do trabalho no Brasil até os dias de hoje (Alves, 2007, p. 99-100).

Os primórdios da industrialização brasileira trazem consigo a marca do racismo estrutural no processo de precarização do trabalho e a constituição do precário mundo do trabalho, traços do novo socio-metabolismo do capital nas condições da mundialização financeira — que, como visto, atinge tanto países capitalistas centrais, como países capitalistas periféricos, a exemplo do Brasil. Inclusive, no caso do capitalismo brasileiro, o processo de precarização do trabalho assume dimensões complexas, articulando tanto àquelas histórico-genéticas (originárias da nossa formação colonial), como as histórico-sociais vinculadas à nova ordem da mundialização do capital (Alves, 2007).

O período que instaura o Brasil República dissemina desenfreada desigualdade social, tendo em vista as condições precárias de vida e saúde dos /as trabalhadores/as e de suas famílias. Cabe destacar que, pós-abolição, muitos recém-libertos/as partiram para os grandes centros urbanos, buscando oportunidades de emprego, sendo submetidos às péssimas condições de existência, já que na maioria das vezes não eram absorvidos pelo mercado de trabalho. A mão de obra branca em ascensão foi atraída por uma grande precarização do trabalho.

O que se desenvolveu no Brasil após a abolição da escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889) foi um tipo de capitalismo subalterno à ordem capitalista imperialista e de cariz hipertardio em seu desenvolvimento industrial só ocorrido com maior intensidade e amplitude a partir da década de 1930. O capitalismo brasileiro preservou em sua gênese histórica, traços arcaicos derivados da ordem escravista-colonial que passaram a estruturar o mercado de trabalho no Brasil (por exemplo, a exclusão social do trabalhador negro do mercado de trabalho primário) (Alves, 2007, p. 273).

É nesse contexto, que fica em evidência a “questão social” no Brasil. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2009), o aparecimento da “questão social” no país está diretamente ligado à generalização do trabalho livre, profundamente marcada pelo passado recente de escravidão. Esse trabalho livre se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção

dá-se, em grande medida, fora dos limites da formação econômico-social brasileira. Nessa conjuntura, a manutenção e a reprodução por meio do salário ficam a cargo do próprio operário e de sua família, estando sua sobrevivência vinculada ao mercado de trabalho dominado pelo capital. Cabe destacar que, como vendedor/a livre de sua força de trabalho, sucumbe inexoravelmente à exploração desmedida do capital, travando, enquanto classe social, uma verdadeira guerra civil com a classe capitalista para garantir e ampliar suas condições de existência. Assim, o proletariado entra em ascensão,

A exploração abusiva a que é submetido – afetando sua capacidade vital – e a luta defensiva que o operariado desenvolve aparecerão, em determinado momento, para o restante da sociedade burguesa, como uma ameaça a seus mais sagrados valores, “a moral, a religião e a ordem pública”. Impõe-se, a partir daí, a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. A compra e venda dessa mercadoria especial sai da pura esfera mercantil pela imposição de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado (Iamamoto; Carvalho, 2009, p. 126).

Segundo Alves (2007), de modo geral, o Estado social constituiu-se no período histórico de ascensão do capital no século XX, garantindo, a partir da luta de classe do proletariado organizado, ampla margem de concessões às reivindicações do mundo do trabalho. Assim, as leis trabalhistas, a previdência e a seguridade social universal, ou o *Welfare State*²⁷, são produtos históricos das lutas sociais e políticas do mundo do trabalho no século passado, que — ao constituírem obstáculos à sanha de valorização do capital — alteraram a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no século XX. Por outro lado, o Estado social ocultou, para os segmentos organizados da classe trabalhadora, a condição estrutural de precariedade do trabalho vivo no modo de produção capitalista.

Na verdade, a conquista de direitos sociais e políticos pelo proletariado não aboliu o estigma da precariedade como condição histórico-ontológica da força de trabalho enquanto mercadoria. Iamamoto e Carvalho (2009) acrescentam que as Leis Sociais surgem em uma conjuntura histórica determinada e que, a partir do aprofundamento do capitalismo na formação econômico-social, marcam o deslocamento da “questão social” de um segundo plano da história social para, progressivamente, colocá-la no centro das contradições que atravessam a

²⁷ Estado de Bem-estar Social.

sociedade. Visto que, surgem a partir do momento que coloca na ordem do dia, as terríveis condições de existência do proletariado, retratadas na sociedade brasileira por meio dos grandes movimentos sociais, que buscavam a conquista de cidadania social.

Portanto, o que chamamos de processo de precarização do trabalho é o processo de diluição (ou supressão) dos obstáculos constituídos pela luta de classe à voracidade do capital no decorrer do século XX. É a explicitação da precariedade como condição ontológica da força de trabalho enquanto mercadoria. A precarização possui um sentido de perda de direitos acumulados no decorrer de anos pelas mais diversas categorias de assalariados. A precarização é síntese concreta da luta de classes e da correlação de forças políticas entre capital e trabalho, é o conteúdo do Estado político da decadência histórica do capital. Cabe ressaltar que, no atual momento de crise estrutural do capital, o Estado neoliberal tende a suceder, sob determinadas condições histórico-políticas, o Estado social (Alves, 2007).

No contexto do Estado neoliberal, as políticas econômicas tendem a favorecer a livre iniciativa e a redução da intervenção do Estado na economia. Isso traz várias consequências para o trabalho das mulheres. A flexibilização no mundo do trabalho pode contribuir para a precarização do trabalho feminino, com as inúmeras formas precárias de trabalho — como contratos temporários, vínculos informais e salários mais baixos. Além disso, a ausência de políticas eficazes de igualdade de gênero perpetua tais condições, sobretudo entre as mulheres.

Nesta etapa de desenvolvimento do capitalismo, num sentindo de totalidade concreta do processo de precarização, o Estado Neoliberal apresenta a constituição da nova precariedade do trabalho.

O Estado neoliberal é a forma de Estado político que se surge com a mundialização do capital. É o elemento político constitutivo da lógica da precarização do trabalho que hoje se impõe à reprodutibilidade capitalista. O neoliberalismo não é apenas uma forma de governo, mas uma forma de Estado político. Por isso é que, entra governo e sai governo, a dinâmica neoliberal continua se impondo. A constituição da precariedade e o processo de precarização do trabalho é reflexo da nova estatalidade política neoliberal que surge com o capitalismo global (Alves, 2007, p. 149).

Como vemos, o Estado neoliberal é o Estado político do capital nas condições de sua crise estrutural. Nessas condições, ao tornar-se o Estado máximo para o Capital, torna-se o Estado mínimo para os interesses da classe trabalhadora. Ainda

que assuma o papel de regulador social, não consegue romper seus laços orgânicos com o grande capital. O Estado neoliberal é a forma “apodrecida” do capitalismo monopolista de Estado. Adota o referente de mercado para se autopreservar diante da crise de valorização do capital. Tendo em vista, que a função histórica da estatalidade política é ser o complemento orgânico da reprodução social do capital²⁸. Logo, Estado e capital são entes reflexivos cuja função primordial é garantir a reprodução da acumulação de valor através da extração de sobretrabalho e a normalidade socioinstitucional imposta pela ordem sistêmica do capital.

No decorrer do século XX, o Estado político fortaleceu sua estrutura burocrática. Por um lado, para enfrentar o processo civilizatório que torna as sociedades humanas cada vez mais sociais, sociedades complexas que exigem cada vez mais, complexas mediações organizativas de preparação, planejamento e controle do trabalho socializado. O capital impõe seus nexos estranhados por meio da burocracia estatal, abrindo uma dimensão da civilização numa etapa avançada da divisão social (e técnica) do trabalho. A máquina burocrática torna-se uma necessidade da reprodução social do capital, tendo em vista que a sociedade complexa é a sociedade do capital, baseada na propriedade privada e na divisão hierárquica do trabalho. E acrescenta-se aqui a divisão sexual do trabalho, que traz elementos de alta complexidade na nova precariedade do trabalho (Alves, 2007).

Vemos que o Estado em questão é centrado numa política global, mas impõe os interesses de uma ordem mundial desigualitária, sendo a expressão política da crise do Estado-nação. A fim de elucidar, Alves (2007) esclarece que o Estado neoliberal não deixa de ser um Estado “social”, tendo em vista que o processo civilizatório complexo impõe à estatabilidade política do capital a necessidade de tratar com demandas sociais públicas cada vez mais arraigadas no corpo da reprodução social. Entretanto, o “social” do Estado neoliberal está irremediavelmente submetido à regulação de mercado. O que explica, portanto, a nova articulação simbólica do “social”, que se desloca para a suposta “sociedade civil” (eufemismo do mercado organizado) e não mais para o “Estado”, a satisfação de necessidades sociais (é a partir daí que se coloca a ideologia da Responsabilidade Social das empresas ou a ideologia do Terceiro Setor). Logo, a atuação do Estado se dará sempre em favor da política econômica em detrimento da política social.

²⁸ Já dizia Karl Marx (2007), “comitê executivo da burguesia”.

Elucidamos que o receituário neoliberal trouxe para o cenário brasileiro faces diferentes do mundo do trabalho. Com a crise do Estado desenvolvimentista, que durante o fordismo²⁹ era vigente principalmente nos países periféricos, surgiu a necessidade de uma reestruturação produtiva. O pós-fordismo trouxe uma nova forma de regulação baseada na flexibilização da produção e a intensificação do trabalho, abrindo precedentes para as mais variadas formas instáveis de trabalho, como é o caso do trabalho informal.

3.2 O conceito de trabalho informal e a incidência da “Nova Informalidade” no mercado de trabalho brasileiro

No atual momento histórico, a organização da economia oferece indícios de que o trabalho informal tende à generalização, dada sua funcionalidade ao capital. Tavares (2004) ressalta que este não é um fenômeno novo no mundo do trabalho, especialmente no Brasil, onde a dualidade e a heterogeneidade do mercado de trabalho são problemas histórico-estruturais. O regime de acumulação flexível trouxe mudanças significativas para organização do trabalho, dentre as quais coloca o trabalho informal como tendência crescente, que deve ser considerada e discutida, sobretudo pelo caráter funcional que lhe é atribuído por organizações financeiras internacionais como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Embora tais organizações declarem que os problemas sociais decorrentes do desemprego são “efeitos colaterais indesejáveis”, ambas demonstram um surpreendente interesse por eles. Isso quer dizer que, para as instituições financeiras internacionais, os problemas sociais decorrentes dos ajustes são apenas efeitos passageiros — a pobreza será diminuída e o crescimento restabelecido, graças ao liberalismo econômico e à implementação de algum tipo de política social para atender aos mais pobres entre os pobres³⁰. Isso ocorre pela indiscutível tendência à expansão da informalidade e pela relação que essa estabelece com a

²⁹ “O fordismo, vigente a partir da Segunda Guerra Mundial, caracterizava-se pela acumulação intensiva, produção em massa, universalização do trabalho assalariado etc” (Teixeira, *et al.* 1998, p. 26).

³⁰ “Para o Banco Mundial, a política de liberalismo econômico, imprescindível à retomada do crescimento, pode induzir temporariamente algumas desigualdades, mas é preciso saber esperar. As reformas propostas darão conta de ajustar as diferenças entre os diversos mercados, permitindo a volta a um crescimento durável” (Tavares, 2021, p 49).

reprodução do capital, apresentando importante participação no processo da acumulação capitalista.

Considerando as inúmeras discussões e divergências sobre o que se caracteriza como trabalho informal, precisamos, antes de qualquer coisa, esclarecer ao leitor do que estamos tratando. Conforme Filgueiras *et al.* (2004), o primeiro conceito de informalidade foi elaborado no início da década de 1970, como resultado de um estudo sobre a estrutura produtiva, de emprego e renda do Quênia, realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). No estudo, a informalidade era setorializada, caracterizada por unidades produtivas de caráter individual ou familiar, resumindo-se às atividades de subsistência.

Tavares (2021), seguindo uma orientação teórica pautada na totalidade discorda dessa visão, rejeita inteiramente as ideias setorialistas defendidas pela teoria dual da OIT. Na visão dualista, o mercado informal de trabalho é um setor presidido por uma lógica distinta do setor formal, quando na verdade não é. No relatório do Quênia, o setor informal era visto como consequência do aumento de mão de obra resultante do crescimento demográfico — que ocasionou um processo de imigração de indivíduos das zonas rurais para as cidades, tornando desproporcional o aumento da força de trabalho urbana para a capacidade de absorção dos segmentos modernos, associados ao processo de industrialização do pós-guerra nos países em desenvolvimento. Esse conceito gerou muitas discordâncias, pois dividia a economia em dois setores (o desenvolvido e o não desenvolvido), causando a ideia equivocada de que a informalidade desapareceria com o processo de industrialização e o crescimento econômico. Sobre isso, a autora reforça que

[...] até o início da década de 1970, a literatura dominante visualizava o conjunto da atividade produtiva como a soma dos segmentos modernos e de subsistência, entre os quais não havia relação. No segmento moderno estavam as relações assalariadas, e no setor de subsistência, as formas de trabalho autônomas. Segundo essa abordagem, o desenvolvimento econômico do setor moderno tinha capacidade de incorporar os contingentes da população economicamente ativa, até extinguir o núcleo de subsistência. Tal pensamento levava a crer que seria necessário apenas uma política desenvolvimentista para corrigir essa distorção³¹ (Tavares, 2021, p. 37-38).

³¹ Perspectiva defendida por Lewis no ano de 1969 (Tavares, 2021).

Dessa forma, tratar o “setor informal” como ação complementar às políticas de assistência é excluir o trabalho informal do processo de reprodução do capital. Assim, se a ideia de “setor” tivesse alguma sustentação teórica, teríamos que prosseguir na perspectiva dualista e subdividir a economia informal em dois segmentos, um atrasado — no qual estariam as atividades de subsistência — e outro moderno — que englobaria todos os trabalhadores que colocassem sua força de trabalho a serviço da produção capitalista, sob relações informais. Essa ideia não se sustenta, pois o setorialismo é uma invenção liberal, e, assim sendo, é preciso deslocar a discussão para o trabalho informal realizado no interior da produção capitalista, levando em conta a elevada probabilidade da participação deste no processo da acumulação (Tavares, 2021).

Ademais, pela insustentabilidade teórica do discorrido “setor informal”, Tavares (2021) nos conduz à argumentação de uma “Nova Informalidade” que, contrária à visão dual, se traduz na ocorrência de relações informais no interior do núcleo formal e que, portanto, está diretamente integrada à produção capitalista. “Assim, no interior da produção capitalista a ‘formalidade e a informalidade’ coexistem, subsidiam-se, interpenetram-se e são indissociáveis” (Malaguti *apud* Tavares, 2021, p. 52). Cabe destacar que dentro dessa concepção, a relação capital-trabalho fica camuflada, disfarçadas a extração de sobretrabalho nas atividades informais e as reais dimensões do desemprego, fenômeno que contribui para expansão da informalidade.

Hoje podemos considerar o fenômeno da informalidade a partir da junção dos critérios dos conceitos anteriores. O novo conceito abrange tanto atividades e formas de produção não capitalistas — sejam elas legais ou ilegais —, quanto às relações de trabalho não registradas, mesmo que tipicamente capitalista (assalariadas sem carteira assinada). Portanto, a chamada *Nova Informalidade* engloba todas as formas e relações de trabalho identificadas como precárias (Figueiras; Druck; Amaral, 2004).

Esse conceito de informalidade por ser mais amplo, incluindo também o dito “setor informal”, abrangendo situações diversas que não poderiam ser apreendidas por meio de conceitos fechados. Sendo assim, para analisar a informalidade, são necessários novos instrumentos teóricos que possibilitem captar a nova padronização do mercado e da legislação do trabalho, levando à compreensão de sua lógica, de suas formas de reprodução e das redes de sociabilidade que são

construídas e levam a compreender quais os vínculos que essa mantém com o grande capital (Malaguti *apud* Alves; Tavares, 2006).

Assim, em concordância com Tavares (2021), pode-se dizer que essa “Nova Informalidade” de que trataremos daqui em diante é constituída pelo trabalho informal e os empregos informais. Ou seja, o termo trabalho informal não tem nenhuma identificação com aquela unidade produtiva que caracteriza o “setor informal”, na perspectiva da OIT (instituição burguesa, pautada na visão liberal).

Trata-se, portanto, do emprego desprotegido, sem vínculo formal, mas diretamente vinculado à produção capitalista. São formas de trabalho que foram praticadas pela sociedade pré-industrial e são agora retomadas pela grande empresa, que tende a deixar de ser o lugar por excelência da chamada relação salarial moderna. Sob o ângulo da flexibilização, hoje é o que é flexível. Nenhuma forma de trabalho pode ser mais flexível que o trabalho informal, portanto, na hipótese de persistência do atual padrão de acumulação, os empregos informais são vistos como modernos.

Dentro desse novo conceito estão os/as trabalhadores/as terceirizados/as, subcontratados/as, temporários/as e as variadas formas de informalidade, sendo essa última predominante nos países periféricos. Como lembra Tavares (2021, p. 49-50): “Quando se presumia que o “setor informal” podia ser combatido com políticas de emprego, havia muitos programas de apoio a essas atividades, mas estes deixam de ter sentido no momento em que a informalidade passa a ser a forma mais adequada à acumulação flexível”.

Com a já mencionada crise do fordismo e do Estado de Bem-estar Social, por meio da reestruturação produtiva e dos programas de liberalização econômica, abriu-se espaços para o surgimento de atividades não regulamentadas pela legislação vigente nos países em desenvolvimento. Esse fenômeno gerou uma redução dos/as trabalhadores/as assalariados/as e, conseqüentemente, o aumento no número de trabalhadores/as socialmente desprotegidos/as. Com isso, a informalidade passou a ser identificada como a chamada economia não registrada, redefinida agora por um critério jurídico; e não mais pelo uso de um critério econômico, como era o caso do conceito registrado na década de 1970 no relatório do Quênia (Alves; Tavares, 2006). Vemos que esse

Conceito de “setor informal” defendido pela OIT só interessa, hoje, o capital, pela sua capacidade de gerar ocupações a um baixo custo, o que justifica a proposta de expansão orientada apenas às atividades de sobrevivência. A intensificação das desigualdades provocadas pela aplicação das políticas de liberalismo econômico leva as representações do capital, especialmente o Banco Mundial, a buscarem uma certa legitimação, que se consubstancia na proposição de políticas sociais complementares, sistematicamente preconizadas para todos os países subdesenvolvidos, enquanto se esperam os efeitos benéficos do crescimento decorrentes das reformas (Tavares, 2021, p. 54).

Vale dizer que as formas precarizadas de trabalho atingem uma escala mundial, mas começam a se intensificar no Brasil a partir da década de 1990. Período no qual cresceram as formas precarizadas nas quais os/as trabalhadores/as são submetidos/as a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade ou registro em carteira, podendo estar nas atividades “instáveis” ou temporárias, ou mesmo desempregados.

A partir da década supracitada, a economia brasileira vivenciou um súbito processo de abertura econômica, diretamente interligada a uma nova forma de organização produtiva internacional. As empresas nacionais, em face à concorrência externa, instigaram a competição entre si, ou seja, houve uma internacionalização da propriedade das empresas, uma maior dependência tecnológica e uma especialização da estrutura industrial. Porém, o avanço industrial não conseguiu absorver toda a mão de obra disponível nas áreas urbanas, devido ao intenso fluxo migratório. Outrossim,

Na década de 1990, a persistência da pobreza é um dado irrefutável, não só pelo seu agravamento na África e na América Latina, mas também por atingir países de capitalismo avançado, como a França e outros países europeus, e até os Estados Unidos, confirmando que progresso e miséria estão organicamente associados no capitalismo (Tavares, 2021, p. 47-48).

O processo de reestruturação produtiva e as medidas neoliberais apresentaram mudanças significativas no mundo trabalho. O mercado formal, antes capaz de gerar postos de trabalhos, deixou desempregados os trabalhadores até então inseridos no assalariamento. A redução do emprego assalariado nas grandes empresas joga para informalidade um novo contingente de migrantes que chegam ao meio urbano, bem como os assalariados expulsos pelo setor formal (Dedecca *apud* Mochel; Nascimento; Lima, 2009). “Essas mudanças no mundo do trabalho são alguns efeitos dos ajustes estruturais que se fazem sentir com mais

perversidade nas economias menos desenvolvidas” (Tavares, 2021, p 49). Diante desse cenário de inserção de muitos/as trabalhadores/as na informalidade, identifica-se a predominância do trabalho feminino, sobretudo de mulheres negras.

A degradação geral do trabalho contribuiu, também, para reforçar a segmentação por gênero e raça no mercado de trabalho, concentrando a mão de obra feminina em determinados espaços ocupacionais precários e com menor remuneração. Dados do Mapa do Trabalho Informal de São Paulo (uma das maiores cidades do mundo) mostram que homens e mulheres apresentam uma inserção diferenciada no mercado de trabalho informal. Enquanto mais da metade das mulheres ocupadas no município de São Paulo exerciam atividades informais (52%), a maioria dos homens encontrava-se em atividades regulares, no ano de 1998³² (Singer; Pochmann, 2000). Diante do fato, faz-se necessário um aprofundamento sobre esta segmentação por gênero, destacando sempre a segregação racial que predomina no mercado de trabalho brasileiro, visando entender por que as mulheres, sobretudo as mulheres negras, são maioria nos postos de trabalho mais precários, especialmente na informalidade.

Dentro dessa perspectiva, é indispensável olhar pela ótica do capital, que enxerga a informalidade como forma adequada à política de flexibilização, e, portanto, funcional ao seu desenvolvimento. Essa abordagem avança na compreensão de que a informalidade não está associada ao atraso, ao subdesenvolvimento. Ao contrário, atenta para a necessidade de instrumentos teóricos que desvendem, dentre outras relações, a sua estreita colaboração com o grande capital e seu papel na crise estrutural do capitalismo mundial (Tavares, 2021). Assim, entende-se que a informalidade do trabalho, funcional à ordem do capital, atinge em sua maioria as mulheres. Logo, a crise estrutural depende da precarização do trabalho das mulheres, sobretudo do trabalho das mulheres negras. Sendo o racismo e o sexismo estruturais ao modo de produção capitalista desde a sua gênese de desenvolvimento.

3.3 A relação das mulheres com a informalidade do trabalho no Brasil

³² Para verificação dos dados em tabelas, consultar: http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/mapa_do_trabalho_informal.pdf

A superexploração³³ da força de trabalho alheia é marca registrada desde o período de colonização do Brasil. Inicialmente pela tentativa de escravização da mão de obra indígena e posteriormente, com a consolidada escravização dos negros trazidos da África. Este período pode ser considerado um holocausto diante da exploração dos povos africanos, tentando destruir sua cultura, origem, família, religião e transformá-los em máquinas de trabalho. Todo o esse processo gerou raízes profundas, fincadas por quase quatro séculos, e a abolição não significou uma ruptura com essa estrutura, pois a população negra continuou sendo vítima do racismo instalado no país e enfrentando diversas dificuldades por conta disso. Uma das grandes barreiras vividas até hoje é o acesso a melhores condições de vida e emprego, sendo a mão de obra mais facilmente absorvida por formas precárias de trabalho. As mulheres, por serem oprimidas pelo gênero e pela raça, têm enfrentado dificuldades ainda maiores de mobilidade social (Nascimento; Ribeiro, 2021, p. 1).

Como já pontuado, durante o período escravocrata a exploração do trabalho e dos corpos de mulheres negras apresentou-se como base para o capitalismo brasileiro até então nascente. Desse modo, verifica-se como a superexploração socioeconômica se alia à superexploração sexual das mulheres amefricanas³⁴. O corpo de mulheres negras, além de satisfazer seus senhores, deveria dar lucro, seja através de trabalho ou pela reprodução exacerbada de mão de obra negra. Um ditado “popular” brasileiro resume essa situação, afirmando: “Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar”. Atribuir às mulheres amefricanas (pardas

³³ Entende-se, nessas circunstâncias, que uma atividade produtiva baseada sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho, que permite baixar a composição valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro. Além disso, nessa categoria há uma característica essencial, dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor sua força de trabalho, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando seu esgotamento prematuro; é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar a força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração deste (Marini, 2017).

³⁴ A amefricanidade é uma categoria político-cultural que ultrapassa as barreiras territoriais, linguísticas e ideológicas, permitindo construir um entendimento mais profundo de toda a América, contestando a apropriação do termo para definir apenas os estadunidenses. Nele incluem-se mulheres campesinas, indígenas e negras etc. Enquanto redefinição conceitual, a construção de um pensamento feminista afro-latino-americano é fruto da combinação do caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região, elaborada na amefricanidade, introduzindo a perspectiva de gênero. A situação das mulheres amefricanas resulta de processos históricos e contemporâneos de opressões interseccionais (Gonzalez, 2020).

e mulatas) tais papéis é abolir sua humanidade, e enxergar seus corpos como corpos animalizados (Gonzalez, 2020).

Além de se hierarquizar racialmente, a sociedade brasileira também se dividia a partir da misoginia, as mulheres brancas exerciam seu papel de mãe, esposa e gerenciava as atividades da casa que eram realizadas majoritariamente por mulheres negras. Essas mulheres escravizadas eram as mais prejudicadas, pois além de serem exploradas, assim como homens negros, também eram vítimas de violência sexual e encaradas como uma máquina reprodutora de mais mão de obra escrava (Nascimento *apud* (Nascimento; Ribeiro, 2021, p. 3).

Esse controle sobre o corpo e a sexualidade, a opressão e a exploração proveniente do patriarcado (juntamente com o racismo) desenvolveram-se sob uma lógica heterossexista, relacionada à apropriação masculina, na medida em que esta legitimou a possibilidade de o homem impor à mulher exacerbado número de gestações, a fim de gerar mão de obra abundante (Cisne; Santos, 2018).

Analizando os espaços ocupados pelas mulheres escravizadas no período colonial e imperial do Brasil e os espaços hoje ocupados por mulheres, sobretudo por mulheres negras, notamos uma relação intrínseca das vivências femininas negras como trabalhadoras urbanas com o passado. Ocupações que são reflexo de uma relação muito próxima com o período colonial, principalmente com o pós-abolição, como o trabalho doméstico, o trabalho como ambulantes e feirantes (Nascimento; Ribeiro, 2021). Como já mencionado, no pós-abolição grande parte da mão de obra negra migrou para os grandes centros urbanos, onde fora absorvida por um mercado informal crescente. Sobre isso, Gonzalez (2020) destaca que a população negra brasileira sofre mazelas sociais oriundas da escravidão, algo que podemos perceber quando cruzamos dados sobre pobreza, moradia em área de risco, população carcerária e trabalhos informais — todos esses recortes têm uma concentração muito maior de pessoas negras.

[...] a abolição da escravidão não pressupôs a desaparecimento da caça às bruxas do repertório da burguesia. Pelo contrário, a expansão global do capitalismo, por meio da colonização e da cristianização, assegurou que esta perseguição fosse implantada no corpo das sociedades colonizadas e, com o tempo, posta em prática pelas comunidades subjugadas em seu próprio nome e contra seus próprios membros (Federici, 2017, p 414).

Vê-se concretamente o resquício do racismo estrutural, que se reproduz verazmente na sociedade brasileira. Como bem destaca Lélia Gonzalez (2020), o

racismo no Brasil é profundamente disfarçado, conduzido historicamente de forma muito sutil. Na divisão racial e sexual do trabalho, a mulher negra sofre as duas discriminações, sendo facilmente conduzida a trabalhar sem garantias, sem carteira assinada — embora a legislação trabalhista o assegure. A população negra brasileira se encontra numa situação que não difere muito da realidade de noventa anos atrás, pois as formas de dominação e exploração não acabaram com a infida abolição, mas simplesmente se modificaram. Os negros continuam marginalizados na sociedade brasileira, que discrimina, esmaga e empurra ao desemprego, ao subemprego e à marginalidade, negando o direito à educação, à saúde e à moradia decentes. É verdade que a crise espreme a todos. Mas, com crise ou sem crise, o/a negro/a está sempre numa escala inferior, padece dos males maiores, carrega uma carga histórica pesada.

Por conseguinte, podemos observar que as mulheres, dentro de todo o processo de desenvolvimento das relações sociais, ainda são alocadas às margens da sociedade. Analisando de modo geral o contexto dos/as trabalhadores/as brasileiros/as, elas ainda continuam liderando os índices da informalidade, ganhando os piores salários e mantendo as jornadas mais extensas de trabalho. Além disso, continuam ocupando os lugares que desde sempre foram impostos, a exemplo dos serviços domésticos, o que contribui para sobrecarga dentro e fora de casa. E para as trabalhadoras informais a situação é ainda mais instável, dado o fato de não serem incluídas no sistema de “proteção social”.

Sobre tal contexto, Vinhas (2022) ressalta que os trabalhos precarizados são ocupados prioritariamente por mulheres, envolvendo o trabalho informal e o emprego de meio período; isso mantém desigualdades salariais, instabilidade de vínculo com fonte de renda, piores condições de trabalho e de saúde. Esse processo acarreta muitas consequências às mulheres, pois, diante dessas condições, ficam às margens da legislação trabalhista, sem férias, seguro-desemprego, licença para tratamento de saúde ou maternidade e décimo terceiro salário.

Cabe destacar que essas mulheres, muitas vezes, são as únicas responsáveis pelo trabalho reprodutivo em suas próprias casas. Pode-se afirmar que todo esse regime de organização do trabalho é efeito da atribuição histórica do trabalho doméstico e reprodutivo não-remunerado às mulheres. Podemos observar a existência de um processo histórico de pauperização das mulheres e que, no Brasil,

a precarização do trabalho acomete principalmente as mulheres pobres e negras, associada ao trabalho doméstico.

No que diz respeito à informalidade, ela é muito maior entre as mulheres pobres que têm filhos e são as únicas responsáveis pelo trabalho de cuidado. As relações de raça, classe e gênero estabelecem, de maneira sobredeterminada, os lugares que podem e devem ser ocupados por determinados corpos/sujeitos, evidenciando os sentidos sobre ser mulher e sobre ser mulher negra na nossa sociedade de classes. Demonstra-se que o sistema capitalista patriarcal, racista e neoliberal se sustenta na relação interseccional de classe, gênero e raça.

Cabe destacar que o patriarcado especifica as relações de gênero como desiguais. Como vimos ao longo dessa exposição:

[...] o patriarcado não surgiu espontaneamente do mundo das ideias ou da cultura, mas possui uma base material e sócio-histórica. Isso significa que as ideias e a cultura patriarcais são socialmente determinadas, com base em relações concretas. Dentre essas relações que dão base à estruturação do patriarcado, destacamos: 1) as relações sociais de sexo/sexualidade; 2) a constituição da família heteropatriarcal-monogâmica associada ao controle sobre a subjetividade e o corpo (e seus produtos – como o controle da procriação e a criminalização do aborto) da mulher e do que é associado ao feminino em toda sua heterogeneidade de expressão; 3) a divisão sexual e racial do trabalho [...] (Cisne; Santos, 2018, p. 45).

Sobre a divisão sexual e racial do trabalho, interessa destacar que ambas são pilares para a estruturação das relações patriarcais de sexo. Assim, não são neutras, mas orientadas e assimétricas e, portanto, resultantes das relações sociais e históricas. É preciso articular sexismo e racismo na análise dessa tão nítida segregação que se reflete no trabalho informal. Esses elementos se combinam para assegurar condições de exploração, de opressão, de violação de direitos, de violência e a garantia da reprodução da propriedade privada, o que demanda a construção de ideologias que naturalizam os sexos e as relações de desigualdade (Cisne; Santos, 2018).

Sobre essa segregação que destina os sujeitos a lugares distintos na sociedade, Vinhas (2022) destaca que tais divisões colocam em marcha o regime de produção de sentidos discriminatórios, mostrando materialmente como os saberes evidentes reproduzem determinada posição de classe, de raça e de gênero. O racismo e o sexismo recalcados em nossa formação social naturalizam o fato de mulheres negras e pobres serem majoritariamente alocadas em trabalhos

precarizados. O efeito de naturalização garante a reprodução da ideologia dominante, além de instalar uma divisão social produtiva para o capitalismo neoliberal, que autoriza a ocupação e a realização do trabalho precário mal remunerado por determinados corpos/sujeitos.

Conforme os pressupostos teóricos e históricos trazidos até aqui, a informalidade do trabalho feminino no Brasil está ligada a resquícios históricos da formação social e econômica do país, que mostra o local ocupado pelas mulheres e as condições às quais elas eram/são submetidas. De acordo com a historiadora Maria Odila Leite Dias (1983), a urbanização incipiente da cidade de São Paulo envolvia, até as vésperas da Abolição, uma população majoritariamente feminina e, no entanto, poucas mulheres aparecem na história da cidade. Face à consolidação da economia de exportação, a urbanização era processo secundário e marginal, sintoma de pobreza e de inchaço, mais do que de crescimento ou prosperidade econômica. No espaço urbano, onde proliferava a pobreza, via-se certa autonomia dos desqualificados sociais e isso incomodava bastante as autoridades. Era justamente este o espaço social das mulheres pobres, livres, forras e escravas e o palco de improvisação de sua sobrevivência precária. Circulavam pelos tanques, lavadouros, pontes, ruas e praças da cidade, onde era jogado o lixo das casas e o mato crescia a ponto de ocultar escravos fugidos.

Esse era o espaço social, do convívio das vizinhanças e dos forasteiros; do pequeno comércio clandestino; as fímbrias da escravidão e do trabalho livre, o espaço do trabalho doméstico e de sua extensão ou comercialização pelas ruas. Sob o pano de fundo destas formas sociais transitórias é que se articulam papéis femininos propriamente históricos, de improvisação, mudança e vir a ser, dificilmente adaptáveis aos padrões hegemônicos de comportamento das mulheres das classes dominantes, e que pouco têm a ver com a identidade abstrata do conceito de “condição feminina”, como se pudesse existir, universal e fixa.

De fato, o gênero não se configura de maneira independente em relação à raça e à classe social, tampouco é acessório a essas variáveis. É na conformação conjunta do capitalismo e do patriarcado em seus padrões atuais que as mulheres são posicionadas como grupo onerado pelo cotidiano de trabalho prestado gratuitamente, direcionado a ocupações específicas e de menor remuneração. Nesse contexto, a divisão sexual do trabalho é um importante lócus da produção de relações de gênero. O fato de ela não incidir igualmente sobre todas as mulheres

implica que a produção do gênero que assim se dá é racializada e atende a uma dinâmica de classe (Biroli, 2018).

A maioria das mulheres empobrecidas no período de urbanização das grandes metrópoles do Brasil consistia de analfabetas, isso transparece nos documentos escritos de forma necessariamente tangencial e indireta. O testemunho de observadores contemporâneos, viajantes ou cronistas sobre a presença de mulheres pelas ruas da cidade constitui documento interessante, porém muito parcial. Atestam o vai e vem no comércio ambulante e sua presença nas Igrejas, sentadas no chão, em esteiras: transmitem vislumbres da “pobreza recolhida”, que aparece furtiva e muitas vezes despercebida. A autora chama atenção para omissão dessas condições de vida por parte de elitistas da época, o que mostra silêncio e a supressão de informações sobre onde moravam e como sobreviviam essas mulheres (Dias, 1983).

É fato que a participação das mulheres no processo de formação da sociedade brasileira é muitas vezes ignorada na historiografia e em fontes oficiais. Dias (1983) destaca que a partir da Independência do Brasil as fontes oficiais citavam a presença maciça de mulheres na cidade, mas de forma canhestra e preconceituosa. Quase 40% dos habitantes eram mulheres sós, muitas delas concubinas e mães solteiras. Cabe ressaltar que o fenômeno das mulheres sós não era estritamente peculiar a São Paulo, tendo sido apontado e estudado em várias vilas da mineração em Salvador e no Rio de Janeiro. As mulheres e todos os seus atributos eram identificados através estereótipos e juízos de valor, algo que mascarava o contexto histórico.

Como podemos observar, a relação das mulheres com a informalidade sempre existiu no Brasil. Reitero que o trabalho informal de que tratamos é central na reprodução da ordem dominante e que estará sempre a serviço dela. Como visto, desde os primórdios do modo de produção capitalista, cabe ao próprio sistema, com aval do Estado, buscar novos arranjos para se reproduzir. Dessa forma,

[...] o capital, além de colocar o trabalho na informalidade, reiterando a proteção social ao trabalhador, ainda dissimula a extração da mais-valia e consolida a ideia de que a esfera da circulação é, de fato, o *locus* de toda a negociação entre capital e trabalho (Tavares, 2021, p. 63).

No contexto da relação capital-trabalho, a situação das mulheres tende a se agravar. A historiadora Dias (1983) reforça que no Brasil, já na transição para o século XX, as mulheres pobres e socialmente desqualificadas pertenciam ao domínio dos espaços e papéis informais, improvisados. Sendo sintoma de novas necessidades e de mudanças estruturais do país. Não admira que sejam parcamente documentados nas fontes oficiais, que registram de preferência papéis prescritos e valores normativos próprios do sistema de controle e manutenção da ordem social estabelecida. A autora acrescenta que tais mulheres não estavam integradas às instituições do poder, não eram assalariadas, não tinham posses ou propriedades; não gozavam de direitos civis e nem de acesso à cidadania política. Mas nem por isso deixavam de ter sua organização familiar e de sobrevivência, bem como estruturas próprias de convívio comunitário.

É importante esclarecer que esses ditos papéis informais (improvisados) ocupados pelas mulheres na transição para século XX no Brasil, e que perduraram durante desenvolvimento da República, se tratavam de formas de trabalho tradicionalmente identificadas pelo já citado conceito de “setor informal”, características da velha informalidade presente nos centros urbanos do país desde o fim da escravidão. No entanto, esse tipo de informalidade já não é mais o mesmo, pois foi também afetado pelas transformações econômicas, políticas e sociais recentes.

Destarte, se o deslocamento das pessoas para o autoemprego geralmente ocorre em razão de dificuldades de ingresso no mercado de trabalho (a exemplo de jovens e mulheres ingressando pela primeira vez ou que têm dificuldade de se reintegrar, devido à baixa qualificação, baixa escolaridade ou idade mais avançada), hoje encontramos nesse segmento uma alta porcentagem de jovens com maior escolaridade e pessoas que desenvolveram uma trajetória de emprego no setor formal. Incluindo o emprego doméstico como ocupação informal tradicional que ainda incorpora a maior porcentagem da população feminina com trabalho remunerado.

É factível que no contexto atual ocorre um claro rompimento com a relação assalariada padrão. Hoje, o processo de informalidade se dá mediante contratações consensuais e mesmo legais, em razão de mudanças na legislação trabalhista realizadas para permitir o estabelecimento de vínculos de trabalho flexíveis, por meio da transferência de atividades, pela terceirização, para “a ponta inferior” das

cadeias produtivas — ou seja, para pequenas oficinas, microempresas ou para o trabalho totalmente desprotegido. Entram nesta categoria formas de trabalho que indicam processo intenso de precarização, como as cooperativas de trabalho, as empreiteiras de mão de obra, as agências de trabalho temporário, as locadoras de mão de obra e as variadas formas de prestação de serviço, dissimuladas sob o nome de trabalho autônomo, que é também um assalariamento disfarçado (Araújo; Lombardi, 2013).

Diante de tudo, fica evidente que a divisão sexual e racial do trabalho se reproduz nas novas configurações contratuais e no conjunto do universo da nova informalidade. A contemporaneidade vem sendo marcada pelas profundas transformações dessas atividades que incorpora o trabalho informal. Como já mencionado, não é mais possível conceber os setores formal e informal como separados e desconectados, na medida em que essa nova dinâmica subordina o setor informal ao processo de acumulação capitalista. Portanto, torna-se importante apontar para uma análise de dados concretos da realidade que reflete a dimensão opressora da ordem dominante vigente e atinge majoritariamente a força de trabalho feminina. Para tanto, é urgente uma análise crítica das transformações no mundo do trabalho, sobretudo no que diz respeito ao trabalho informal e à exploração das mulheres, para melhor entender a funcionalidade do patriarcado racista para o capital, particularmente no contexto de crise estrutural.

4 O PANORAMA DE EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO DAS MULHERES NO CONTEXTO DA INFORMALIDADE DO TRABALHO NO BRASIL: UM OLHAR COMPARATIVO COM OS TEMPOS DE COVID-19

Na exposição à diante serão apontados os reflexos da informalidade do trabalho feminino no Brasil, e os modos pelos quais o capitalismo se apropria estrategicamente da posição de desvantagem das mulheres para manter sua ordem dominante. Além disso, serão apresentados dados oficiais, coletados e analisados com o intuito de conferir sustentação à base teórica que norteia esta dissertação. Tais dados demonstram a realidade das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, apontando o cenário anterior e durante a pandemia, além dos impactos trazidos por tal fenômeno.

Explana-se brevemente a situação das mulheres em momentos de crise do capital, sobretudo durante a crise sanitária que assolou o mundo. Nessas condições, as mulheres são impelidas e absorvidas por desvantagens na organização do trabalho, uma vez que observa-se uma reprodução acentuada da divisão assimétrica do trabalho entre os sexos. Conduzindo-as para os maiores níveis de desemprego e informalidade, além de reproduzir a ideia de sua improdutividade em âmbito doméstico, a fim de invalidar a base que sustenta a grande indústria capitalista.

4.1 Reflexos atuais da informalidade do trabalho feminino no Brasil

É importante tratar da ofensiva neoliberal no Brasil, no sentido de situar a configuração do trabalho informal e trazer a particularidade das mulheres nessa configuração. Buscando atender às exigências imediatas do grande capital, o projeto neoliberal restaurador se resumiu no tríplice mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal) (Netto, 2012). Foi ao longo dos anos de 1980 e 1990 que ocorreu a expansão da hegemonia econômica, política e ideológica do neoliberalismo, inicialmente na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Alemanha, posteriormente abrangendo vários países em diferentes continentes.

Nesse contexto, houve um claro processo de desmonte dos direitos dos/as trabalhadores/as, os quais, desde então, vêm sofrendo uma progressiva

“flexibilização” do trabalho, um crescimento desenfreado da informalização (sem registro em carteira), desemprego, baixa remuneração, longas jornadas de trabalho e a consequente perda das conquistas trabalhistas. Ademais, a lógica da flexibilização na atual reestruturação produtiva do capitalismo, juntamente com o neoliberalismo, estabelece relações de maior exploração para as mulheres.

Considerando, por exemplo, o trabalho terceirizado ou informal que frequentemente possibilita a realização de tarefas no próprio de domicílio, vemos que este beneficia diretamente ao grande capital. Nesses casos, os empresários não têm necessidade de pagar os benefícios sociais e os direitos vinculados ao trabalho de homens ou de mulheres. Cabe destacar que, por ser esse trabalho realizado no espaço doméstico, recai principalmente sobre as mulheres, intensificando em a exploração do trabalho reprodutivo das mulheres, vinculado às tarefas que desde sempre lhes foram impostas (Nogueira, 2003).

A crise do capitalismo “desenvolvimentista”, a onda neoliberal e os processos de reestruturação capitalista na produção e nas políticas públicas também impuseram novas determinações à estrutura de classes sociais. Nas últimas décadas, o proletariado se ampliou, diferenciando-se e complexificando-se. Deste modo, o debate sobre a sua natureza nas condições sócio-históricas do Estado neoliberal e do sociometabolismo da barbárie assume hoje uma nova relevância teórico-analítica e política, pois nos habilita a apreender a base social das transformações históricas possíveis no Brasil (Alves, 2007).

No Brasil, o crescimento da informalidade, predominantemente durante os anos de 1990, foi associado às condições de crise econômica internacional.

O que ocorre no mundo do trabalho no Brasil nos últimos trinta anos é parte integrante de um processo totalizador de desenvolvimento do capitalismo global. As principais tendências que identificamos na constituição do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil são plenamente perceptíveis em outros países capitalistas, seja do centro orgânico do sistema do capital, o denominado Primeiro Mundo; seja da borda periférica industrializada, como é o caso da América Latina. Enfim, o que existe hoje é um sistema mundial de exploração do trabalho vivo e da força de trabalho que tende cada vez mais a assumir uma conformação global de acordo com os interesses das grandes corporações transnacionais (Alves, 2007, p. 277).

No supracitado período, quando as políticas neoliberais foram amplamente aplicadas no país, construiu-se o argumento de que o custo do trabalho era muito elevado, o que inviabilizava a modernização da nação, além de produzir

informalidade e desemprego. Mesmo provocando maior flexibilização dos contratos de trabalho e estimulando a desregulamentação das relações de trabalho, o desemprego aumentou, assim como a informalidade dos postos de trabalho (Pochmann, 2001). Consequentemente, esse contexto tem se aprofundado, visto que a turbulência na economia internacional afeta de forma diferenciada os países com menor grau de desenvolvimento; isso quer dizer que atinge de forma mais dura aqueles com maior dependência da demanda internacional, sobretudo os de condição primário-exportadora, como é o caso do Brasil. Além disso, essas consequências recairão mais fortemente sobre as mulheres, sobretudo nas mulheres negras, como veremos adiante.

A crise econômica que chegou ao país nos últimos meses de 2008 atingiu os setores econômicos em diferentes tempos e intensidades, sobretudo setores do comércio e serviços, bem como o do emprego doméstico e, nesse caso, seus efeitos foram mais intensos para as mulheres. No que se refere às atividades voltadas ao âmbito doméstico, os dados do IBGE apontam que nesse período, enquanto 90% das mulheres ocupadas dedicavam-se aos afazeres domésticos, uma parcela bastante inferior dos homens (50,7%) encontrava-se na mesma situação, o que aponta uma inegável segregação e divisão assimétrica do trabalho que responsabiliza a mulher pelo trabalho do lar (Ipea, 2009, p. 15).

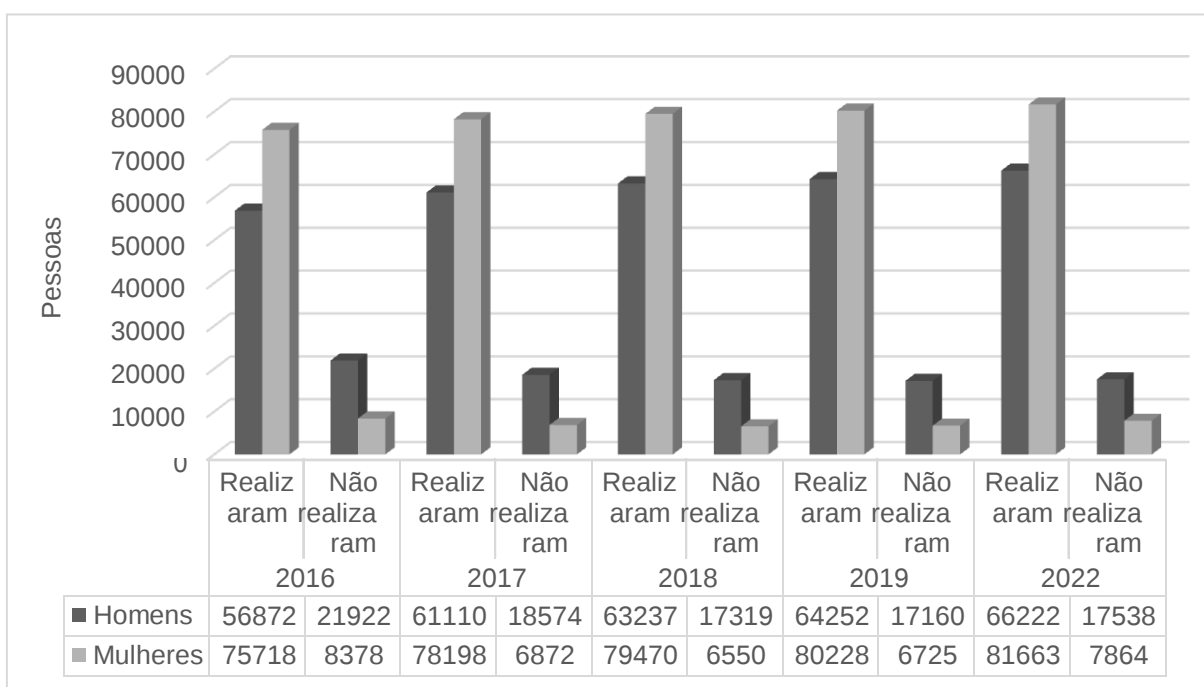
É fato que o contexto de abertura do mercado, a crescente competitividade internacional e as transformações relacionadas aos processos de reestruturação do capitalismo e da globalização promoveram a desvalorização do trabalho assalariado e a flexibilização das relações de trabalho (Araújo; Lombardi, 2013). Desta forma,

[...] o país sofre os efeitos da crise mundial e, dentre os setores mais afetados, também aqui estão os setores exportadores e os industriais, com impactos importantes no emprego. De fato, a crise vem interromper uma trajetória positiva dos indicadores de mercado de trabalho no Brasil, com o retorno do crescimento das taxas de desemprego e a desaceleração do crescimento da ocupação e da geração de postos de trabalho formais (Ipea, 2009, p. 12).

Nota-se que tais transformações revelaram um grande impacto na vida da classe trabalhadora, sobretudo entre as mulheres negras. Logo, podemos identificar a reprodução acentuada da divisão sexual e racial do trabalho. Essas divisões se reproduzem ancoradas em fatores importantes e que ajudam a entender a exploração do trabalho feminino. Um deles refere-se à persistente divisão

assimétrica do trabalho, que faz com que as mulheres tenham um dispêndio de horas com atividades relativas ao trabalho doméstico, de cuidado com a casa e com os filhos, dificultando sua inserção no mercado de trabalho, ou colocando-as em dupla e/ou tripla jornada de trabalho. Observar gráfico 1.

GRÁFICO 1 – Pessoas de 14 anos de idade ou mais, por sexo que realizam os afazeres domésticos no próprio domicílio – Brasil (mil pessoas)



Fonte: elaborado pela autora com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (IBGE, 2023).

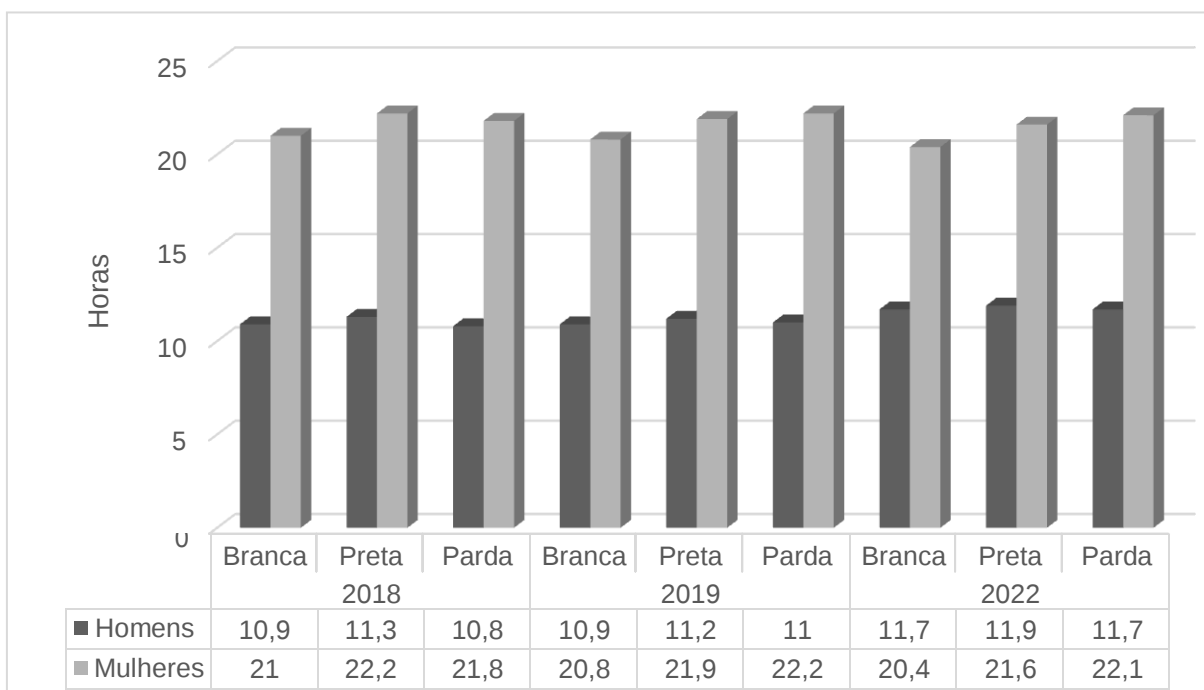
O gráfico 1 mostra que o percentual médio das pessoas de 14 anos ou mais que realizaram afazeres domésticos no próprio domicílio nos anos em destaque foi de 91,57% mulheres e de apenas 8,43% de homens. Fica evidente que na maioria das vezes recai sobre a força de trabalho feminina a responsabilidade do serviço doméstico no próprio domicílio. É importante frisar que não há atualizações dos dados acima no que se refere aos anos 2020 e 2021 (pico da pandemia da COVID-19)³⁵, curiosamente, durante o supracitado período vivenciávamos uma fase crítica de isolamento social. Momento este que impactou aprofundou a exploração das mulheres, principalmente no âmbito do trabalho doméstico.

³⁵ “Devido à pandemia da COVID-19, esse tema não foi investigado nos anos de 2020 e 2021, retornando a campo em 2022” (IBGE, 2023).

A análise do tipo de afazer doméstico por condição no próprio domicílio mostra que a média de homens só se equipara à observada entre as mulheres quando o homem vive sozinho. Por outro lado, quando está em coabitação — seja na condição de responsável pelo domicílio, seja na condição de cônjuge ou companheiro —, a realização dos afazeres domésticos pelos homens se reduz sensivelmente em certas atividades, a exemplo de pequenos reparos ou da manutenção do domicílio, única atividade na qual os homens registraram percentual de realização maior que o das mulheres (60,2% dos homens que realizaram afazeres e 32,9% das mulheres). Para as mulheres, contudo, não existem grandes diferenças na realização de certas atividades domésticas conforme a sua condição no domicílio e o fato de viverem sozinhas ou em coabitação (IBGE, 2023).

Existe um agravante, aludido à situação das mulheres pretas e/ou pardas, que são atravessadas pelas amarras do patriarcado e do racismo. Madeira e Gomes (2018) salientam que, no Brasil, as vulnerabilidades vivenciadas pela população negra são produtos da história criminosa da escravidão. Esta população vive e sobrevive pagando a conta de um passado de perversidade, atrocidades e acúmulos de desvantagens. Observar gráfico 2.

GRÁFICO 2 – Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos de idade ou mais aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas³⁶, por sexo e cor ou raça – Brasil (horas)



Fonte: elaborado pela autora com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (IBGE, 2023).

De acordo com o gráfico acima, observamos que as mulheres, singularmente as mulheres pretas e/ou pardas, dedicam-se por mais tempo aos afazeres domésticos e tarefas voltadas ao cuidado. De acordo com a ONU (2011), a categoria dos trabalhadores domésticos é formada por aproximadamente 7 milhões de profissionais, sendo que, entre as mulheres, 61,7% delas são negras. Além disso, historicamente, o trabalho doméstico é a principal porta de entrada das mulheres negras no mercado de trabalho e o espaço onde a violação de direitos é mais evidente: em 2011, 75% das trabalhadoras não tinham carteira assinada (a lei que rege o emprego doméstico no Brasil é de junho de 2015).

Esse cenário não é mera coincidência, pauta-se em uma divisão desigual de tarefas e de poder, ancorada em um passado histórico que, desde o processo de

³⁶ Na pesquisa, as atividades consideradas afazeres domésticos são agrupadas em 8 conjuntos, assim identificados: preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça; cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos; fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos; limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim; cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados); fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio; cuidar dos animais domésticos; e outras tarefas domésticas (IBGE, 2023).

ocupação lusa e de colonização, destina sujeitos específicos — remanescentes da escravidão, especialmente as mulheres — a determinados locais de menor remuneração.

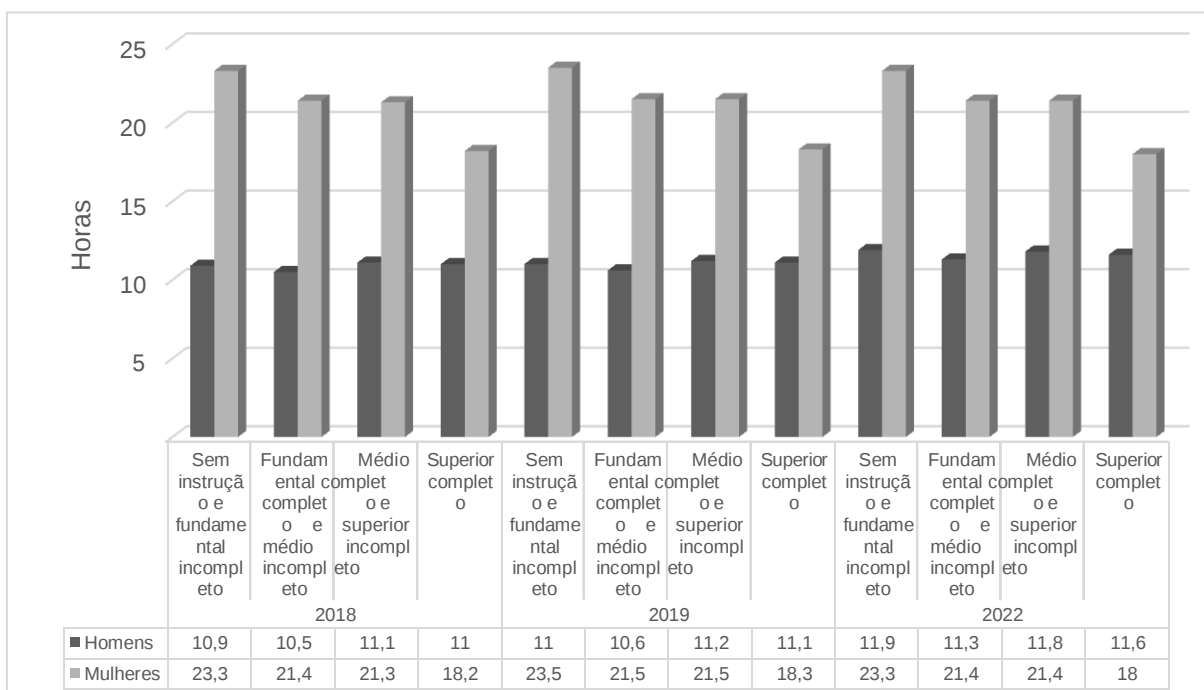
Nesse sentido, além de problematizar a divisão assimétrica entre homens e mulheres explicitada no dado acima, é preciso interseccionar a divisão sexual do trabalho com a questão étnico-racial. À luz do pensamento de Cisne e Santos (2018), destaca-se que a dimensão de gênero é fundamental, mas insuficiente para analisarmos a estrutura da desigualdade social e sexual. Sendo assim, a dimensão étnico-racial é essencial para entendermos hierarquizações operadas no mundo do trabalho e que atingem diferentemente as mulheres.

Além do mais, a articulação entre divisão racial do trabalho com a dimensão de classe permite-nos entender não apenas as diferenças, mas também as desigualdades entre as mulheres. Afinal, na estrutura capitalista patriarcal existe exploração entre mulheres. Em outras palavras, a divisão racial do trabalho é revelada pela discriminação e exploração diferenciada que a população negra sofre no mundo do trabalho, mas também pela própria divisão que a dimensão étnico-racial opera entre mulheres.

De acordo com Sueli Cordeiro (2003) *apud* Cisne; Santos (2018), as mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que provavelmente nunca foram tratadas como “frágeis”. Pelo contrário, fazem parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante e por muitos séculos nas lavouras ou nas ruas, como escravas e/ou como vendedoras, quituteiras, prostitutas. Mulheres que nada entenderam quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar. Mulheres que “ontem” estavam a serviço de frágeis sinhazinhas e dos tarados senhores de engenhos, hoje são empregadas domésticas de mulheres brancas e dondocas, ocupando, na maioria das vezes, o mesmo lugar que há muito tempo lhes foi imposto — o de servir.

Cabe enfatizar que a responsabilização das mulheres pelos afazeres domésticos nada tem a ver com o grau de instrução que elas possuem. O gráfico adiante demonstra que, independentemente do grau de instrução ou de escolaridade, são as mulheres que mais se dedicam ao trabalho de casa e ao cuidado de pessoas. Observar gráfico 3.

GRÁFICO 3 – Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos de idade ou mais aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo e nível de instrução – Brasil (horas)



Fonte: elaborado pela autora com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (IBGE, 2023).

Esse aspecto assimétrico do trabalho doméstico está enraizado em normas de gênero e papéis atribuídos principalmente a homens e mulheres na sociedade, o que aponta para uma sobrecarga das mulheres. Independentemente de trabalharem fora de casa ou não, elas serão culturalmente incumbidas da realização dos afazeres domésticos, sem receber nada a mais por isso. Servindo de combustível para a grande indústria e para os trabalhadores assalariados, atendendo diretamente à lógica do capital. Como destacam Federici e Cox (p. 11, 2020), “[...] tanto nos países ‘desenvolvidos’ como nos ‘subdesenvolvidos’, o trabalho doméstico e a família são os pilares da produção capitalista”.

A família é, em essência, a institucionalização do trabalho não assalariado das mulheres, a institucionalização de uma divisão no interior da classe trabalhadora que conferiu aos homens a dependência econômica das mulheres. Um dos motivos pelos quais os homens são raramente absorvidos por jornadas de meio período é que o salário deles é crucial para a sobrevivência da família, mesmo quando a mulher leva para casa um segundo salário. Além do mais, reduzir as horas de

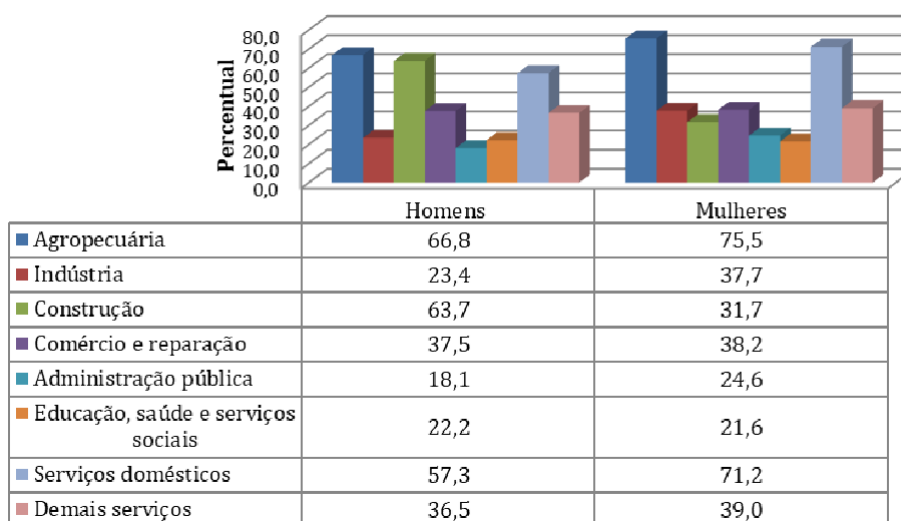
trabalho das mulheres fora de casa é uma estratégia da classe dominante. Essa redução realoca as “proletárias no lar”, para atender à reprodução diária e geracional da força de trabalho (Federici, 2021).

Contudo, vale ressaltar que a predominância feminina no trabalho doméstico não se restringe de fato ao âmbito doméstico. Quando analisamos os espaços de ocupação e o trabalho fora de casa, as mulheres são a maioria destinada aos espaços de pouca valorização e invisibilidade social, o que aponta para a segregação ocupacional e a distribuição sexista do trabalho.

Contratantes sabem que estamos acostumadas a trabalhar a troco de nada e que estamos tão desesperadas por um dinheiro próprio que podem nos admitir por um preço baixo. Mais ainda, o fato é que o trabalho doméstico não assalariado deu a esse esforço socialmente imposto um aspecto natural (“feminilidade”) que nos afeta em todos os lugares para onde vamos e em tudo o que fazemos. Como trabalho doméstico e feminilidade se mesclaram, carregamos para qualquer emprego que ocupamos essa identidade e as “habilidades domésticas” adquiridas desde o nascimento. Isso significa que a estrada rumo ao salário quase sempre nos conduz a mais trabalho doméstico (Federici, 2021, p. 34).

Na mesma proporção, há um predomínio dos homens nos espaços de grande prestígio e reconhecimento social. Além do mais, as mulheres são majoritariamente absorvidas pela informalidade, sem dependência do setor de ocupação ou grupo de atividade econômica onde são inseridas. Em 2019, das pessoas com 14 anos ou mais ocupadas em trabalhos informais, as mulheres eram a maioria inserida em 80% das atividades econômicas analisadas (IBGE, 2019). Observar gráfico 4. Nesse contexto, Cisne (2015, p. 117) destaca que “[...] a divisão sexual do trabalho resulta de um sistema patriarcal capitalista que por meio da divisão hierárquica entre os sexos, confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados”.

GRÁFICO 4 – Pessoas de 14 anos de idade ou mais, ocupadas na semana de referência, em trabalhos informais por atividade econômica – 2019



Fonte: elaborado pela autora com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (IBGE, 2023).

Por conseguinte, podemos observar que as mulheres, dentro de todo o processo de desenvolvimento das relações sociais, ainda são alocadas às margens da sociedade. Analisando de modo geral o contexto dos trabalhadores brasileiros, elas ainda continuam liderando os índices da informalidade, mantendo as jornadas mais extensas de trabalho e ganhando os piores salários.

A disparidade salarial é um aspecto que contribui para entender a divisão assimétrica do trabalho por sexos. No que se refere ao rendimento, o quadro abaixo demonstra que nos anos de 2019, 2020 e 2021 o total de rendimento médio das mulheres no trabalho formal foi de 26,33% abaixo do rendimento dos homens na mesma condição, independente da atividade econômica que estas estavam inserida. Já no trabalho informal feminino, esse rendimento foi de 36,66% inferior. Assim, tanto nas atividades formais quanto nas informais, as mulheres tendem a receber menos que os homens, independente do grau de formação, conforme a quadro 1.

QUADRO 1 – Rendimento médio real (R\$) do trabalho principal habitualmente recebido por mês pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por tipo de vínculo, segundo grupo de atividade econômica e nível de instrução – Brasil³⁷

Ano		2019				2020				2021			
Sexo		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
Tipo de Trabalho		Formais ¹	Informais	Formais ¹	Informais	Formais ¹	Informais	Formais ¹	Informais	Formais ¹	Informais	Formais ¹	Informais
Total		3 365	1 783	2 663	1 254	3 416	1 829	2 676	1 357	3 215	1 714	2 582	1 285
Grupo de Atividade Econômica (3)	Agropecuária	2 294	1 079	1 775	809	2 490	1 077	1 783	728	2 242	1 095	1 564	882
	Indústria	3 101	2 124	2 375	930	3 270	2 642	2 358	1 026	3 040	1 820	2 259	913
	Construção	2 912	1 472	3 842	2 425	2 854	1 480	3 087	2 724	2 494	1 374	2 642	2 445
	Comércio e reparação	2 711	1 709	1 992	1 115	2 766	1 757	1 998	1 150	2 431	1 580	1 960	1 172
	Adm. pública, educação, saúde e serv. sociais	5 304	3 113	3 446	2 156	5 191	3 249	3 461	2 288	5 125	3 286	3 324	2 348
	Transporte, armazenagem e correio	2 846	1 883	2 513	1 882	2 902	1 841	2 566	1 895	2 604	1 618	2 236	1 554
	Alojamento e alimentação	2 408	1 433	1 768	1 044	2 283	1 428	1 813	1 041	2 240	1 196	1 622	932
	Informação, financeira e outras atividades	4 143	3 462	3 149	2 317	4 110	3 471	3 061	2 794	3 968	3 925	3 008	2 635
	Serviços domésticos	1 518	1 009	1 391	824	1 545	1 074	1 379	822	1 552	1 006	1 294	764
	Outros serviços	3 129	1 812	2 283	1 131	2 898	1 655	2 197	1 257	2 859	1 591	2 053	1 054
Nível de instrução	Sem instrução ou fundamental incompleto	1 955	1 126	1 403	756	1 987	1 139	1 360	763	1 878	1 093	1 358	719
	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	2 077	1 404	1 532	893	2 116	1 413	1 510	878	1 945	1 288	1 402	843
	Ensino médio completo ou superior incompleto	2 617	1 880	1 803	1 137	2 563	1 754	1 788	1 144	2 439	1 620	1 705	1 069
	Ensino superior completo	7 153	5 636	4 475	3 005	7 010	5 665	4 309	3 153	6 341	5 288	4 129	2 999

Fonte: elaborado pela autora com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (IBGE, 2023).

³⁷ Notas: para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da OIT (2009).

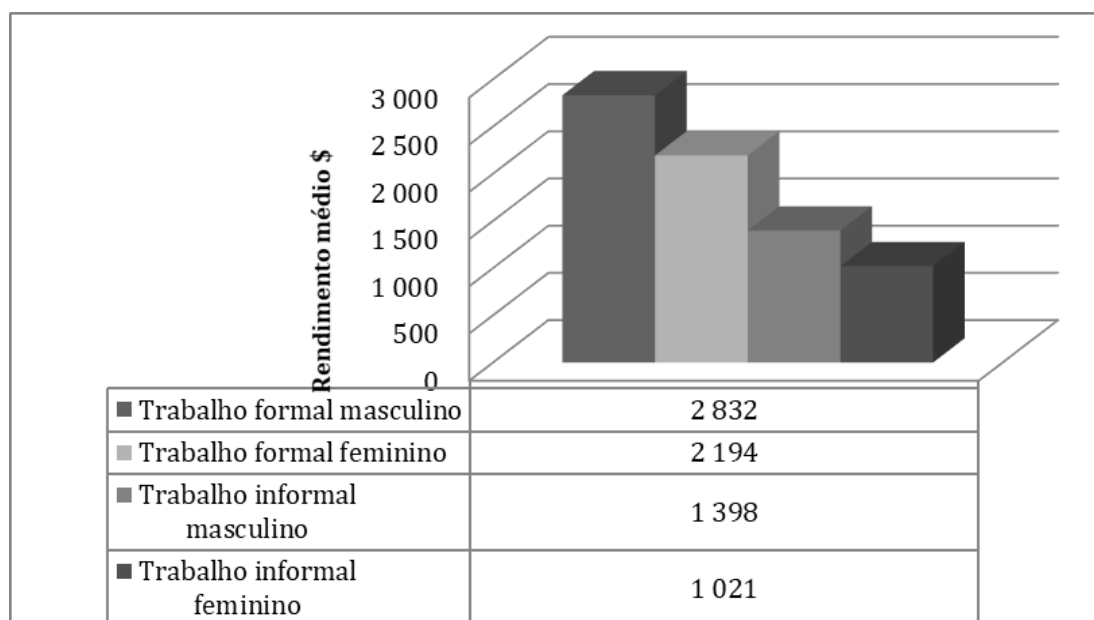
(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a Previdência Social.

(2) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

(3) Não são apresentados resultados para atividades mal definidas.

Ainda que nas condições de informalidade a situação seja agravada para as mulheres, um dado de 2017 (da semana de referência) do IBGE mostra que o rendimento real médio apresenta diferença significativa entre os sexos, tanto em trabalhos formais quanto em informais. Conforme esse dado, no trabalho formal o rendimento real médio das mulheres é 22,5% menor que o dos homens, e no setor informal é de 27,0% menor. Assim, independente da ocupação ser formal ou informal, as mulheres tendem a ganhar menos que os homens. Observar gráfico 5.

GRÁFICO 5 – Rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido por mês pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais – 2017



Fonte: elaborado pela autora com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (IBGE, 2023).

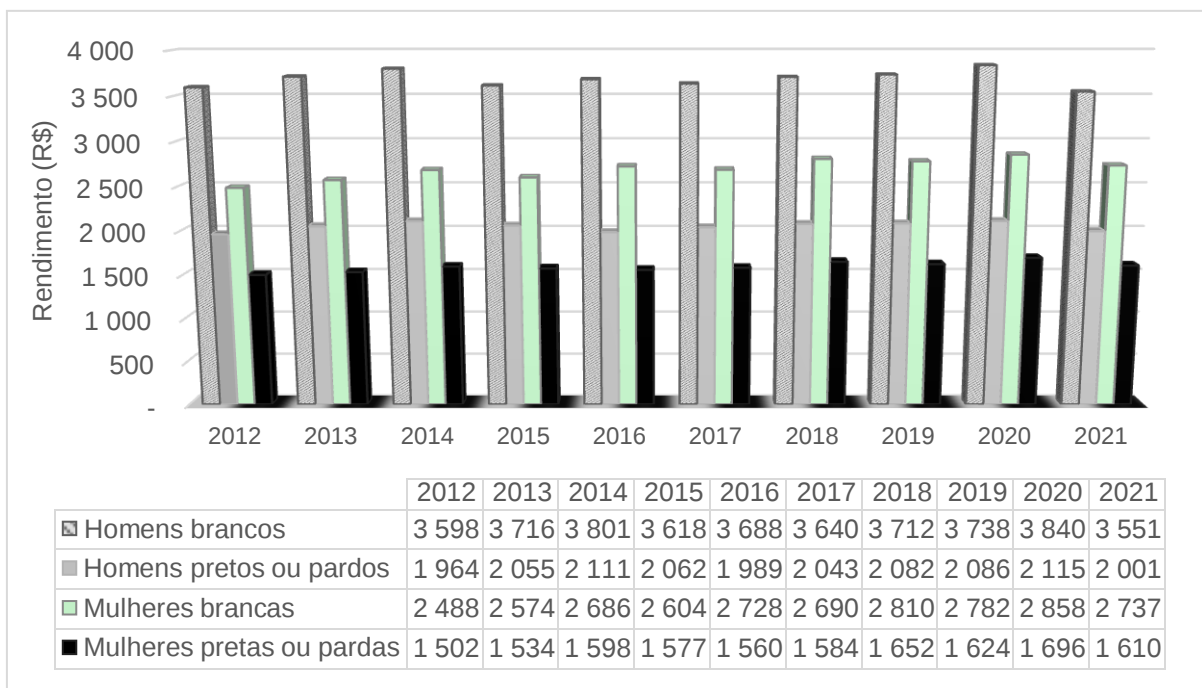
A discriminação de gênero é baseada em estereótipos resultantes de uma sociedade racista, heterossexista e patriarcal, que naturaliza as opressões que atingem majoritariamente as mulheres. Entendendo que classe, raça e sexo são indissociáveis para analisar qualquer fenômeno social, torna-se imprescindível destacar questões étnico-raciais. Sobre o quesito rendimento, já constatamos que as mulheres tendem a receber menos que os homens, independente da atividade econômica, da condição (se formal ou informal) ou do grau de formação. Essa é

uma realidade ainda mais díspar quando analisamos a situação das mulheres pretas e/ou pardas.

No caso delas e só delas, a situação é atravessada simultaneamente pelo racismo e pelo machismo. Assim, conforme os dados do IBGE (2023), entre 2012 e 2021, a média de rendimento salarial das mulheres pretas e/ou pardas foi de 131,70% menor que o rendimento dos homens brancos, 28,75% abaixo do dos homens pretos e/ou pardos e 69,12% abaixo do das mulheres brancas. Ou seja, a desigualdade salarial é evidenciada pela discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho. Observe o gráfico 6 abaixo — em um período de 10 anos, a situação das mulheres pretas e/ou pardas permaneceu agravada, recebendo menos que homens brancos, pretos e/ou pardos e inclusive, menos que as mulheres brancas. Assim, como ressaltam Cisne e Santos (2018), é preciso compreender que a classe, além de sexo, possui raça/etnia e que essas dimensões imprimem condicionalidades que estruturam de forma diferente as vivências das formas de exploração e opressão nesta sociedade.

Sobre isso, Barroso (2018) destaca a necessidade de apreender a sociedade patriarcal-racista-capitalista como unidade prática política, visto que esta ordem tem seu núcleo constituído de relações de exploração-opressão de gênero, raça/etnia e classe. Assim, separar a exploração das opressões ou negar a centralidade dessas para além da classe pode fragmentar a apreensão da totalidade e segmentar as lutas. Nesse sentido, o patriarcado, com materialidade e cultura, penetrou em todas as esferas da vida social; o capitalismo mercantilizou todas as relações sociais; e o racismo — pela estrutura de poder, preconceito e discriminação — se espalhou por todo o corpo social como herança do escravismo.

GRÁFICO 6 – Rendimento médio real habitual (R\$/mês) de todos os trabalhos das pessoas de 14 anos de idade ou mais, segundo sexo e cor ou raça - Brasil³⁸



Fonte: elaborado pela autora com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (IBGE, 2023).

Para tanto, evidencia-se que são as mulheres, sobretudo as mulheres pretas e/ou pardas, as mais facilmente absorvidas pela informalidade. Seja pela dificuldade de ingressar no mercado de trabalho formal, seja pelas condições precárias de trabalho a que são submetidas. Portanto, conforme os dados do IBGE (2023), independente do nível de instrução escolar, as mulheres são percentualmente mais absorvidas pela informalidade. O quadro 2 mostra que nos anos de 2019, 2020 e 2021, setorialmente, as mulheres lideraram os postos de trabalho informais na maioria das atividades econômicas analisadas. Com exceção apenas dos setores de construção, transporte e informação, que culturalmente empregam mais homens e, consequentemente, têm mais trabalhadores do sexo masculino em situação de informalidade.

³⁸ Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2021.

(1) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

QUADRO 2 – Pessoas de 14 anos de idade ou mais ocupadas na semana de referência e distribuição percentual (%) em trabalhos formais e informais, segundo grupo de atividade econômica e nível de instrução - Brasil³⁹

Ano		2019				2020				2021			
Sexo		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
Tipo de Trabalho		Formais ¹	Informais	Formais ¹	Informais	Formais ¹	Informais	Formais ¹	Informais	Formais ¹	Informais	Formais ¹	Informais
Total		58,8	41,2	58,3	41,7	61,1	38,9	61,5	38,5	59,6	40,4	60,4	39,6
Grupo de atividade econômica (3)	Agropecuária	34,7	65,3	26,6	73,4	36,7	63,3	28,4	71,6	35,3	64,7	27,2	72,8
	Indústria	76,9	23,1	62,2	37,8	80,1	19,9	66,3	33,7	79,0	21,0	63,6	36,4
	Construção	34,4	65,6	64,4	35,6	35,2	64,8	69,5	30,5	33,9	66,1	75,0	25,0
	Comércio e reparação	62,4	37,6	62,6	37,4	64,3	35,7	64,5	35,5	63,8	36,2	64,3	35,7
	Adm. pública, educação, saúde e serv. sociais	78,8	21,2	76,3	23,7	80,9	19,1	77,7	22,3	80,7	19,3	78,8	21,2
	Transporte, armazenagem e correio	58,3	41,7	73,3	26,7	57,6	42,4	79,2	20,8	56,6	43,4	79,7	20,3
	Alojamento e alimentação	49,1	50,9	44,6	55,4	49,7	50,3	46,8	53,2	46,2	53,8	44,0	56,0
	Informação, financeira e outras atividades	74,6	25,4	77,0	23,0	76,9	23,1	79,4	20,6	74,9	25,1	77,9	22,1
	Serviços domésticos	39,7	60,3	26,4	73,6	43,8	56,2	27,8	72,2	35,1	64,9	24,9	75,1
	Outros serviços	42,2	57,8	40,2	59,8	45,2	54,8	42,5	57,5	43,7	56,3	40,1	59,9
Nível de Instrução	Sem instrução ou fundamental incompleto	39,8	60,2	33,4	66,6	41,2	58,8	36,2	63,8	39,2	60,8	34,7	65,3
	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	51,5	48,5	44,4	55,6	52,4	47,6	46,5	53,5	50,6	49,4	43,5	56,5
	Ensino médio completo ou superior incompleto	68,1	31,9	61,3	38,7	69,1	30,9	62,9	37,1	67,2	32,8	61,8	38,2
	Ensino superior completo	78,6	21,4	78,1	21,9	79,0	21,0	78,7	21,3	78,7	21,3	78,1	21,9

Fonte: elaborado pela autora com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (IBGE, 2023).

³⁹ (1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

(2) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

(3) Não são apresentados resultados para atividades mal definidas.

Essa situação tende a se aprofundar, devido ao cenário de crise do capital, desmonte de direitos trabalhistas e do aumento do desemprego. Segundo os dados⁴⁰ da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgados em agosto de 2019, a taxa de desemprego⁴¹ diminuiu 11,8% em julho de 2019, atingindo 12,6 milhões de pessoas. Porém, essa diminuição foi acompanhada do avanço da informalidade. De acordo com o IBGE (2019), a informalidade atingiu números recordes, considerando pesquisas realizadas desde 2012. No referido ano, 40,1% da população ocupada era composta por trabalhadores informais. Vale ressaltar que o contingente de informais, segundo o IBGE, é composto por vários seguimentos: pessoas empregadas no setor privado sem carteira assinada, trabalhadores domésticos sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria sem Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e empregadores sem CNPJ.

O aumento dos postos de trabalho informal, sobretudo entre as mulheres, embora seja uma alternativa para suprir o desemprego estrutural, acaba gerando mais subempregos, postos de trabalho vulneráveis, com jornadas de trabalho extensas e salários precarizados, como demonstraram os dados estatísticos apresentados. Conforme o IBGE (2019), a renda média dos trabalhadores/as informais continua inferior aos rendimentos dos trabalhadores/as formais. Pode-se dizer que a informalidade está diretamente relacionada à desregulamentação do mercado de trabalho e à flexibilização das relações de trabalho, que precariza o trabalho e que tem como consequência, entre as mais variadas, a redução dos direitos trabalhistas e a contenção das políticas públicas voltadas à proteção social dos trabalhadores e trabalhadoras.

Observa-se que esta redução dos direitos trabalhistas, embora um problema que impera de modo geral dentro da classe trabalhadora, atinge especialmente pessoas pretas e/ou pardas, destaque-se a situação das mulheres nesse recorde étnico-racial. De acordo com Barroso (2018, p. 459),

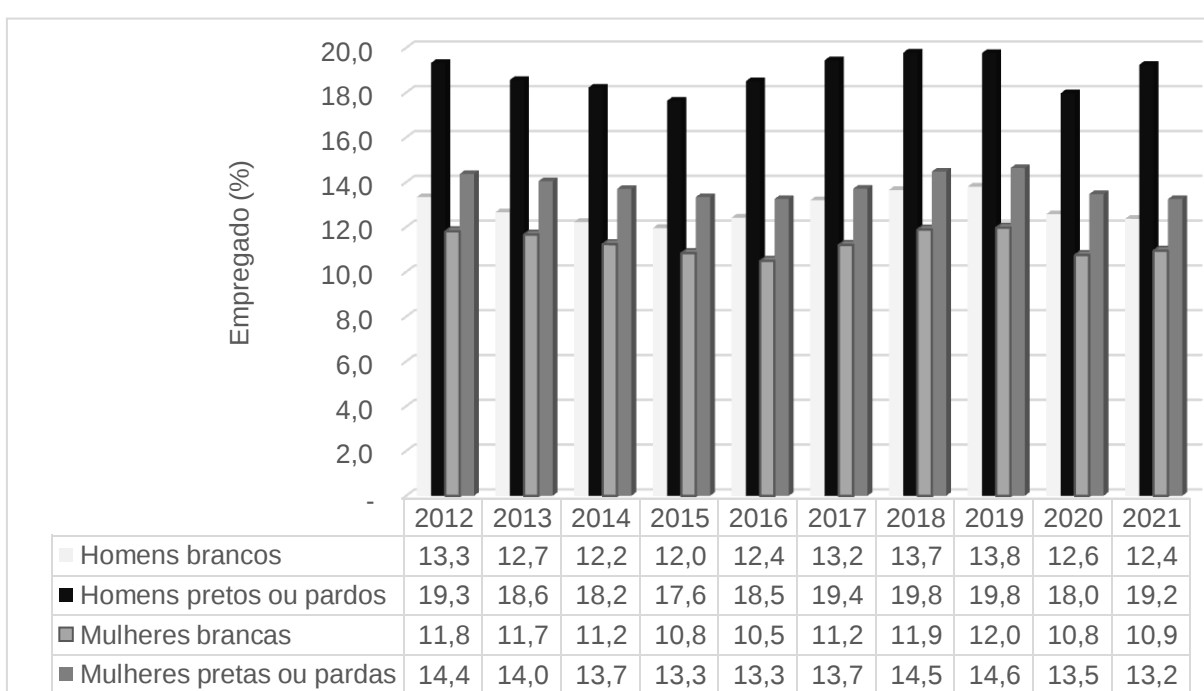
[...] desigualdades de classe e étnico-raciais geram distintas formas de subjetividade, como já se destacou. Portanto, as relações sociais de sexo/gênero interatuam com as de classe e raça, operando na determinação das formas específicas – e hierarquizadas – de como as opressões são vividas objetiva e subjetivamente.

⁴⁰ Dados referentes ao trimestre – maio, junho e julho de 2019.

⁴¹ A PNAD Contínua é a pesquisa que mostra quantos desempregados há no Brasil. Nela, o que é conhecido popularmente como “desemprego” aparece no conceito de “desocupação” (IBGE, 2023).

Entre 2012 e 2021, o total das pessoas ocupadas de 14 anos de idade ou mais com e sem carteira assinada alcançou um quantitativo de 89.495.000 de trabalhadores. Desse total, a média de ocupação dos homens brancos foi de 26,10% e de homens pretos ou pardos 31,80%; enquanto as mulheres brancas alcançaram somente 20,60% e as mulheres pretas ou pardas 21,50% (IBGE, 2023). Vale ressaltar que a população preta e/ou parda foi superior no índice de informalidade. Assim, a média de pessoas trabalhando sem a carteira assinada atingiu 12,8% dos homens brancos, enquanto os homens pretos ou pardos alcançaram 18,8%; ao mesmo tempo em que as mulheres brancas alcançaram 11,3% e as mulheres pretas ou pardas 13,8% — observar gráfico 7.

GRÁFICO 7 – Pessoas de 14 anos de idade ou mais, sem carteira de trabalho assinada, em distribuição percentual (%) – Brasil⁴²



Fonte: elaborado pela autora com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (IBGE, 2023).

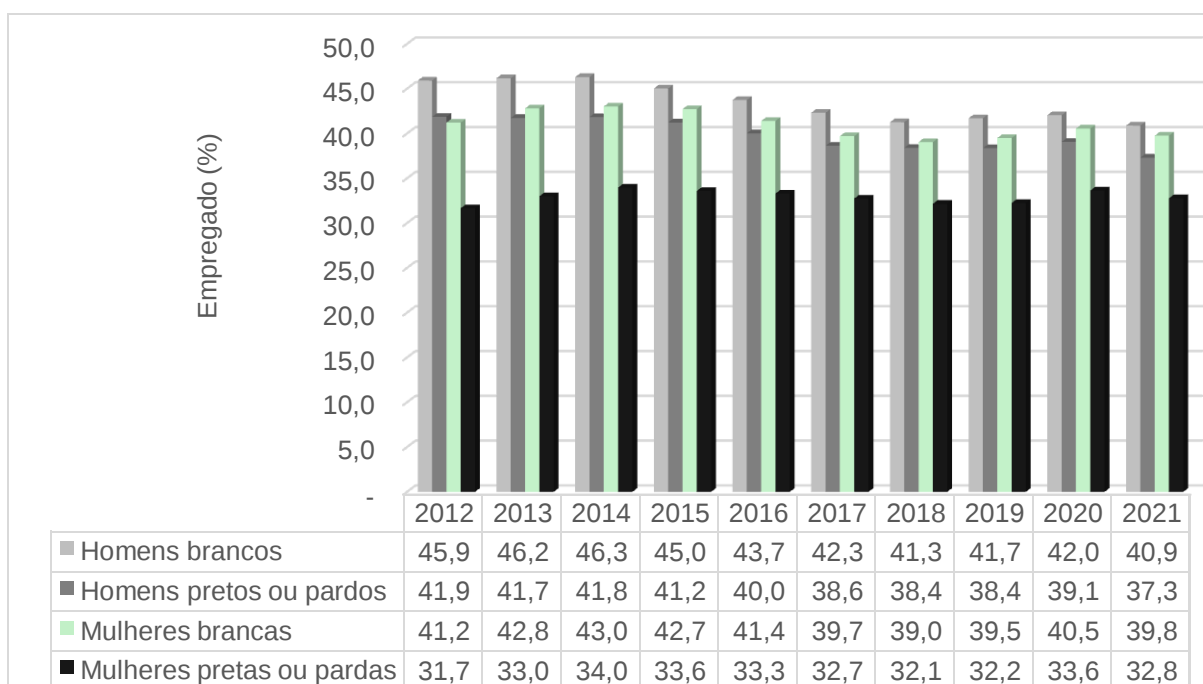
Nesse contexto, vale destacar a questão de gênero, pois, de acordo com o gráfico acima, os homens pretos e/ou pardos — mesmo em situação de desvantagem em relação às pessoas brancas — têm mais oportunidades de ocupação em comparação as mulheres pretas e/ou pardas. Fatos como esse têm

⁴² Pessoas ocupadas sem carteira assinada.

impedido que as mulheres negras desenvolvam suas potencialidades e ascendam socialmente, uma vez que continuam ocupando posições de desvantagens no que concerne à ocupação no mercado de trabalho, à média de renda, às jornadas extensas, enquanto predomina o trabalho doméstico.

Em nível comparativo, quando analisamos as pessoas de 14 anos de idade ou mais com carteira de trabalho assinada, observamos que a média entre 2012 e 2021 entre mulheres pretas e/ou pardas foi de apenas 32,9%; já entre as mulheres brancas apresentou uma taxa de 41,0%; os homens pretos e/ou pardos alcançaram 39,8% e os homens brancos atingiram 43,5%. Observar o gráfico 8.

GRÁFICO 8 – Pessoas de 14 anos⁴³ de idade ou mais, com carteira de trabalho assinada, em distribuição percentual (%) – Brasil



Fonte: elaborado pela autora com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (IBGE, 2023).

Atualmente vivemos um retrocesso nas relações de trabalho que se assemelha ao momento econômico político vivenciado pelos trabalhadores brasileiros nos anos 1990, permeado por agravantes. Segundo Pochmann (2001), o movimento de desregulamentação do mercado de trabalho pós-1990 deixou de fora o conjunto de leis trabalhistas, uma parcela significativa de trabalhadores. Desde

⁴³ Destaca-se que jovens podem trabalhar na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

então, vem se ampliando o desemprego, desassalariamento, aumentando uma geração de ocupação não assalariada e precarizada que acaba incorporando mais a força de trabalho feminina.

Como bem destaca Aragão, (2021), na atualidade a situação das mulheres se agrava, de modo que, como bem disse Simone de Beauvoir, basta uma crise para que os direitos das mulheres sejam questionados. As crises políticas, econômicas, sanitárias (como é o caso da pandemia da COVID-19), mostram exatamente o aprofundamento da opressão de gênero e raça, da exploração da força de trabalho feminino e da falta de políticas públicas para as mulheres.

4.2 A crise da COVID-19 e o impacto na vida das mulheres trabalhadoras

Em março de 2020, quando foi decretado no país estado de emergência em saúde pública como medida para conter a propagação da COVID-19, a população não tinha a dimensão do que seria a sua vida ao longo daquele ano, tampouco que, ainda em janeiro de 2022, continuaríamos vivendo com a pandemia presente nas nossas vidas. A pandemia desnudou a pauperização da sociedade brasileira e entrou em cena num momento em que o país vivia sua maior crise econômica depois de 1930. Assim, vivia-se um cenário turbulento de duplas crises: econômica e sanitária (Melo; Mello, 2022).

A pandemia do novo coronavírus ampliou as contradições não só no que diz respeito ao mundo do trabalho, que atinge a toda classe trabalhadora, mas principalmente as que são atravessadas pela questão de gênero e raça na divisão sexual e racial do trabalho. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), em Pernambuco, 99% das vagas de emprego perdidas no ano de 2020 eram ocupadas por mulheres (Prado, 2021).

Além de tudo, as controvérsias ultrapassam o âmbito do trabalho, levando as mulheres a sofrerem inúmeros tipos de explorações e opressões, inclusive com o aumento da violência doméstica, que atingiu números recordes nesse período de isolamento social. O dado retrata bem a realidade da sociedade patriarcal em que vivemos, que amplia a cada dia a exploração e a opressão de gênero, e nos mostra que este é um tema atual e que precisa de aprofundamento. Ademais, conforme Melo e Mello (2022), as mulheres são as mais impactadas também enquanto linha de frente na resposta à pandemia, visto que existe uma concentração da mão de

obra feminina naquelas atividades relacionadas a estas tarefas: educação, saúde, serviços sociais e serviços domésticos remunerados, alojamento, alimentação e todas as atividades que dizem respeito à reprodução da vida.

Vinhas (2022) destaca que a pauperização feminina no mundo contemporâneo está presente na maioria das cidades brasileiras, em virtude de um processo histórico-cultural que destina menos oportunidades de trabalho, menor renda e alto índice de desemprego às mulheres. Nessa direção, destaca Melo e Mello (2022, p. 4), “[...] a crise sanitária potencializou as desigualdades do mercado de trabalho e o peso dos trabalhos dos cuidados com a reprodução da vida”.

Como observamos, os afazeres domésticos, o cuidado com lar e com os filhos são atividades massivamente realizadas pelas mulheres antes mesmo da pandemia, o cenário apenas se tornou mais agudo com esta. A pandemia da COVID-19 explicitou a necessidade de uma política de cuidados no país, impactando principalmente as mulheres, pelo fato de os cuidados estarem predominantemente a seu cargo, tanto no que se refere aos filhos/as, quanto aos/às idosos/as da família.

Assim, destaca-se que as medidas de isolamento e distanciamento que provocaram o fechamento das escolas e a adoção do ensino remoto no Brasil levaram muitas mulheres a saírem de seus empregos formais para dar assistência aos filhos em casa. Além disso, os cuidados com a saúde e higiene tornaram-se preponderantes para não levar o vírus para os lares e aos/às idosos/as, considerados o principal grupo de risco no contexto pandêmico. Nesse processo, podemos observar que as mulheres, sobretudo as mulheres negras — que já apresentavam grande desvantagem nos indicadores de participação do mercado de trabalho —, vivenciaram maior desigualdade durante a pandemia, e ainda continuam vivenciando. Observar quadro 3. Destaca-se ainda, uma parcela da população trabalhadora que teve que se adaptar ao trabalho remunerado realizado em casa (*home-office*) — as mulheres “que continuaram empregadas” tiveram que condensar a dupla/tripla jornada às tarefas domésticas.

QUADRO 3 – Pessoas ocupadas afastadas do trabalho devido ao distanciamento social, por sexo e cor ou raça – 2020

Indicadores	Total	Mulheres negras	Mulheres brancas	Homens negros	Homens brancos
Maio					
Pessoas ocupadas	84.404	18.128	17.540	25.986	21.703
Pessoas ocupadas e afastadas do trabalho devido ao distanciamento social (1 mil pessoas)	15.725	4.856	3.500	4.322	2.826
Percentual do total de ocupados	18,60%	26,80%	20,00%	16,60%	13,00%
Junho					
Pessoas ocupadas	83.449	17.848	17.279	25.984	21.391
Pessoas ocupadas e afastadas do trabalho devido ao distanciamento social (1 mil pessoas)	11.814	3.792	2.649	3.198	2.023
Percentual do total de ocupados	14,20%	21,20%	15,30%	12,30%	9,50%
Julho					
Pessoas ocupadas	81.484	16.971	16.646	25.654	21.297
Distanciamento social (1 mil pessoas)	6.784	2.250	1.561	1.757	1.127
Percentual do total de ocupados	8,30%	13,30%	9,40%	6,80%	5,30%

Fonte: elaborado pela autora com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (IBGE, 2023).

Os dados do quadro acima são resultados de uma pesquisa trimestral (maio, junho e julho) da PNAD em 2020. Nessa pesquisa, a população negra, que correspondia a 52,3% dos ocupados no período, representou 58,4% dos temporariamente afastados em maio. Essa sobrerrepresentação também é verificada nos meses seguintes. O afastamento foi mais intenso para o grupo das mulheres, principalmente das mulheres negras. Apesar de corresponderem a 21,5% do total de ocupados/as, elas representaram 30,9% das pessoas temporariamente afastadas do trabalho. Como mostra o quadro 3, embora o percentual de afastamento tenha diminuído nos meses de junho e julho, o grupo das mulheres negras, em particular, permaneceu o mais afetado pelo afastamento do trabalho (Silva; Silva, 2021).

A posição na ocupação no quadro 3 explica parte dessas diferenças. De acordo com Pinheiro *et al.* (2020), o trabalho doméstico informal (sem carteira) representava 3,8% das ocupações em maio de 2020, mas correspondia, nesse período, a 6,9% dos trabalhadores ocupados temporariamente afastados. Assim, foi uma categoria significativamente atingida durante a pandemia: o contingente de pessoas ocupadas no trabalho doméstico passou de 4.458 mil em maio para 3.946 mil em julho de 2020 — uma perda estimada de 11,5% de postos de trabalho em três meses.

Vale ressaltar que a categoria de trabalho doméstico é composta majoritariamente por mulheres (92,3%), entre as quais 67,7% são negras, com ampla e crescente atuação na modalidade de diaristas. Com efeito, as ocupações com vínculos mais frágeis foram as mais afetadas pelo distanciamento social. Importa enfatizar que grande parcela dos afastamentos ocorreu sem qualquer remuneração⁴⁴. Fica o questionamento: nesse contexto de extrema vulnerabilidade e desproteção social, como exigir das trabalhadoras que deixem de trabalhar para fazer isolamento social; que deixem de procurar diárias ou de exercer tarefas temporárias; e que se recusem a trabalhar normalmente nesse para manterem seus empregos e seus salários? O distanciamento social, evidentemente, implica diversos impactos econômicos e sociais, em especial para aquelas trabalhadoras que atuam de forma autônoma, que estão inseridas na informalidade ou que não podem desempenhar suas atividades laborais de casa. Demandar às pessoas que pratiquem o isolamento social e permaneçam em casa durante a pandemia não basta quando as pessoas não podem realizar trabalho remoto e precisam ir às ruas e aos seus trabalhos para manterem fluxos mínimos de renda para sobrevivência.

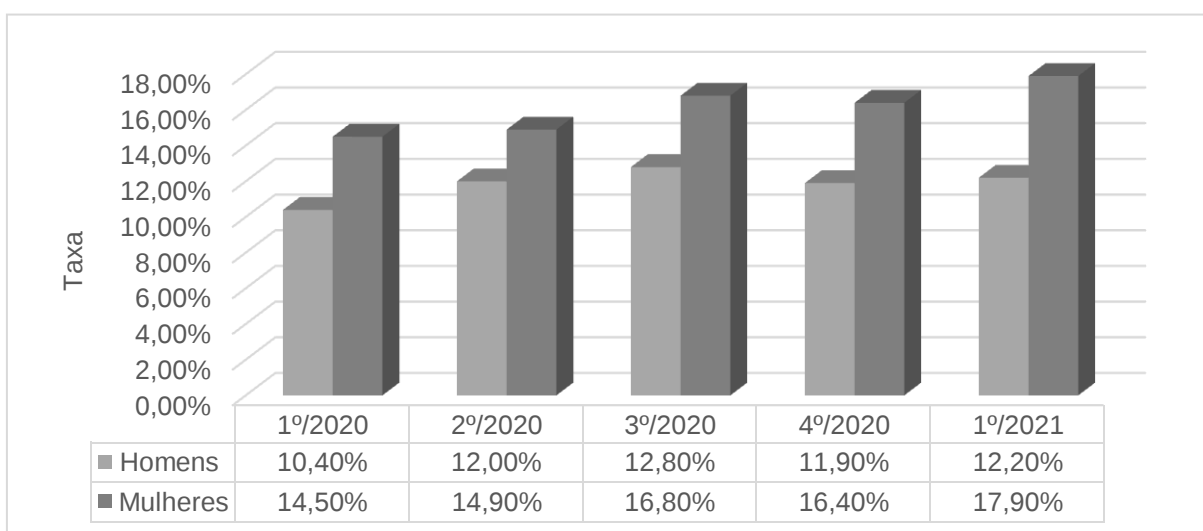
É fato que no Brasil o mercado de trabalho já não apresentava resultados satisfatórios anos antes da pandemia, mas piorou de forma bastante expressiva em 2020. De acordo com Ministério do Trabalho e Previdência (2021), a taxa de desocupação no país subiu de 12,2% para 14,7%, quando comparados os primeiros trimestres de 2020 e 2021. Ressalta-se que esse o aumento foi ainda mais acentuado entre as mulheres, observar gráfico 9. Isso porque 54,5% das pessoas que procuravam emprego, no primeiro trimestre de 2021, eram do sexo feminino. A taxa de desocupação das mulheres alcançou 17,9%, valor máximo da série histórica considerada.

Embora a taxa de desemprego entre as mulheres já fosse um fato do mercado de trabalho, os efeitos da pandemia exacerbaram esse diferencial. Como já notado, tais efeitos sobre o mercado de trabalho foram mais pronunciados nos grupos de maior vulnerabilidade social. Assim sendo, é preciso destacar a questão étnico-racial, visto que a taxa de desocupação das mulheres pretas e/ou pardas no

⁴⁴ “Foi verificado que entre os ocupados que estavam afastados do trabalho que tinham na semana de referência no Brasil (14,8 milhões), aproximadamente 7,1 milhões de pessoas estavam sem a remuneração do trabalho, este total representava 48,4% do total de pessoas afastadas do trabalho que tinham, em maio este percentual chegou a 51,3%” (IBGE, 2020, p. 3).

início de 2021 foi a maior entre todos os grupos populacionais, 21,4%. As mulheres brancas registraram taxa de desocupação de 14,1%, bastante próxima a dos homens pretos ou pardos, 14,0% — ambas as taxas bem próximas da média nacional: 14,7%, no primeiro trimestre do referido ano. Por outro lado, a desocupação entre homens brancos figurava em patamar bastante inferior à média nacional, em torno de 10,0%.

GRÁFICO 9 – Taxa de desemprego das pessoas de 14 de idade ou mais: Brasil (pesquisa trimestral)



Fonte: elaborado pela autora com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (IBGE, 2023).

Sobre o trabalho informal, estima-se que 37,2% dos/as ocupados/as estavam nessa situação em maio de 2020, sendo que, como já mencionado, a informalidade nas relações de trabalho incide majoritariamente sobre as mulheres e a população negra. Assim, as consequências da alta informalidade expõem os/as trabalhadores/as, de modo mais acentuado, aos riscos de uma atividade laboral com escassa regulamentação e baixo acesso a mecanismos de seguridade social (seguro-desemprego, abono salarial e aposentadoria), além de submetê-los/as a maior volatilidade de renda e precariedade nos vínculos ocupacionais. Além disso, houve uma leve redução da taxa de informalidade no mês de julho de 2020, podendo estar relacionada à queda na taxa de participação da força de trabalho e o aumento da desocupação, ou seja, parte do contingente que estava na

informalidade passa à situação de desocupação ou mesmo de inatividade (Costa; Barbosa; Hecksher, 2022).

Diante dos dados analisados, podemos dizer que a crise sanitária da COVID-19 gerou um agravante na vida das mulheres brasileiras. No entanto, boa parte dessas dificuldades intensificadas pelos efeitos da pandemia já estavam presentes de maneira estrutural. O Brasil, assim como outros países dependentes, já enfrentava um desgoverno, com um presidente machista, racista, homofóbico, fascista e misógino no poder desde janeiro de 2019. Logo, os números apresentados são também reflexos do governo Bolsonaro, que não investiu em políticas públicas voltadas à classe trabalhadora, sobretudo às mulheres.

Isso porque, como enfatiza Pinheiro (2022), em governos como o supracitado, a ofensiva conservadora se expressa na tentativa de fortalecer o patriarcado e aumentar o domínio e o controle sobre os corpos, vidas e trabalho das mulheres. A partir da defesa do modelo patriarcal de família, da naturalização da violência doméstica e sexual, do aumento da responsabilização sobre as mulheres nos trabalhos de reprodução da vida, que envolvem os cuidados sobre as crianças, doentes, idosos, a gestão da pobreza em tempos neoliberais e o trabalho doméstico e emocional não pago realizado pelas mulheres.

Embora existam políticas internacionais que visem o fim das desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho, elas ainda são uma realidade visível. De acordo com a OIT, nas últimas décadas, governos, empregadores e trabalhadores programaram medidas para enfrentamento dos desafios das mulheres no mundo do trabalho. Em relatório conjunto entre a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o FMI, a OIT e o Banco Mundial, são elencadas boas práticas de eliminação de tratamento desigual entre homens e mulheres.

Entre essas medidas, ressaltamos as ações de suporte à família, de formalização de áreas tradicionalmente ocupadas por mulheres, bem como aquelas de combate à discriminação. No entanto, pela existência de demandas desiguais em termos de cuidados domiciliares e com a família, ainda se fazem necessárias medidas mais contundentes em países emergentes. Entre elas, medidas relacionadas à educação formal, programas de treinamento e políticas relacionadas à provisão de serviços públicos para crianças.

Ações dessa natureza estão nos objetivos da Agenda 2030, que procura garantir participação efetiva e igualdade de oportunidades para as mulheres (Ministério do Trabalho e Previdência, 2021). Visto que, como bem destaca Pinheiro (2022), a relação entre mulher, corpo/reprodução e trabalho é a base da dimensão ideológica capitalista e patriarcal que materializa a divisão sexual do trabalho. Essa relação não só naturaliza a responsabilização das mulheres pelos trabalhos reprodutivos não pagos, como também tem impacto no valor do trabalho das mulheres quando adentram os trabalhos produtivos e/ou remunerados, pois se as habilidades das mulheres são naturais, seu é visto como algo não especializado, valendo menos no mercado capitalista.

Acredita-se que com a vitória democrática do atual governo poderemos esperar abertura e concretização de algumas das principais pautas das mulheres trabalhadoras, por ser um governo avesso ao conservadorismo e que dialoga com as pautas feministas. Já no governo Lula, o Ministério da Educação (Ministério da Educação) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) trouxeram o seguinte debate sobre o trabalho não pago das mulheres, tendo como tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): *desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil*. Significa dizer que, aos poucos, avançamos na luta contra o patriarcado, pois trazer a discussão para centro das atenções dos jovens é dizer que se deve pensar sobre essa forma de exploração e opressão vivenciada pelas mulheres no âmbito doméstico e fora dele, a fim de encontrar soluções para a problemática do trabalho “invisível” destas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da discussão instigada até aqui, vemos que a exploração e a opressão do trabalho feminino são fenômenos importantes para a garantia do desenvolvimento e manutenção da ordem do capital. Embora seja importante ressaltar que tais fenômenos, bem como as desigualdades de gênero, antecedem o capitalismo. Ao analisarmos os fundamentos sócio-históricos das relações sociais e de trabalho, assistimos a um intenso processo de degradação social da vida das mulheres, especialmente no que se refere ao mercado de trabalho.

As reflexões teóricas e históricas destacadas nesta pesquisa conduzem à apreensão de que o desenvolvimento capitalista conta, sobremaneira, com o trabalho produtivo das mulheres desde os primórdios, quando instituiu as primeiras formas de relações sociais responsáveis pelo surgimento do excedente econômico. Como bem destaca Mies (2019), desde os primórdios, a relação da mulher com a natureza não era apenas produtiva, mas se tratava de uma produção social. Assim, concluímos que o trabalho das mulheres, dito “improdutivo”, desvalorizado e assimétrico, tem uma relação recíproca e interdependente com a lógica de sustentação do modo de produção capitalista. O trabalho não remunerado, bem como o trabalho informal, desempenhado pelas mulheres trabalhadoras oferece as condições necessárias ao desenvolvimento capitalista, ao assegurar a mais-valia por meio da produção e reprodução da força de trabalho.

Assim, afirma-se que o surgimento do capitalismo se deu em condições adversas à mulher. A divisão do trabalho, antes apontada como divisão natural e técnica, é profundamente modificada no capitalismo. Com a complexificação das relações sociais, o próprio desenvolvimento das forças produtivas trouxe consequências negativas para as trabalhadoras inseridas no âmbito da divisão sexual e racial do trabalho. Com o advento da sociedade de classes antagônicas, fez-se necessária a reorganização social, de modo a atender as necessidades de cada modo de produção vigente, lançando as bases para o desenvolvimento da sociedade capitalista em que vivemos.

Pode-se afirmar que a acumulação primitiva, considerada a pré-história do capitalismo, não foi apenas uma acumulação e concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Mas, sobretudo, uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, a

raça e a idade se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno.

As diferenças existentes em toda a sociedade foram reforçadas por um Estado patriarcal que racializou regiões e instalou disparidades políticas e econômicas, criando dependência e exploração. Dentro desse contexto, as mulheres, sobretudo as mulheres negras, são impelidas a todo custo para a esfera reprodutiva, além de atravessadas por violências diversas e pelas condições de subalternidade e desvantagem.

Contudo, demonstra-se que as mulheres são as mais prejudicadas em tempos de crise estrutural do capital. A sociedade de classe acarreta uma divisão assimétrica do mundo do trabalho, expressa sobremaneira na divisão sexual e racial do trabalho, relegando às mulheres — sobretudo as mulheres negras — ao desemprego, impelindo-as para as formas precárias de trabalho, a exemplo da informalidade.

Dessa forma, ratificamos que existe uma relação intrínseca e funcional entre a informalidade do trabalho feminino e a reprodução capitalista. As mulheres sentem mais fortemente os impactos das novas formas de precarização do trabalho, que vêm se intensificando como resposta à crise do capital, iniciada na década de 1970. Desde então, desenvolvem-se movimentos, estratégias e transformações no modo de produção, no campo econômico e político, ou seja, uma reorganização do capital. Pode-se dizer que a informalidade está diretamente relacionada à desregulamentação do mercado de trabalho e à flexibilização das relações de trabalho, que precariza o trabalho e tem consequências variadas — como a redução dos direitos trabalhistas e a contenção das políticas públicas voltadas à proteção social das trabalhadoras.

Com base nos dados analisados, podemos facilmente apontar os reflexos da informalidade do trabalho feminino no Brasil. Dentro de todo o processo de desenvolvimento das relações sociais, as mulheres são arremessadas para os trabalhos mais subalternos. As transformações ocorridas no mundo do trabalho resultam em grande precarização das condições de trabalho e de vida das mulheres, contribuindo para um maior índice de informalidade.

Além disso, analisando de modo geral o contexto dos trabalhadores brasileiros, elas ainda continuam liderando os índices da informalidade, ganhando os piores salários e mantendo as jornadas mais extensas de trabalho. Além de

continuarem ocupando os lugares que desde sempre lhes foram impostos, a exemplo dos serviços domésticos, o que contribui para sobrecarga dentro e fora de casa. Ademais, com a crise da COVID-19 esse panorama se agravou, pois intensificaram-se as contradições que permeiam a vida das mulheres. Foram elas as mais impactadas pelo cenário de desemprego, pela instabilidade de emprego e, conseqüentemente, pelo trabalho informal — além da sobrecarga no âmbito doméstico, cujas demandas relativas ao cuidado dos filhos, dos doentes e dos idosos da família recaíram e recaem majoritariamente sobre elas.

Diante de tudo, os estudos sobre a exploração e opressão das mulheres no mundo do trabalho tornam-se cada vez mais relevantes para a sociedade. Tais contradições seguem a dinâmica do modo de produção dominante, sendo parte inerente do seu arcabouço de dominação. Ademais, Cisne (2015) afirma que as questões de gênero e raça tornam-se imprescindíveis para o Serviço Social, visto que a luta contra o machismo e o racismo deve ser inseparável da luta de classe. É da contradição de classes que emergem as desigualdades, opressões e explorações que marcam a vida das mulheres trabalhadoras.

Entender a divisão sexual e racial do trabalho e as questões relacionadas à exploração e opressão da mulher é fundamental para a compreensão do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, porque além estar inserida na referida divisão, a profissão também está na divisão sexual do trabalho (visto que é uma categoria majoritariamente feminina). Essa análise é indispensável para desvelar o antagonismo de classe.

Além disso, a flexibilização e precarização do trabalho se expressa na crescente informalidade, na diminuição dos direitos trabalhistas e no desemprego que hoje se configuram como novas expressões da questão social. De acordo com Mészáros (2011), a libertação das mulheres centrada na igualdade substantiva não encontra saídas dentro do sistema do capital. Isso quer dizer que o fim da exploração e opressão das mulheres está associada à construção de nova sociedade, à ruptura com capitalismo.

A luta das mulheres deve se pautar num movimento pela verdadeira liberdade e igualdade e que coloque em xeque as estruturas da ordem capitalista. É preciso questionar o mito de que a mulher já atingiu um patamar de igualdade social junto aos homens, de que possui os mesmos direitos e de que é independente do patriarcado. Não podemos romantizar a realidade, não haverá igualdade de gênero

e raça dentro do modo de produção capitalista. Logo, reafirmamos que a exploração e opressão das mulheres — principalmente das mulheres negras — são funcionais à ordem do capital, pois tais contradições nutrem seu sistema de dominação.

Por fim, enfatiza-se que essa é uma discussão de extrema importância para a sociedade, em especial para o Serviço Social, pois entende-se que a questão social se manifesta nas desigualdades sociais, em discrepâncias econômicas, políticas e culturais, que englobam as relações de gênero, raça e os vários segmentos da sociedade civil. E são essas relações que contribuem com a radicalização das sociedades patriarcais, com a degradação da posição das mulheres e com as desvantagens por elas sofridas no mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. Ed. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou “precarização”. In: ANTUNES, A. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil I**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 425-446.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 19-59.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ARAÚJO, Ângela M. C. e LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI, **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, p. 452-477, 2013.
- ARAGÃO, Erica. Mulheres são as mais afetadas pelos impactos da pandemia no mercado de trabalho. **CUT – Central única dos Trabalhadores**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/apos-pandemia-mulheres-enfrentam-ainda-mais-dificuldade-para-retornar-ao-mercado-de-trabalho/#:~:text=Segundo%20dados%20do%20Estudo%20Econ%C3%B4mico,a%20pandemia%20da%20covid%2019>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- BARRETTO, Elvira S., BASTOS, Samira S. Questões de raça, gênero e classe na perspectiva interseccional: um olhar para a mulher apenas nas notícias. In: MENEZES, Jose Euclimar. **Direitos Humanos e cárcere**. Curitiba: CRV, 2022. p. xx-xx.
- BARRETTO, Elvira Simões. **Identidades de Género en las series de televisión: una reflexión en torno a la Cultura de la Violencia**. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Doctorat Periodisme i Ciències de Là Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha, 2008.
- BARROSO, Milena Fernandes. Notas Sobre o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 1-17, 2018.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2012.
- BORGES, José Carlos. **A mulher e suas concepções históricas**. [S.l.:s.e.], 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/concepcoes-historicas>.

BRAGA, Eliézer Serra. Breve história da construção misógina do Ocidente Cristão. Anais do IV encontro nacional do gt história das religiões e das religiosidades – ANPUH - Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá (PR), v. V, n.15, jan. 2013. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>.

CALADO, Joana das Neves. **O caráter do patriarcado na ordem social do capital**: um estudo sobre a relação entre exploração e dominação da mulher trabalhadora na contemporaneidade. 2016.

CAVALCANTI, Clóvis. **Viabilidade do setor informal**: a demanda de pequenos serviços no grande Recife. 2. ed. Recife: Massangana; SUDENE, 1983.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana. M. Moraes. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

COSTA, Joana Simões; BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; HECKSHER, Marcos. Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia da COVID-19. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Impactos da pandemia de COVID-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil**. Brasília: IPEA, 2022.

DIAS, Maria Odila Leite. **Mulheres sem História**. **Revista de História**, n. 114, p. 31-45, 1983. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/62058>. Acesso em: 5 set. 2023.

EISLER, Raine. **O cálice e a espada**: a nossa história, o nosso futuro. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Rio de Janeiro: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia; COX, Nicole. **Contra-atacando desde a cozinha: salários para o trabalho doméstico** – uma perspectiva sobre o capital e a esquerda. [S.l.]: Terra Sem Amos, 2020.

FEDERICI, Silva. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020.

FILGUEIRAS, L. A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 17, p. 221-229, mai./ago. 2004.

FONTES, Virginia. Capitalismo, crises e conjuntura. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017.

GEVEHR, Daniel Luciano; SOUZA, Vera Lucia de. As mulheres e a Igreja na Idade Média: misoginia, demonização e caça às bruxas. **Licenciaturas**, v. 2, n. 1, p. 113-121, jan./jun. 2014.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. [S.l.]: Zahar, 2020

HARVEY, Deivid. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa das origens da mudança cultural. São Paulo: Layola, 1992.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: nov. 2023.

HOBBSBORN, Eric J. **A era do capital**: 1848-1875. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. [S.l.]: Zahar Editores, 1981.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 28. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Glossário**. 2023. Acesso em 25/09/2023. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/glossario_pnadc_mensal.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. ago. 2019. Trimestre móvel: mai-jun-jul/2019. [S.l.:s.e.], 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2023**. 2023. Acesso em: jun. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Impacto da crise sobre as mulheres / Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília: SPM; OIT, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5643. Acesso em: jun. 2023.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientação de Identidade de Gênero: conceitos e termos**. 2. ed. Brasília, 2012.

LINS, Regina Navarro. **A cama na varanda: arejando nossas idéias a respeito de amor e sexo**. 2. ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: BestSeller, 2007

LEACOCK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina: uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural**. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

LE GOLF, Jacques. **Homens e Mulheres na Idade Média**. São Paulo: Liberdade, 2013.

PRADO, Milena. Em tempo de crise, mulheres são primeiras a serem demitidas, diz economista do Dieese. **Brasil de Fato**, 2021. Disponível em: x. Acesso em: 21 mai. 2023.

PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina; VASCONCELOS, Marcia. **Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil**. Brasília: IPEA, 2020. (Nota Técnica, n. 75).

PINHEIRO, Larissa Souza. **Guerra contra as mulheres no Brasil: o feminismo como arma contra o patriarcado bolsonarista contemporâneo**. 2022. Doutorado. CCSA, UFRN, Natal, 2022.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface — Comunicação, Saúde, Educação**, v. 1, n. 1, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/RCh4LmpxDzXrLk6wfR4dmSD#>. Acesso em: 28 jan. 2024.

POCHMANN, Márcio; SINGER, Paul. Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais de São Paulo. In: JAKOBSEN, K; MARTINS, R; DOMBROWSKI, O (orgs.). São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social e sociedade**, São Paulo, n. 133, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. [S./]: Expressão Popular, 2007.

MELO, Hildete Pereira de; MELLO, Soraia Carolina de. Notas sobre o trabalho das mulheres em tempos de pandemia: respostas e impasses. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, e86994, 2022.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIES, Maria. **Patriarcado y acumulación a escala mundial**. Madrid: Traficantes de sueños. Madrid, 2019.

MIES, Maria. **Patriarcado & acumulação em escala mundial**. São Paulo: Ema Livros, 2022.

MINAYO, Maria Cecília; **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SECRETARIA DE TRABALHO (Brasil). **Mercado de trabalho e empregabilidade da mulher**. Termo de Referência apresentado ao Conselho Nacional do Trabalho. Brasília, 2021. Disponível em: termo-de-referencia-empregabilidade-mulheres.pdf (www.gov.br). Acesso em: 30 out. 2023.

MOCHEL; NASCIMENTO; LIMA. A informalidade das relações de trabalho no Brasil: determinações e novas configurações. *In: IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 2009, São Luís. Maranhão: UFMA, 2009. p.1-9.

NASCIMENTO, Dara Maria Andrade; RIBEIRO, Ana Luíza Costa. **A herança escravocrata nas profissões de mulheres negras**: o caso das feiras e do trabalho doméstico. ENECULT: Salvador. 2021. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/132360.pdf>.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NOGUEIRA, Claudia Maria Franca Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. PUC SP, São Paulo, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Ano internacional das e dos afrodescendentes**. 2011. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/01/folder_afro.pdf. Acesso em: 24 out. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Milena. **Estado, política e controle do capital**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

SILVA, Tatiana Dias; SILVA, Sandro Pereira. Trabalho, População negra e Pandemia: notas sobre os Primeiros resultados da PNAD COVID-19. **Boletim de Análise Político-institucional**, n. 26, mar. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10303>. Acesso em: 29 out. 2023.

SINGER, Paul; POCHMANN, Márcio. **Mapa do trabalho informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais de São Paulo. (orgs.). JAKOBSEN, K; MARTINS, R; DOMBROWSKI, O. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

SCHUH, Thalia Jaqueline, SILVA, Michel Goulart da. **Marx, Engels e a divisão sexual do trabalho**. [S./]: Instituto Federal Catarinense, 2015.

VERGÈS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**: por uma política antirracista da proteção. Editora Ubu, 2021.

VINHAS, Luciana Iost. Mulheres e trabalho na formação social brasileira: imagens em discurso. **Leitura**, mai./jul. 2023, p.. 63-78. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/14297/10727>. Acesso em: 21 jul. 2023.

TAVARES, Maria Augusta. **Informalidade e precarização do trabalho**: a nova trama da produção capitalista. São Paulo: Cortez, 2021.

TEXEIRA, Anísio. Trabalho, tecnologia e educação: algumas considerações. **Cadernos do centro de estudos e ação social**, n. 177, p. 25-40.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Cadernos Marxistas, 2001.

XAVIER, Kesia Thayza Alves. **A violência contra as mulheres em tempos de crise de produção e reprodução social do capital**: uma história sobre a violência de gênero. Trabalho de conclusão de curso. RN/UF/Biblioteca CCSA, Natal, 2021.

WOOD, Ellen Meiksins. A origem agrária do capitalismo. *In*: WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 75-100.

ZDEBSKYI, Janaina de Fátima. **A deusa precisa ser satisfeita**: Guerra, morte e sexo na Suméria nos atributos da deusa Inanna. Dissertação. UFSC - CFCH. Florianópolis, 2022.